
3 1761 06633936 7

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

ARQUIVOS

E

BIBLIOTECAS PORTUGUESAS

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

2.ª Série

POR

ALVARO NÉVES

1.º oficial da Biblioteca da Academia



COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1915

ARQUIVOS

E

BIBLIOTECAS PORTUGUESAS

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

2.ª Série

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

ARQUIVOS

E

BIBLIOTECAS PORTUGUESAS

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

2.ª Série

POR

ALVARO NÉVES

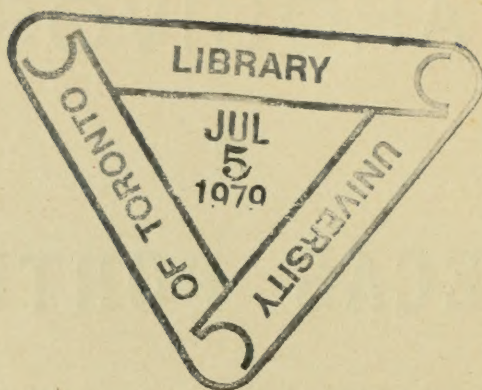
1.º oficial da Biblioteca da Academia



COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1915



Separata do vol. I, da 2.ª Série do «*Boletim Bibliográfico*».

Tiragem de 125 exemplares.

INTRODUÇÃO

AO ILL.^{MO} INSPECTOR DA BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA.

Exmo Sr. — Não pretenda encontrar nos capítulos seguintes a história dos templos do saber humano, nem tenha a quimérica ideia de cada página ser deleitoso trecho literário. Não. É árido o assunto e despretenciosa a prosa.

Quando em 1914 espalhámos os *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas* de José Silvestre Ribeiro, e em circular V. Ex.ª apelava para os arquivistas e bibliotecários, dizendo-lhes que: «tendo-se desenvolvido nos últimos tempos a biblioteconomia em Portugal parecia vantajoso o registo periódico dêsse movimento; que nos países estrangeiros, revistas da especialidade como a *Revue des bibliothèques,* a *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos,* a *Tjdschrift voor boek & Bibliotheekwezen,* a *Zentralblatt für Bibliothekswesen* consagram páginas a crónicas concernentes ao noticiário de preciosidades existentes e raridades adquiridas, à identificação de manuscritos, a tudo emfim, que nobilite e faça propaganda dos arquivos e bibliotecas dêsses países», e demonstrando a vantagem de contribuirem com notícias dos arquivos e bibliotecas a seu cargo; — quando êsse apêlo ecoava pelo continente, sentimos como que o entusiasmo que vibra no apaixonado ao tentar o derradeiro sacrifício pela causa querida. Tinha fé, mas pouquissima esperança. Era outra tentativa á qual a indiferença já manifestada responderia com o silêncio.

Confiados na máxima: *sê persistente e vencerás,* triunfámos. Entre

epístolas de incitamento vieram as contribuïções para esta série de subsídios, autorizados materiais para edificação da história. É que interessantes comunicações!

Há crónicas de bibliotecas que lembram creaturas malfadadas. Enriquecidas, amimadas, quando atingem a aura da fama, baqueiam. São as revoluções e o bibliofobismo a destrui-las, a arraza-las. Ontem, — há quantos anos foi, — era a biblioteca de Braga destituida de preciosidades, hoje é a de Setubal incendiada!

Depois passam nesses apontamentos figuras admiraveis, simpáticas, cavalheirescas, de intrinseco amor biblioteconómico, como, — o Bibliotecário de Braga, — Silva Abreu e Xavier da Cunha, quasi sempre seguidas de figuras desinteressadas e incompetentes. Triste destino o de muitas bibliotecas!

Basta. Nada de considerandos preambulares, porque os factos citados os provocarão ao supremo juiz.

Terminando, cumpre agradecer aos srs.:

Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, Director da Casa Pia de Lisboa.
Emidio Augusto Carceres Fronteira, Director da Biblioteca de Marinha.
Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima, Bibliotecário da Faculdade de Medicina do Pôrto.
José Luís Monteiro, Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia.
Dr. José Leite de Vasconcelos, Director do Museu Etnológico Português.

Luis da Silveira, Conservador da Biblioteca Morense.
Eduardo Guerreiro da Costa, Bibliotecário da Câmara Municipal de Almodovar.
Laurentino Veríssimo, Bibliotecário da Biblioteca «Camões», de Santarêm.
António José Torres de Carvalho, Bibliotecário da Câmara Municipal de Elvas.
Luciano Carvalho, Bibliotecário da Câmara Municipal de Setubal.
António M. Santiago Soto Maior, Conservador da Biblioteca Pública de Cabo Verde.
Alexandre de Sousa Alvim, Director da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

que prestaram o seu valioso concurso para a história dos templos da sapiência nacional.

Janeiro, 1915. **Alvaro Néves.**

ARQUIVOS DE BRAGA

Quem pretenda conhecer os arquivos de Braga, não encontra — que saibamos — a mais sintética narrativa, além da citação nas «*Memorias do Bom Jesus do Monte e Breve Noticia de Braga*» por Diogo Pereira Forjáz de Sampaio Pimentel, onde se diz conter o paço arquiepiscopal:

«O cartório da Camara Eclesiastica.

«Arquivo dos autos do património.

«Arquivo do registo paroquial, pertencente a cerca de 1000 freguesias, a que de 1300 que tinha ficou reduzido o arcebispado pela ultima circunscrição diocesana [decreto de 18 de setembro de 1882].

«Arquivo da mitra ou da Relação por estar numa casa próxima do Tribunal da Relação Eclesiastica. Este arquivo é ainda rico e importante, comquanto esteja hoje muito prejudicado, desde que por ordem do Governo foi permitido ao falecido Alexandre Herculano levar dali grande número de originais.

«Cartório da fazenda da mitra.

«Cartório da Secretaria particular do Prelado.

«e Cartório da Comissão da Bula da Cruzada.

Da valia dêsses arquivos, da sua fundação, história e estado, tudo é ignorado.

Pelas «*Cartas de João Pedro Ribeiro ao Arcebispo Cenaculo*» sabe-se que «no principio deste Seculo o Conego Fabriqueiro Bento Maciel, vendendo a Livreiros e Bate Folhas todos os codices q̃ encontrou de letra *rabuda,* como inintellegiveis, e consta eram Biblias, Missaes, Breviarios, Codices de concilios e de Padres» [1].

---

[1] *Boletim de Bibliographia Portuguesa,* I, 1879, p. 10.

Percorremos o riquíssimo repositório da «*Correspondencia dos Socios incumbidos do Exame dos Cartorios do Reino Por ordem da Academia Real das Sciencias*» [1] e nenhuma informação colhemos. Não admira, se atendermos a que Herculano nos seus «*Apontamentos de viagem*», em agosto de 1854, registava o «estado deploravel do arquivo da mitra».

Em 1913 pretendeu-se salvar êsses cartórios e enriquecer a Biblioteca Pública de Braga, mas na sessão parlamentar de 17 de janeiro o deputado Domingos Leite Pereira, disse:

«Sr. Presidente: Pedi a palavra para mandar para a mesa um projecto de lei que tem por fim evitar que sejam retirados para Lisboa os arquivos e bibliotecas pertencentes à Sé, ao Seminário, à Mitra e ao Cabido da cidade de Braga. Esses arquivos tem todos uma importância de caracter regional, mas, sobretudo, o do Cabido, porque interessam à história da região, e parece-me que não é nem de justiça, nem de utilidade que sejam transportados para Lisboa para dormirem o sono eterno na Torre do Tombo.

«Sabe V. Ex.ª que em Braga se ergueram enérgicos e gerais protestos contra a ameaça de lhe arrebatarem aqueles arquivos, e eu não hesito em duvidar que êsses protestos chegarão a ser violentos se tal ameaça não fôr definitivamente arredada como cumpre, dando-se à cidade a certeza de que nela permanecerá aquilo que a ela tem pertencido desde sempre.

«Acho absolutamente justos os protestos dos cidadãos bracarenses, ainda mesmo porque eles visam a contribuir para que, na República, se não sigam os mesmos processos de mania centralizadora que se adoptavam no tempo da monarquia.

«Argumentar-se que nas provincias do país, em geral, não há ninguem que tenha competência e boa vontade de utilizar os documentos que dizem respeito à história das regiões, é uma acusação injusta. De Braga afirmo eu que há nessa terra eruditos e estudiosos como os há em Lisboa, e os quais, de resto, são bem conhecidos no país como investigadores de merecimento. Que eles são elementos a aproveitar, direi mesmo indispensáveis, para se dár a devida publicidade aos documentos dos arquivos, em questão, que a merecem, ninguem poderá contestar. Basta lembrar que, tratando-se de cousas da sua terra, eles as tratam com o carinho especial que estranhos lhe não dedicam. Ocorre me, Sr. Presidente, o que aconteceu com o arquivo da Colegiada de Guimarães, e que é para frisar. Fez-se um dia o transporte duma parte importantissima dele para o arquivo da Torre do Tombo, onde jaz esquecido, emquanto que a parte que dele ficou naquela cidade, e que

[1] No Arquivo da Secretaria da Academia das Sciências de Lisboa.

diz respeito a fóros e outros interesses materiais, de acentuado cunho regional, teve, até certo ponto, publicidade, a qual lhe foi dada pelo erudito e habilíssimo paleógrafo, o saùdoso abade de Tagilde, no *Boletim* da benemérita Sociedade Martins Sarmento. Os que diziam respeito à Camara Municipal tambem ficaram em Guimarães e a Camara publicou-os à sua custa. Os que vieram para Lisboa, repito, ainda não foram dados a lume. Que enorme vantagem houve em que eles viessem!

«Sr. Presidente: para que se não falte ao inadiável cumprimento dum dever de justiça e para determinar o necessário apaziguamento dos animos justificadamente exaltados na cidade de Braga, que se opuzeram e continuarão a opôr-se a que os arquivos e bibliotecas pertencentes à Mitra, ao Cabido, à Sé e ao Seminário daquela cidade fôssem transportados para Lisboa, quando ali apareceu o Sr. Júlio Dantas no cumprimento duma obrigação, puramente e estritamente legal, entendo que devo matar a questão apresentando um projecto de lei que revoga a legislação em vigor, e para o qual peço a urgência e dispensa do Regimento. Desta maneira não serão retirados de Braga os documentos que digam respeito à história daquela cidade, ficando para eles absolutamente garantida não só a indispensável segurança que na actual Biblioteca pública de Braga, sujeita à Inspecção Geral das Bibliotecas, pode e há-de ser perfeita, mas ainda a necessária publicidade que áqueles documentos deve dar-se, e sem a qual eles serão pouco menos que inúteis. Devo, Sr. Presidente, para concluir, declarar que não nos move, nesta casa, nenhum espírito, de estreito bairrismo, prejudicador do interesse geral da Nação. Sou de opinião de que todas as cousas que digam respeito à história e às tradições duma terra, seja ela qual fôr, nela devem ser religiosamente conservadas como relíquias sagradas, educando-se o povo no respeito e no culto por elas, para que as ame como testemunha dos tempos em que os seus antepassados viveram e lutaram. Desperte-se e desenvolva-se o amor dos povos às suas terras, e assim se contribuirá tambem para o renascimento geral da nacionalidade.

«Mando para a mesa o projecto, e para ele requeiro a urgência e dispensa do regimento:

«Artigo 1.º — As bibliotecas da Mitra e do Seminário e os arquivos da Sé, da Mitra e do Cabido, da cidade de Braga, são cedidos à respectiva Camara Municipal, com a obrigação de os fazer encorporar desde já na biblioteca pública daquela cidade.

«Art. 2.º—A referida Camara Municipal fica obrigada a publicar, no prazo maximo de tres anos, os documentos dos arquivos mencionados no artigo precedente, anteriores ao século XVI, excepto os que existirem arquivados na Torre do Tombo.

«Art. 3.º — Esta publicação, será dirigida por um paleógrafo do Arquivo Nacional, a quem a Camara de Braga abonará as despesas de viagem.

«Art. 4.º — As outras Camaras Municipais do distrito de Braga farão face, equitativamente, a metade das despesas a realisar com a publicação a que se refere o art. 2.º

«Art. 5.º — Fica revogada a legislação em contrário.

«Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1913. — Os Deputados, Domingos Leite Pereira, Joaquim José de Oliveira.

«O Sr. Presidente do Ministério, Dr. Afonso Costa: — Declara que nenhuma resolução será tomada que impeça o livre voto acêrca da questão para que S. Ex.ª solicitou a atenção do Govêrno, mas não lhe parece necessária a urgência e dispensa do Regimento para a Camara resolver sôbre o assunto que, a seu ver, carece de estudo.

«O melhor seria pois esperar que a respectiva comissão dê o seu parecer.

«Dará as suas ordens para que se mantenha o *statu quo* até resolução do Parlamento.

«O Sr. Domingos Pereira Leite: Em vista das declarações do Sr. Presidente do Ministério desiste do seu pedido de dispensa do Regimento, mas não da urgência».

De facto os jornais de Lisboa, do dia 14 de janeiro [*Diário de Notícias*, n.º 16945], haviam publicado em telegrama a seguinte notícia:

«Braga, 13. — O Sr. Dr. Júlio Dantas, encarregado pelo último govêrno de fazer remover para Lisboa, o que de mais precioso houvesse no arquivo da Sé, começou a escolher os objectos que devem ser enviados para aí, e hoje ao ser o facto conhecido na cidade, houve um protesto contra aquela medida, por parte da Camara Municipal, comissões paroquiais, municipais e muito povo que se juntou na igreja.

«O Sr. Governador Civil mandou um telegrama ao Govêrno, participando o caso, resolvendo o ministro do interior [Dr. Rodrigo Rodrigues] mandar suspender todos os trabalhos.

«O povo de Braga não deixa que daqui sejam retirados os objectos daquele arquivo.

«Ainda a propósito do recente caso, — lemos no *Diário de Notícias*, de 16 de janeiro, — que o Sr. Dr. Júlio Dantas procedeu no assunto com a firmêsa devida, mas com a necessária prudência, determinou que na biblioteca da cidade sujeita à sua superintendência, ficassem na integra dois arquivos importantes, o da Mitra e o da Sé, duas livrarias tambem importantes, a da Mitra e a do Seminário, e a parte mais moderna da livraria do Cabido, decidindo remover para Lisboa apenas os cartulários em pergaminho e do-

cumentos avulsos do seculo XI ao seculo XVI, existentes no arquivo do Cabido, notavel colecção de documentos paleográficos, que Herculano não conheceu e que constituem uma fonte de excepcional riquesa para o estudo da história geral do país.

«O Sr. Júlio Dantas chegou a seleccionar e a acondicionar em 11 caixotes todos os referidos documentos, suspendendo a sua remoção para Lisboa em virtude do telegrama do Sr. Ministro do Interior, que, sendo prevenido de que havia em Braga perturbação de ordem pública, manifestou ao Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos a conveniência de vir a Lisboa conferenciar com ele antes de proseguir nos seus trabalhos».

Não termináră a questão. *O Seculo*, de 19 do mesmo mês, publicava os seguintes depoimentos:

Por causa duns papeis velhos, que teem um valor incalculavel para os trabalhos de investigação histórica

«O dr. Júlio Dantas, na sua qualidade de Inspector das Bibliotecas e Arquivos, propoz-se, no cumprimento da lei, fazer transportar para a Torre do Tombo os papeis do arquivo do cabido de Braga, do arquivo egrejário e do arquivo da mitra. Tal medida, aliás legal, levantou, porêm, os protestos dos bracarenses e os papeis ficaram em Braga, à espera de decisão superior sôbre o assunto.

«Trata-se de uns papeis velhos, carcomidos do pó. Qual a razão, pois, de tantos protestos e indignações? E como o público tenha, porventura, formulado esta pergunta a si próprio, nós, em cumprimento do nosso dever de jornalistas, fomos procurar alguem que nos dissessé que papeis seriam aqueles, que assim levantavam uma tal questão. A que porta deviamos bater? Alguem nos lembrou, obsequiosamente, que procurassemos o dr. Manuel de Oliveira, que, obedecendo à sua paixão de investigador, os conhecia já como aos dedos das suas mãos.

Opinião do Dr. Manuel de Oliveira

— Acho toda a razão aos que defendem a ideia de se evitar que êsses velhos papeis sejam arquivados na Torre do Tombo. Espontaneamente, sem esperarem pela indicação de ninguem, os dois deputados por Braga, drs. Domingos Pereira e Joaquim de Oliveira, procuraram desde logo remediar o mal, acordando por fim em apresentar, como apresentaram, um projecto de lei ao parlamento, no qual se consigna que êsses papeis fiquem pertencendo

à camara municipal daquela cidade, com a obrigação de os publicar no prazo de tres anos.

«Para avaliar da razão que assiste aos que não podem vêr com bons olhos a arrecadação de todos êsses documentos na Torre do Tombo, preciso explicar-lhe a sua importância, sob o ponto de vista regional, sem deixar de ser verdade que a teem tambem, e muita, sob o ponto de vista nacional.

«Começarei por lhe falar no arquivo do cabido, que é, sob o ponto de vista histórico, o mais importante dos tres arquivos, por ser o que possue documentos mais antigos.

«O arquivo do cabido, precioso manancial para trabalhos históricos, estava, antes da República, fechado a sete chaves. Pode-se, com uma certa propriedade, dizer assim. Esse arquivo estava dividido em várias estantes, as quaes constituem uma série de gavetas fechadas à chave. Pois, sôbre essas gavetas fecham-se as portas de pesada madeira das estantes, tambem à chave. E era tanto o cuidado nestas chaves todas que havia mesmo instituido o cargo de claviculário. Era, por assim dizer, impossivel alguem poder penetrar ali e consultar quaesquer documentos, como bem se avalia do que a êste respeito descreve Alexandre Herculano, num dos seus *Opusculos*.

«Herculano procurou coleccionar todos os documentos que podiam ter interesse para o estudo da história do país. Reuniu muitos, rebuscando vários cartórios e, sobretudo, os documentos recolhidos na Torre do Tombo. Precisava, por isso, para o seu trabalho ser mais completo, de examinar e tirar cópia dos documentos dêsse arquivo do cabido, sobretudo para organisar o livro *Diplomata et Chartæ* da colecção *Portvgaliæ monvmenta historica*. Pois de forma alguma, apezar de recorrer a todos os expedientes, o conseguiu. Foi-lhe isso sempre recusado. Aos padres não agradava que se conhecessem os processos por que os diferentes arcebispos de Braga, noutros tempos, se apoderaram de fabulosas fortunas...

«No entanto, sei de duas excepções feitas para a leitura e cópia de certos e determinados documentos; uma foi feita a favor de Soromenho, conforme consta duma nota, em que se diz ter ele levado alguns documentos para copiar; a outra excepção fez-se no seculo XVIII, a favor dum hespanhol vindo de Tuy. A não serem estes dois, não há noticia de ninguem ter visto, como espírito investigador, êsses documentos, que se conservam ainda inéditos.

«No arquivo do cabido há tres cartularios muitissimo importantes: o *Liber fidei*, o livro das cadeias e o livro dos testamentos e das capelas. De tudo o que lá se encontra, são as peças de mais valor. São livros onde, com todas as formalidades que nos garantem a sua antenticidade, se transcreviam vários documentos. Devido a isso, os padres tinham o costume de pôr de parte, com o titulo de *papeis inuteis*, os documentos originais já copiados.

«São êsses documentos da mesma naturesa dos publicados por Alexandre Herculano, na sua colecção *Diplomata et Chartæ,* sôbre os quais ele se baseou para fazer a *Historia de Portugal.* Sôbre os documentos publicados por Herculano trabalhou Gama Barros, e com o estudo deles poude Alberto Sampaio realisar, sôbre as vilas luso-romanas, o seu trabalho intitulado *Vilas do Norte de Portugal.*

«São documentos da mesma naturesa dêsses os do cabido de Braga. Por eles se pode seguir com admiravel precisão a evolução da transformação da propriedade romana no actual regimen da propriedade e fazer-se o estudo das condições económicas dos antigos tempos, dos costumes, das diversas instituìções jurídicas, estudando-se assim a proto-história portuguesa.

«Sob este ponto de vista, o mais importante dos tres cartularios que lhe citei é o *Liber fidei,* por isso que contêm documentos mais antigos, sendo notavel a enorme quantidade de documentos transcritos referentes a compras e outras transações feitas pelos arcebispos de Braga na freguezia de Mouré, os quais constituem quási um terço do livro. O *Liber fidei,* que é escrito em pergaminho e revestido de capa de madeira, devendo ter sido feito em fins do seculo XII, em bom e legivel gótico, tem já bastante deterioradas as primeiras fôlhas. Porêm, a transcrição dos documentos não foi feita por ordem cronológica, não correspondendo a perda dessas fôlhas ao desaparecimento dos documentos mais antigos, podendo ler-se alguns do seculo X e bastantes do seculo XI. O livro das cadeias, assim chamado por estar preso à estante por umas cadeias de ferro, como se usava nas bibliotecas da Edade Média, e o livro dos testamentos e das capelas são cartularios mais recentes, tendo, contudo, muito valor para completarem o estudo da evolução do regimen da propriedade, das instituìções jurídicas e dos costumes.

— Todos êsses documentos estavam vedados ao público e aos trabalhadores, sendo assim impossivel fazer-se a história. Deve-se à República o grande serviço de pôr êsses documentos à disposição do público, bem como os documentos do egrejario e da mitra.

«Porêm, é preciso evitar que eles venham para a Torre do Tombo, pelo caracter regional que eles teem. Relativamente aos do cabido já pode, pelo que lhe disse, fazer uma ideia de quanto êsses documentos interessam a Braga e à província do Minho, pois que, dizendo respeito a factos ali ocorridos, são indispensaveis para se fazer a historia especial dessa região. Mas convêm dizer-lhe tambem como êsse caracter regional se denota nos outros documentos.

«O arquivo egrejário, assim chamado por arquivar os tombos das egrejas e capelas de todo o arcebispado, é mais moderno que o do cabido. Principiou a organisar-se após a constituìção do arcebispado de Braga, nos principios

do seculo XVI, em que se determinou a obrigatoriedade dêsses tombos. Nesses tombos veem indicados os limites das freguezias, indicados os bens pertencentes à igreja, com os respectivos limites marcados. Neles aparecem nomes que são às vezes uma indicação preciosa para certas investigações arqueológicas, sendo, por isso, importantes elementos para a pre-história, como, por exemplo, a designação Crasto dada a certos logares, que logo nos faz supôr a existência duma antiga cidade luso-romana, dando à palavra cidade o significado que a arqueologia lhe dá. Eu, por exemplo, descobri no concelho de Ponte do Lima monumentos pre-históricos, numa região onde não era conhecido nenhum monumento pre-histórico. Examinando o tombo da freguezia de S. João da Ribeira, guiado pela taconomia consegui descobrir cêrca de meia duzia de *nuamoas*, verificadas depois pelo padre Cunha e Brito e descritas num dos almanaques históricos de Ponte do Lima.

«Mas, independentemente do seu valor pre-histórico e proto-histórico, êsses tombos teem tambem ainda hoje valor jurídico, para as questões de limites de freguezias e determinação dos Montes Marinhos e sua divisão, o que bem marca a sua importância e interesse regional.

«São tambem documentos interessantes pelos juramentos apresentados pelas diferentes testemunhas, pela formulas das excomunhões, nelas exaradas, às testemunhas que faltassem à verdade, como no tombo da freguezia de Bárrio, do concelho de Ponte do Lima, tudo isto constituindo elementos valiosissimos para o estudo dos costumes da época.

«O arquivo da mitra é notavel principalmente pela sua importância para o estudo da história da cidade de Braga, da cobiça dos seus arcebispos, das lutas dêstes com o cabido e, por vezes, com os representantes do povo, e ainda para o estudo do estado religioso da época.

«Natural é, pois, que seja aos bracarenses e aos da província do Minho a quem mais interessa a publicação de tais documentos, ou, pelo menos, a sua consulta. Quem quizer fazer a história dêsses tempos e dessa região não perde por ir a Braga, onde, alêm dêsses documentos, encontra outros elementos de investigação, sendo um dos mais importantes e dos proprios locais onde pode ir fazer investigações. Veja, pois, o grande inconveniente que haveria em trazer êsses documentos para Lisboa, dificultando assim, a essas pessoas, a consulta e obrigando-as a desviar-se da mesma região, onde podiam servir-se para a propria interpretação dêsses documentos doutros elementos de estudo caracteristicamente regionais.

«De resto, há o justificado receio de que tais documentos, vindo para a Torre do Tombo, não sejam publicados, o que atenuaria, até certo ponto aquele inconveniente. É o caso que se deu com os documentos da colegiada

de Guimarães, uma importante parte dos quais veiu para a Torre do Tombo. A verdade é que os únicos documentos que se publicaram, pelo interesse regional que tinham, foram os que ficaram em Guimarães. Foram publicados os de maior valor, em sumário, pelo abade de Tagilde, no boletim da Sociedade Martins Sarmento.

«Tambem ficaram em Guimarães os documentos pertencentes á Camara Municipal. Esses foram publicados á custa da Camara e em edição especial.

«O mesmo se deu com os documentos do arquivo da Camara de Ponte do Lima, que teem sido publicados no *Archeologo Português*. E nada disto sucederia se tivessem vindo para Lisboa, o que representaria uma dificuldade de consulta e cuja publicidade ficaria comprometida.

«O projecto de lei apresentado pelos deputados de Braga terá, pois, essa vantagem: evitar que eles aqui fiquem contralisados, facilitando assim a sua consulta á região á qual o seu estudo mais interessa. Porêm, como êsses documentos teem tambem interesse nacional, providencia-se para que eles sejam publicados, impondo-se à Camara de Braga a obrigação de os publicar no praso de tres anos. E assim se poderá, sem inconveniente nem dificuldade, realisar, dentro de pouco tempo e a valer, o estudo da proto-história portuguesa, importante serviço devido exclusivamente à República, que lhes tirou êsse caracter de fructo proìbido que os padres lhes mantinham para que nunca se apurasse bem a limpo a história da sua cobiça e das suas extorsões» [1].

A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, em sessão de Janeiro de 1913, deliberou pronunciar-se sôbre o assunto, e em 23 do mesmo mês, o secretário sr. dr. Fidelino de Figueiredo entregou ao ministro do interior a representação seguinte:

«Exmo Sr. Ministro do Interior — Havendo sido informada a «Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos» de que um funcionário superior da República, no desempenho absolutamente legal da missão de recolher documentos de caracter histórico, de subidissimo valor, fôra desacatado e coagido a abandoná-los; e ainda de que o governo chamara a Lisboa o referido funcionário em virtude de reclamações dos indivíduos responsáveis por êsses atentados injustificaveis; não pode a mesma Sociedade, à qual cabe a iniciativa na remoção e resguardo dos arquivos religiosos e cartórios do país, deixar de vir perante V. Ex.ª apoiar o procedimento patriótico do Inspector das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

Há mais de cincoenta anos que êsses documentos deviam estar incorpo-

---

[1] *O Seculo*, n.º 11:173, de 19 de janeiro de 1913.

rados nas colecções do Arquivo Nacional, e não estão ainda porque a isso, incompetentemente, se opuzeram os autoridades eclesiásticas, que então influiam sôbre as massas incultas da cidade, que pela violência obstaram à sua transferência para Lisboa. Ás mesmas autoridades eclesiásticas cabe a ingloria responsabilidade dêsses documentos não terem sido incorporados na importante publicação da Academia das Sciências, «Portugaliae Monumenta Historica», conservando-se ainda inéditos até à data de 1100 e não podendo ser utilisados pelas sciências históricas.

Quando, finalmente, pela lei da separação do Estado das Igrejas, julgaram os estudiosos e julgou esta Sociedade que nesse sentido apresentou um projecto de medidas e um manifesto, publicado claramente aludia ao arquivo da mitra de Braga — quando todos julgavam que hiam desaparecer as dificuldades que até então se tinham oposto á divulgação dos venerandos monumentos dos primórdios da história de Portugal, surgiram novos obstáculos.

Sabe esta Sociedade que no Parlamento foi apresentado um projecto de lei, de que são autores os deputados pelo círculo bracarense, pelo qual, sendo aprovado, êsses e outros documentos, em breve praso de tempo, serão publicados à custa dos concelhos do mesmo distrito, que tambem subsidiarão paleógrafos do Arquivo Nacional, que hão de proceder à cópia, a dentro da cidade.

É uma concessão louvavel a que o povo de Braga — continuemos a respeitar-lhe o anonimato — dá aos estudiosos, mas que é insubsistente por algumas razões.

As cópias dos documentos, principalmente quando são escritas em latim e antigo português, exigem para serem perfeitas grande espaço de tempo e cuidadosa conferência. Sucede frequentemente que surgem dúvidas na leitura das palavras, duvidas que só se podem remover, pela comparação de textos similares, sendo por isso necessário recorrer constantemente aos originais. Estas dúvidas dão-se a cada passo até à revisão das provas tipográficas, pelo que necessita quem dirige o trabalho, de ter ao seu alcance todos os documentos até à saída do prelo da obra. Ora a impressão não podia fazer-se em Braga, nem os paleógrafos, a cada dúvida, se podiam transportar áquela cidade para proceder a novas consultas dos venerandos pergaminhos, nem tambem se pode alvitrar que a publicação se faça com defeitos remediaveis.

Parece, portanto, imprescindivel, que os documentos sejam guardados e publicados em Lisboa.

Queremos ainda chamar a atenção de V. Ex.ª para o facto de não existir em Braga uma sociedade scientifica, que pudesse garantir um estudo rigoroso dêsses monumentos, pelo motivo de não possuir aquela cidade um núcleo de profissionais dos estudos históricos, que esclareçam a opinião e a orientem

para uma direcção mais culta. Não há muitos anos que, contra o parecer do Conselho dos Melhoramentos Nacionais e de alguns ilustres bracarenses, foram demolidos lanços da muralha, que circundava a cidade, com aplauso da população, e agora mesmo os nichos dos santos, que davam a Braga uma tão típica feição, são vandalicamente destruidos durante a noite.

Ao passo que Braga consente estas destruições, outras cidades mais pequenas, como Guimarães e Figueira, teem associações scientificas e museus.

Finalmente apontaremos a V. Ex.ª o desacerto que seria entregar à Câmara Municipal de Braga documentos que pertencem ao Estado, quando êste tem na mesma cidade, sob a sua directa superintendência, um estabelecimento apropriado, como é a Biblioteca.

Certo está êste Conselho de Direcção de que V. Ex.ª não acederá à importuna pretensão mas não quiz ele permanecer silencioso no debate dêsse assunto, que tão grande curiosidade e empenho merece à Sociedade e quiz oferecer algum apoio ao Estado, confiando em que ele, com a autoridade da lei e da razão, pugnará pelo progresso da Sciência, como é desejo de quantos cultivam a História.

Lisboa e Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 22 de janeiro de 1913. — O Conselho de Direcção: — *Silva Teles. Pedro de Azevedo. Fidelino de Figueiredo.* (O vogal, sr. Edgar Prestage está ausente no estrangeiro)».

Entretanto o *Seculo* [de 23 de Janeiro], continuava tratando dos arquivos de Braga nos seguintes termos:

«Sôbre a questão levantada pelos bracarenses, relativamente à centralisação, em Lisboa, dos documentos do Cabido de Braga, ouviu o *Seculo* já a opinião do sr. dr. Manuel de Oliveira, que se pronunciou a favor da permanência dêsses documentos em Braga. É conhecida tambem já do público a opinião dos dois deputados eleitos por èsse circulo, os srs. drs. Joaquim de Oliveira e Domingos Pereira. Restava-nos, pois, para esclarecer inteiramente o assunto, ouvirmos a opinião dos eruditos, dos investigadores, dos que habitualmente trabalham com documentos dessa natureza, e ouvir tambem o sr. dr. Júlio Dantas, que, procurando cumprir a lei, se propunha fazer a remoção dos velhos documentos do cabido de Braga. E, um a um, todos eles se manifestaram abertamente a favor da vinda dêsses documentos para Lisboa, para aqui serem interpretados e publicados de forma a prestarem toda a utilidade aos que se dedicam ao estudo da história.

«Julgamos, pois, prestar um bom serviço ao país reproduzindo, com a fidelidade que nos fôr possivel, as palavras das pessoas que ouvimos, as

quais unicamente se pronunciaram a favor do cumprimento do decreto de 2 de outubro de 1862, que manda recolher ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo os manuscritos anteriores a 1600.

Opinião do Dr. Júlio Dantas

Procurámos primeiramente o sr. dr. Júlio Dantas, o qual, nos expoz o seguinte:

«Há em Braga, sob a guarda e administração da comissão central de execução da lei da separação do Estado das Igrejas, tres arquivos importantes: 1.º, o arquivo da Sé: 2.º, o arquivo da mitra; 3.º, o arquivo do cabido. Foram-me entregues os tres, segundo o disposto na legislação em vigor, por despacho do sr. ministro da justiça, homologado pela referida comissão central.

«Nos precisos termos da lei (decretos de 4 de abril de 1861, 2 de outubro de 1862, 29 de dezembro de 1887, 24 de dezembro de 1901 e 18 de março de 1911), eu tinha, rigorosamente, de fazer transportar para Lisboa e incorporar na Torre do Tombo todos os documentos dêsses tres arquivos. Não o fiz. Resolvi (e assim o disse ao sr. governador civil do distrito) deixar em Braga, além de duas livrarias inteiras, que tambem me haviam sido entregues (a da mitra e a do seminário), dois arquivos completos, de que não desviei um unico documento: o arquivo da Sé e o arquivo da Mitra. Trazia apenas, para Lisboa, parte do terceiro arquivo — o do Cabido: a parte anterior a 1600, nos termos do artigo 1.º do decreto de 2 de outubro de 1862, ou, mais restritamente, os cartularios em pergaminho e os pergaminhos avulsos do seculo X ao seculo XV, existentes nos gavetões dêste último cartório — monumentos de maior interesse histórico e paleográfico. Em virtude das resoluções por mim tomadas, ficavam, portanto, em Braga, além das duas livrarias a que me referi, dois arquivos inteiros a metade doutro, com todos os livros e documentos de acentuado interesse regional — egrejário, tombo das freguezias do arcebispado, prazos da mitra e do cabido, livros e mapas de contas — além dos códices intitulados *Rerum memorabilium ecclesiæ bracharensis*, em que se contêm cópias, feitas no seculo XVII, de muitos dos documentos que me propunha transportar para o Arquivo Nacional.

«Perante isto, pode alguem, com justiça, atribuir-me propositos de centralização excessiva? Parece-me que não. Julgo ter conciliado, até ao limite em que essa conciliação era possivel, as imposições legais com a moderação aconselhada pelas circunstâncias.

«Devem, ou não vir para Lisboa os cartularios do século XII e XIII exis-

tentes no arquivo do cabido de Braga — *Liber fidei, cadenatus* das Sentenças e das Capelas, I e II *De Testamentis,* e outros? Devem, ou não ser recolhidos ao Arquivo Nacional os pergaminhos avulsos do século x, xi e xii contidos no gavetão denominado das *materias inuteis,* as magnificas colecções das *Egrejas* e das *Cartas,* o precioso *bullarium* que é a gaveta dos privilégios, honras e jurisdições arquiepiscopais? A resposta só pode ser uma: devem. Teem de ser lidos, interpretados, sumariados e publicados — e êsse trabalho só pode ser feito em Lisboa, na Torre do Tombo, única instituição onde existe a obrigação legal de ler e interpretar monumentos paleográficos. Depois de publicados os documentos do arquivo do cabido — nenhuma dúvida se opõe a que eles regressem a Braga e sejam instalados na biblioteca pública dessa cidade, igualmente sujeita à minha superintendência — nos mesmos armários de castanho e grossas ferragens que os continham, sob as chaves dos cónegos claviculários nas dependências da Sé arquiepiscopal».

Opinião do dr. António Baião

O sr. dr. António Baião, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, diz-nos;

«Sob dois prismas diferentes se pode encarar a questão que me é proposta: *De jure constituto,* quer dizer, em face dos textos legais, e *De jure constituendo,* isto é, em face dos princípios.

«*De jure constituto,* são clarissimas as disposições do artigo 2.º, do decreto de 2 de outubro de 1862, mandando recolher ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo os manuscritos anteriores a 1600, disposições avivadas e ampliadas pelo numêro 13 do artigo 6.º do decreto que reorganisou as bibliotecas e arquivos de 24 de dezembro de 1901 e pelo artigo 76.º do regulamento, ainda em vigor, dêste arquivo. Devemos acrescentar, como tendo referência ao assunto, o artigo 2:597.º do Código Civil, pelo qual se sujeitam a exame, na Torre do Tombo, os documentos anteriores ao seculo xvi, cuja autenticidade se ponha em dúvida.

«Note que êste artigo foi introduzido no Código Civil por Alexandre Herculano. Note tambem que os preceitos legais de incorporação na Torre do Tombo são já velhos, pois no regulamento de 23 de novembro de 1839 (número 3 do artigo 2.º e artigo 2.º do regulamento de 1823) determinava-se que o guarda-mór deveria diligenciar que no arquivo se recolhessem os livros das chancelarias, etc.

«Para terminar, permita-me que lhe diga que o tão falado *Liber Fidei* já, antes de Herculano, foi examinado por João Pedro Ribeiro, ao qual alude

nas suas *Observações historicas e diplomaticas,* página 16, e, muito antes, no século xviii, por D. Jerónimo Contador de Argote, que, a página 2 das suas *Memorias,* amargamente se queixava das insuperaveis dificuldades na extracção de documentos, acusando em seu poder o *inventario de todos os existentes no arquivo da Sé de Braga.* De todos é sabido a falta de crítica histórica com que, em geral, se procedeu na então Academia de História, da qual fez parte Argote, e, por isso, mais instante e inadiavel é a remessa dos pergaminhos e codices anteriores a 1600, para o Arquivo Nacional e a sua imediata publicação».

Opinião do Sr. Henrique Lopes de Mendonça

— É minha opinião que todos os documentos importantes, cuja interpretação demanda habilitações especiais de paleografia, epigrafia e sciências históricas, devem ser recolhidos ao local onde os competentes os possam utilisar, com vantagem para a sciência e para o país. Conservá-los em locais onde não se possam, oficialmente, aproveitar o serviço dêsses técnicos é inutilisá-los absolutamente. Ora um grande número dos documentos existentes nos arquivos de Braga, sobretudo no do cabido, contribuirão certamente para o enriquecimento dos *Portugaliae Monumenta Historica,* colecção academica iniciada por Alexandre Herculano e continuada por João Basto.

«Esta publicação, que alcançou grande e merecido renome no estrangeiro, elucida os primeiros tempos da monarquia portuguêsa, não só no que respeita à parte política, mas principalmente no que se refere à história social dos portuguêses até ao século xv. Sôbre ela se teem baseado trabalhos importantissimos, bastando citar a *Historia da administração publica em Portugal,* do eminente academico sr. Gama Barros.

«Essa colecção é um opulentissimo manancial de notícias, e seria lástima que dela se distraíssem documentos de transcendente interesse, que não tinham chegado ao conhecimento de Herculano e dos seus continuadores. Ao velho ciume das corporações religiosas é lamentavel se substitua o ciume absorvente do regionalismo, para proibir o desenvolvimento gradual da sciência histórica e manter na tremenda obscuridade tumular os vestigios da primitiva civilisação portuguêsa.

«Basta a enumeração, feita pelo dr. Júlio Dantas, das preciosidades existentes nos arquivos de Braga, para justificar o sobresalto de todos os eruditos e a ânsia, que a seu tempo se traduzirá decerto em reconhecimento, de que o govêrno da República entre absolutamente no caminho que o espírito moderno lhe aponta: proporcionar aos competentes o estudo de todos os

subsídios, acaso disseminados em todo o país, pelas gerações que nos precederam».

Opinião do Sr. Pedro de Azevedo

Não quizemos deixar tambem de registar a valiosa opinião do distinto paleógrafo e 1.º conservador da Torre do Tombo, sr. Pedro de Azevedo, que rege a cadeira de paleografia do curso de bibliotecário arquivista. Eis o que ele nos disse:

«Não sofre nenhuma especie de duvida que a remoção dos pergaminhos do cabido de Braga para o Arquivo da Torre do Tombo representará um dos mais notaveis serviços prestados à sciência histórica pelo dr. Júlio Dantas, que vai assim concluir o trabalho de incorporação dos arquivos parciais, iniciado pelo marquês de Pombal e continuado pela Academia das Sciências e pelas comissões que se formaram com êsse objecto pela lei de 1862.

«Em toda a Europa, os pequenos arquivos e cartórios medievais, seculares e eclesiásticos, foram removidos, nas capitais dos Estados e nas sédes das grandes circunscrições administrativas, durante o século passado. Em Paris estão guardados todos os cartulários da França; a Hespanha chamou a Madrid a maior parte do arquivo de Simancas, e em Munich encontram-se todos os documentos da Baviera, anteriores a 1401.

«Em parte nenhuma o processo despertou as paixões populares, apesar de, nos países apontados e noutros, todas as classes serem bastante instruidas e formarem ideia bem nítida do valor dos monumentos históricos. Como, em geral, os arquivos foram criados em terras onde havia universidades, os documentos tornaram-se alvo dos estudos dos professores de história e dos seus alunos, que assim o vão valorisando.

«Entre nós sucedeu o contrário. Os primeiros a oporem-se à saída dos documentos foram os ordinários e os cabidos, apesar de nada lhes servirem já para as questões jurídicas, em virtude das desamortisações, Quando agora, pela lei da separação do Estado das Igrejas, parecia que se tinha quebrado o principal obstáculo ao estudo dos antigos documentos, outras forças se interpõem e procuram continuar a obra de obscurantismo.

«A Herculano não fecharam em Braga as portas dos arquivos eclesiásticos, nem tão pouco a Soromenho. O que lhes não consentiram foi a remoção para Lisboa, onde poderiam ser lidos, estudados e comparados os velhos pergaminhos do condado português. O mesmo sucedeu agora ao dr. Júlio Dantas.

«Durante êste periodo houve alguem que poude entrar no cartório, ali copiou os documentos que lhe convinham e os publicou. Esse alguem foi o

abade de Tagilde, o sábio coordenador da *Vimaranis Monumenta Historica.* Mas, êste trabalho não é de um bracarense, nem de um auxiliado pela Camara de Braga; é de um sócio da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, que tambem trabalhou na Torre do Tombo para a redacção dessa obra, que não logrou concluir. Trabalhos dêstes não pode apresentar Braga, apezar do seu liceu, da sua biblioteca e da sua relação eclesiástica.

«É, pois, infantil o argumento de que os padres fechavam o seu arquivo com receio de que se descobrissem as manobras com que haviam enriquecido a mitra. O arquivo abria-se aos estudiosos, é verdade que com cautelas exageradas, mas abria-se; e o próprio Herculano alcançou cópias, pelo menos uma, de documentos de que pretendia servir-se.

«Percebe-se que objectos de arte se conservem nos locais onde se encontram desde tempos remotos, pois que todos entendem e apreciam a arte; mas que se levantem hoteis e se façam caminhos de ferro para os curiosos irem contemplar garatujas indecifraveis para eles, é que é novidade.

«Para os bracarenses, os arquivos, como já disse, teem sido inuteis e continuarão a ser; ficando, porêm, na cidade dos arcebispos os documentos posteriores ao século XVI, já eles ali teem muito que aprender. Estes documentos, todavia, devem ser removidos para a Biblioteca, e não serem cedidos à Camara Municipal, como se pretende.

«Os documentos avulsos mais antigos, existentes em Braga, são escritos em letra visigótica, letra extremamente difícil de lêr e que só se pode decifrar à fôrça de tempo e de conhecimentos de vária ordem. Ora, eu creio, e o projecto de lei apresentado por um deputado de Braga o confirma, que não há ninguem na província que saiba lêr êsses documentos, O estacionamento na cidade de paleógrafos da Torre do Tombo, seria, portanto, demorado e dispendioso, servindo só para satisfazer o capricho de alguns agitadores.

«Mais fáceis de lêr são os documentos de letra francesa em que deve estar escrito o *Liber Fidei,* posto que alguem diga que êste códice é de legível letra gótica. Todavia, o abade de Tagilde, ao descrever o códice, errou, ao que me parece, na leitura da data em que foi escrito, o que mostra não ser tão fácil de ler como se pretende. Delicada é, porêm, a missão de transcrever os documentos portugueses dos seus primeiros séculos. É rara a pessoa que os transcreva com fidelidade, como tenho observado.

«O meu parecer é que os documentos escolhidos pelo dr. Júlio Dantas devem dar entrada na Torre do Tombo, de onde, depois de copiados e publicados, conforme o projecto de lei apresentado na camara dos deputados, serão devolvidos para a biblioteca de Braga, que, como é sabido, está sob a administração da inspecção das bibliotecas e arquivos nacionais. Esses documentos agora em litígio, encontrariam já na Torre do Tombo algumas

dezenas de seus companheiros, que Soromenho trouxe para Lisboa, e que parece não terem, apezar da sua ausência, prejudicado os trabalhos históricos da capital do reino suevo, segundo a tradição.

«Foi entre êsses pergaminhos que encontrei um testamento, em português, de D. Afonso II, datado de 1214, e que foi publicado em 1904. Esse documento é o terceiro monumento português, sendo o mais antigo, até agora, um do ano de 1192. Tem sido objecto de estudo de filólogos. Isto bem mostra que não foi inutil a incorporação na Torre do Tombo de uma reduzidissima parte do arquivo de Braga».

Opinião do sr. dr. Queirós Veloso

. . . .

«Não tenho nenhuma dúvida em o fazer, na minha qualidade de director da faculdade de letras, a quem êsse assunto não podia deixar de interessar. Como sabe, há na faculdade de letras, como, aliàs, em todas as faculdades de letras, uma cadeira de paleografia. Os cursos de bibliotecário arquivista teem sempre por base estudos nas faculdades de letras, como sejam o grego, o latim, as linguas romaicas, principalmente nos países latinos. Sem estes elementos, a paleografia seria um auxiliar incompleto para a interpretação dos documentos antigos. Já vê, pois, que não podem deixar de interessar à faculdade assuntos da naturesa daquele de que me fala.

«Dir-lhe-hei, pois, o que penso. Por maior que seja o interesse regional, que, porventura, tenham êsses documentos, e por mais respeitavel que ele seja, está sempre abaixo do interesse geral, isto é, o do país inteiro. Quem sabe se êsses documentos, muitos deles anteriores ao desmembramento de Portugal dos outros povos da Península, não estarão destinados a vir modificar, ampliar, corrigir as ideias hoje correntes e geralmente aceitas sobre essa época?

Alêm disso, muitos deles, pela sua importância, são documentos que devem entrar na colecção *Portugaliæ Monumenta Historica*, cuja publicação tem sido sempre em Lisboa, e nem mesmo se compreende que seja feita fóra da cidade onde se encontra o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

«Para facilidade de busca feita pelos estudiosos, é sempre de toda a vantagem centralisar êsses documentos. A Hespanha tem tido o seu arquivo antigo todo ele centralisado num ponto, e até, por sinal, numa terra de província, chamada Simancas. Tem já conservado os documentos de data anterior ao século XIX. E qualquer documento antigo que em Hespanha hoje apareça, seja onde fôr, lá irá fazer companhia aos outros.

«Mesmo, sob o ponto de vista de segurança, os documentos na Torre do

Tombo estão menos sujeitos a extravio e a deterioração. Não há dúvida de que em nenhuma outra parte se pode ter o zêlo e o cuidado com que ali são tratados os documentos. Na província não pode suceder o mesmo, porque está ainda muitissimo atrazado o culto pelo documento.

«Diz-se que os bracarenses que quizessem fazer a história de qualquer povoação do arcebispado o podiam fazer em Braga, sem precisarem de vir a Lisboa; que eles teriam, mais do que quaesquer outros, interesse na publicidade dos factos históricos que diziam respeito áquela região; e que mais depressa o fariam do que outros investigadores de Lisboa. Não o julgo assim. Quem quizer fazer a história de qualquer dessas povoações, não poderá dispensar-se de consultar outros documentos, para comparação, e fazê-lo com os elementos colhidos em Lisboa; portanto, de toda a maneira, cá teria de vir. Quanto ao interesse de estudo, há a mover os eruditos que não sejam de Braga, o interesse de ordem geral, o da história nacional. Mas acima de tudo há o facto de que nem para uns, nem para outros, é fácil trabalhar com êsses documentos, antes de interpretados e publicados por paleógrafos. E êsse trabalho de interpretação e publicação é que não pode ser feito lógicamente senão em Lisboa» [1].

Opinião do dr. Manuel Monteiro

. . . .

«Vou dizer-lhe com toda a simplicidade o que penso de tudo isto, abstraida é claro a minha situação oficial, e sendo para o público apenas um homem que de há muito se interessa por assuntos da naturesa dêste. Pode dizer que nesta questão dos arquivos, isto é, no que diz respeito à arrecadação dos documentos antigos, eu sou pela descentralisação. Sou-o como republicano e por princípio. E note que nisto eu sigo afinal a doutrina defendida por alguns dos que até agora querem a centralisação, tendo bem presente, por exemplo, que os srs. Pedro de Azevedo e Simões Baião, no seu livro *Arquivo da Torre do Tombo* chegam a dizer que êste instituto devia ser o centro da *rede de arquivos* do país.

«Devo acentuar-lhe que nós, em Braga, os que constituimos a parte culta da cidade nos sentimos maguados pela maneira como em Lisboa a questão tem sido exposta em público. Do que se tem dito chega-se a deduzir que só Lisboa tem homens de sciência, só Lisboa é digna de compulsar e estudar os documentos que à cidade de Braga pertencem. E, no entanto, a verdade

[1] *O Seculo*, n.º 11177, de 23 de janeiro de 1913.

é que com isto se esquece e se põe completamente de parte toda a dedicação que a sciência, a arte, o passado teem encontrado na província, sem que, todavia, essa dedicação tenha sido subsidiada como a sciência da capital, pelo Estado. Eu proprio tenho percorrido o país publicando alguns trabalhos que mereceram a consideração daqueles que hoje, por causa do arquivo do cabido, se referem em tom menos respeitoso aos eruditos de Braga.

«É certo que não há em Braga uma sociedade scientífica; mas há um grupo de homens inteligentes e sabedores, verdadeiramente competentes que estão decididos a por toda a sua boa vontade e todo o seu esforço para o conhecimento e publicação dos documentos do cabido. E se se tivesse dado um pouco de liberdade às camaras municipais para a publicação dos Arquivos e documentos dos respectivos concelhos, creia que já há muito a história do país estaria feita. Lembro, comprovando esta afirmação a patriotica iniciativa da Camara do Porto que publicou o *Corpus Codicum,* importante colecção de documentos do seu arquivo, e lembro ainda o facto de os documentos de Guimarães se terem tornado do domínio público, ao contrário do que sucedeu com os que de Guimarães vieram para a Torre do Tombo, que ainda hoje estão completamente inéditos. E para tudo isso não foi preciso recorrer à Torre do Tombo, sendo êsses documentos publicados sem a sua intervenção. Porque é preciso que se tenha sempre presente que o que nos interessa principalmente é a publicação de documentos, que ficaria comprometida vindo eles para Lisboa. E tanto assim é, que o nosso maior desejo é que as Camaras municipais sejam obrigadas a publicar os documentos dos seus concelhos e os funcionários da Torre do Tombo a publicarem o que já lá teem.

«Eu bem sei que a Torre do Tombo é o estabelecimento onde oficialmente se interpretam os documentos e onde há uma escola de paleografia, se bem que ainda até hoje não tenha apresentada um trabalho didático que habilite os estudiosos interessados a adquirirem êsse ramo de sciência, vendo-se assim obrigados a recorrer aos trabalhos estrangeiros. Argumenta-se tambem com a lei. Mas que importa isso? O que tudo isso prova é que ela é uma lei absurda e, como todas as leis absurdas, deve-se revogar. E não seria das primeiras sobre que a Republica aplicava a sua acção de saneamento.

«Insisto, pois, em que o govêrno devia impor à Camara de Braga o encargo de publicar a documentação do arquivo do Cabido, porque senão virá a suceder-lhe o mesmo que aos documentos de Guimarães vindos para Lisboa e aos preciosos documentos do arquivo da mitra que Soromenho trouxe tambem para cá.

. . . .

«Para responder-lhe [acêrca da acomodação] só tenho que reportar-me

ao que no *Arquivo da Torre do Tombo* diziam os srs. Pedro de Azevedo e Simões Baião, que agora defendem a vinda dos documentos para Lisboa. Diziam eles que só a *chuva* e o *roubo* são os únicos riscos que os documentos não correm na Torre do Tombo.

«No sitio onde estão, ficando o local considerado como anexo da Biblioteca de Braga, ou na propria Biblioteca, transportando-se para lá os armários em que se conservam, ficariam muito bem êsses documentos. Há quem diga que a nossa intenção era que êsses documentos fôssem entregues à Camara municipal combatendo-se essa ideia com o argumento de que deviam ficar na biblioteca porque os documentos são do Estado e a biblioteca tambem o é, e esta com desconhecimento talvez de que as despesas da biblioteca são pagas pela Camara municipal e era ainda para essa questão de despesa que a Camara municipal era chamada, no caso dos documentos do Cabido.

«E note, acêrca dêste assunto, estou em muito boa companhia. Alêm do parecer de vários escritores ilustres com quem tenho falado, há a registar o do douto professor Gonçalves Viana, que o consignou na sessão da Academia das Sciências em 23 de Janeiro, quando para ali foi levada a questão do arquivo pela bondade do sr. Henrique Lopes de Mendonça. E note ainda que a sua proposta mereceu um sensato e avisado reparo do jurisconsulto Veiga Beirão sobre o qual se pronunciou o inteligente critério do ilustre romancista Teixeira de Queirós promovendo o aditamento da sessão.

«O dr. Júlio Dantas foi a Braga no cumprimento dum dever e nestas condições não tenho senão que louvar o seu procedimento nem o posso condenar, porque o que deve ser condenado é unicamente a lei que o determinou a lá ir. Todavia muito tempo antes do dr. Júlio Dantas ser nomeado Inspector das Bibliotecas já eu, na qualidade de governador civil, que não deixava de ser o mesmo apaixonado dos estudos históricos e monumentos do passado, tinha empregado os meus bons ofícios, junto da comissão da execução da lei da separação para que os arquivos se conservassem em Braga e assim o tinha comunicado tambem ao nosso falecido amigo e considerado erudito Gabriel Pereira. E tinha ficado assente, duma maneira geral, que viriam para Lisboa e para serem publicados os documentos que dissessem respeito à história geral do país, permanecendo em Braga os que tivessem caracter local.

«É curioso acentuar que tendo ido a Braga, na sua missão, o dr. Júlio Dantas, que eu acompanhei e tratei com as considerações não só de amizade pessoal mas tambem com as que oficialmente lhe eram devidas, assim tambem expontaneamente o resolvera, conforme m'o comunicou na estação do caminho de ferro e quando regressou da sua inspecção à cidade do Porto. Todavia, quando voltou inesperadamente a Braga, para remover o arquivo

verificou-se que ele não só se dispunha a trazer para Lisboa os documentos de caracter geral, como os que tinham um interesse local. Posso citar-lhe, de memória, os seguintes: «*De quindenios,* decimas, tributos e fintas; Prazos particulares e materia de prazos; Sé, missas, procissões e acompanhamentos; Côro, distribuição e multas; Egrejas, legados e sufrágios; Capelas, sucessões e vínculos; Sé vacante; Cabido e seus oficiais; Actos capitulares, estatutos e acordãos; Prazos do Cabido; Propriedades e rendas do Cabido; Privilegios, honras e jurisdição do Cabido; Dignidades, cónegos, tercenários e coreiros, e muitos, outros de idêntica natureza.

«E, já que falei no dr. Júlio Dantas, devo dizer-lhe que ele pessoalmente viu e observou o interesse, eu diria quasi o amor, com que em Braga teem sido tratados os assuntos que dizem respeito à sua biblioteca e, portanto, sentiu bem, quando outros factos, que são do seu conhecimento, não houvesse, que os documentos do Arquivo do Cabido ficavam em boas mãos. E mais uma vez lhe confirmo e desejo que a parte culta da cidade de Braga tem de que êsses documentos se publiquem, e tanto mais quanto é certo que ao contrário do que geralmente se afirma aqui em Lisboa, semelhante arquivo era quasi inacessivel. Eu proprio muitas vezes tentei vê-lo e lembro-lhe, assim de momento, o dr. José de Sousa Machado, que tambem fez muitas tentativas para o vêr, obtendo como eu, sempre um resultado negativo.

«Posso mesmo citar-lhe a frase do falecido deão da Sé, que, na sua ciosa veemencia de ocultar o arquivo, dizia, quando se aludia à publicação ou conhecimento, ou quando se pensava em remover algum documento para fóra de Braga — *Em última instância, inventa-se um incêndio,* ideia que nós se tivessemos outros propósitos que não fôssem bem intencionados já teriamos aproveitado» [1].

Carta do sr. Pedro de Azevedo

«*Sr. redator.* — Permita-me v. que eu preste mais alguns esclarecimentos sôbre o caso dos pergaminhos de Braga, visto que um distinto arqueólogo daquela cidade, o sr. dr. Monteiro, julgou conveniente, depois de solicitado, responder aos pareceres que alguns entendidos na matéria deram em entrevistas publicadas no *Seculo.*

«Parecerá, pelo que s. ex.ª diz, que eu sou agora de opinião contrária à

---

[1] *O Seculo,* n.º 11197, de 13 de fevereiro de 1913.

que emiti há dez anos, sôbre a necessidade da creação de arquivos territoriais, quando tal não sucede. Entendia, como ainda entendo, que o Arquivo Nacional é insuficiente para conter todos os cartórios das repartições extintas e dos conventos suprimidos do país, e que, por isso, seria de conveniência a creação de mais depósitos, sendo nestes estabelecimentos só conservados os documentos sôbre a história local.

«Na *Limiana* escrevi há poucas semanas que os tombos dos conventos, relativamente modernos, só seriam bem apreciados nas regiões onde espalharam os seus benefícios essas poderosas casas. Pelo contrário, entendia e entendo que os cartórios e pergaminhos devem ser removidos para Lisboa, porque só aqui há actualmente quem os entenda, possa estudar e publicar. Se em Braga há quem os possa lêr sem os nunca ter visto, nem ter prática de leitura, isso é um milagre, contra o qual nada direi.

«Admira que o povo de Braga só agora manifeste o seu amor pelos documentos e deseje que a Camara os publique, não havendo seguido o exemplo de Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães, Evora, Ponte do Lima, Elvas, Bragança, etc., onde particulares e corporações oficiais teem desenvolvido atividade digna de aplauso em os estampar e publicar catálogos. Ainda mais poderia aqui dizer; mas, como não pretendo alimentar os azedumes da política bracarense, omitirei as minhas considerações.

«Encarada a questão *de jure constituendo,* numerosos e irrespondiveis são os argumentos a favor do Arquivo Nacional:

«A única escola de paleógrafos existente no nosso país, e já hoje secular, é a da Torre do Tombo;

«Parte dos documentos do arquivo do cabido de Braga são o complemento dos *Portugaliæ Monumenta Historica,* publicação iniciada pelo eminente paleógrafo e meu antecessor no logar de director desta casa, sr. José Basto, e acompanhada sempre por paleógrafos dêste arquivo;

«Homens da ilustração do visconde de Santarêm e cardeal Saraiva assim o entenderam e executaram, chegando a presentear o arquivo com tres preciosos códices, dois dos quais do século XVI;

«Todas as colecções do arquivo teem acima de tudo interesse regional, e, por isso, ele tem a designação de *Arquivo Nacional,* e o Código Civil lhe chamou Arquivo Geral do Reino;

«No Arquivo Nacional há, em todos os empregados, do mais elevado ao mais ínfimo, o que chamarei o culto do documento e, apezar de miseravelmente pagos, apontam-se as faltas nas suas vastas colecções, algumas das quais são seis vezes seculares;

«Na *Historia,* de José Silvestre Ribèiro, se enumeram os serviços prestados pelo Arquivo da Torre do Tombo após o terremoto de 1755, e a

ele estão constantemente recorrendo camaras municipais, juntas de paróquia, etc., etc.;

«Se os eruditos de Braga, perante cujo saber me curvo respeitoso, tiverem presente o caso de Alberto Sampaio, que não poderia publicar o seu trabalho monumental sem o preparatório dos *Portugaliæ,* esperarão pacientemente a publicação dêste aditamento para, sôbre ele, fazerem os seus estudos:

«A restante população de Braga nada lhes interessa lá terem ignoradas centenas de pergaminhos, que à Roma portuguesa poderão atrair, num século, meia duzia de forasteiros.

«Como vê, pela minha sintética exposição, em favor do Arquivo Nacional, militam irrefutavelmente as disposições legais e os principios.

«Pelo contrário, não admira que o Arquivo da Torre do Tombo não tenha publicado muitos dos seus depósitos, pois que, em 1902 e 1911, lhe diminuiram o pessoal. Ao Arquivo poderia substituir-se a acção da Academia das Sciências de Lisboa, que publicou inumeraveis documentos, entre eles muitos de Guimarães, se a não perseguisse o ódio dos poderes públicos, que lhe subtraíram a tipografia e empregam todos os meios de a *boycotaram.*

«Se há pessoas estranhas a Braga que entendem que os pergaminhos devem continuar a ficar no mesmo local, julgo que elas, pela qualidade dos seus estudos, não precisam de consultar documentos, e por isso lhes é indiferente que eles continuem a ficar inacessiveis.

«O próprio sr. dr. Monteiro, que é um espírito culto, não se opõe à saída de Braga dos documentos de valor mais geral, que são os mais antigos, e, neste caso, a sua adesão é preciosa para a resolução desta causa.

«É moda agora atirar para cima dos padres e dos frades culpas que atingem toda a nação, e assim se costuma dizer que os cónegos de Braga não consentiam na consulta dos documentos. Dou-lhes toda a razão, pois o cartório não era público e muitos dos consultantes, pelas suas ideias, não mereciam a mínima benevolência dos cónegos. Herculano lá esteve cinco dias e lá arrolou os pergaminhos anteriores a 1280, e o abade de Tagilde aí copiou numerosos documentos, que publicou há quatro anos, numa obra onde advogou a publicação integral do *Liber fidei.*

«Se formos a Hespanha, lá acharemos o cónego Ferreiro, de Compostela, a publicar os documentos da Sé, numa obra que já passa de dez volumes. O mesmo sucede nas outras dioceses hespanholas, sendo raro o boletim da Academia de História, de Madrid, onde não venha transcrito qualquer documento dos cartórios eclesiásticos, tanto publicados pelo padre Fito, da Companhia de Jesus, como por outros investigadores.

«Resta-me, finalmente, falar na aula de paleografia, regida na Torre do Tombo, por um dos seus conservadores, que assim acumula dois empregos, percebendo, todavia, só por um, e não sendo dispensado de serviços que cabem à sua classe. O sr. dr. Monteiro lamenta que êsse professor ainda não tivesse publicado um manual de paleografia, por onde pessoas que não cursam a cadeira possam ilustrar-se nessa sciência. De facto, é para lamentar tal situação; mas isso não impede que muitos indivíduos, com escassas habilitações, desejem ser bibliotecários e arquivistas, e que o consigam algumas vezes sem concurso.

«Esperando que v., sr. redactor, se digne mandar publicar esta carta, tenho a honra de me assinar — *Pedro de Azevedo*» [1].

Carta do dr. António Baião

«*Sr. Redactor.* — Lendo no número de ontem do seu jornal uma entrevista com o sr. Manuel Monteiro, governador civil de Braga, acêrca da remoção dos pergaminhos do arquivo do cabido para o Arquivo Nacional, vejo que s. ex.ª se refere a passagens do livro *O Arquivo da Torre do Tombo,* de que fui um dos autores. Esqueceu-se, porêm, s. ex.ª de ler o prefácio dêsse livro, aliás não envolveria o meu nome no caso, onde escrevi:

«Ao sr. Pedro de Azevedo *é devida a primeira parte dêste livro e os primeiros XII capítulos da segunda, assim como o estudo sôbre as cadeiras de paleografia e diplomática, e a lista dos guarda-móres e escrivães*».

«*Suum quique.*

«Como v. vê, sr. redactor, não posso consentir, sem protesto, que me assaquem afirmações feitas na parte do livro que me não pertence. Subscrevo-me — De v., etc. — *António Baião*» [2].

No artigo do sr. dr. Júlio Dantas acêrca do «Serviço de incorporações pela Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos» encontramos notícia de terem os: «Arquivos da Sé e da mitra de Braga, — sido — incorporados na Biblioteca Pública de Braga. Conteem documentos importantes sôbre a jurisdição bracarense, bulas papais dirigidas aos arcebispos primazes, cartas régias, processos julgados na Relação Eclesiástica, tombos das freguesias do arcebispado, prasos da mitra, etc. O arquivo do Cabido, o mais precioso de todos, com o *Liber Fidei,* os *Cadenati* das sentenças e das capelas, o códice

[1] — [2] *O Seculo,* de 23 de janeiro de 1913.

De Testamentis e a riquissima colecção de pergaminhos avulsos (séculos x a xv), encontra-se ainda [outubro, 1914], sem conservação, sem inventário e sem guarda, no edifício da Sé arquiepiscopal» [1].

Tal é o estado actual dos Arquivos de Braga.

[2] *Anais das Bibliotecas Eruditas e Arquivos de Portugal,* vol. I, p. 5.

BIBLIOTECA DE AJUDA

Escasseando-nos elementos que permitissem fazer a história desta ex-real Biblioteca, resolvemos, com a devida vénia para com seus autores, dar publicidade aos apontamentos por nós recolhidos, como complementares dos publicados por Silvestre Ribeiro.

Eis o primeiro:

«De muitos dos leitores é certamente sabido já que a instalação da preciosa e famosa Biblioteca da Ajuda no palácio do mesmo nome data sómente do mês de junho de 1880, em que Portugal celebrou o tricentenário de Camões, sendo para aí trasladada do prédio que lhe fica fronteiro, colocado entre o mesmo palácio e a torre do relógio da extinta e demolida igreja patriarcal.

«Pelos documentos que se seguem ficarão agora conhecendo os motivos por que essa trasladação se fez.

«Orçamento para a construcção duma Bibliotheca a construir no Real Palacio da Ajuda — Descripção

«No dia 15 do mês de setembro proximo passado teve logar a remoção da guarda do palacio da Ajuda para a parte da nova casa da guarda que já está construida, conforme se vê da planta junta, construção esta que foi autorisada por portaria do ministerio das obras publicas de 30 de novembro de 1877.

«A parte da casa da guarda que falta construir não se póde começar a sua construcção, sem que primeiramente seja demolida a antiga casa onde actualmente está a Bibliotheca do Paço da Ajuda, a qual têm de ser accommodada

na parte do palacio onde anteriormente estava alojada a guarda a que, como se vê da planta do projecto, occupava as salas do pavimento térreo do lado leste, entre o vestibulo da entrada do palacio e o torreão norte. Estas salas teem todas as paredes em osso, os pavimentos por vigar, e os tectos estão só nos vigamentos.

«Portanto alêm da construção das estantes, que vão indicadas no respectivo projecto, ha a vigar e a assoalhar os pavimentos de todas as salas, bem como fasquear e estucar todos os tectos.

«Para se poder assentar os vigamentos é indispensavel desaterrar o pavimento, não só para evitar o contacto da madeira com a terra, mas tambem para estabelecer a indipensavel caixa d'ar.

«Quando em tempo me foi ordenado que procedesse á construcção da referida Bibliotheca, foi-me indicada a applicação de ferro em toda a sua construcção; porêm no presente projecto adoptei a madeira por me parecer preferivel, attendendo a que a construcção de ferro seria incomparavelmente mais dispendiosa, sem que dahi resultassem vantagens que justificassem o emprego do ferro.

«A despeza a fazer com a caixa de ar e remoção de entulhos não a menciono no presente orçamento, porque essas despezas serão compensadas com o valor dos materiaes provenientes da demolição das casas onde actualmente existe a Bibliotheca.

«Lisboa, 2 de outubro de 1878. O chefe de secção. — *Raphael da S. Castro*».

«Il.º e Ex.º Sr. — Em 30 de novembro do anno passado recebeu esta direcção ordem por uma portaria, para proceder á construcção dum quartel junto do Real Palacio da Ajuda.

«A obra teve immediata execução, mas só poude construir-se metade (aproximadamente) da casa destinada para tal fim, porque para a construcção da restante se tornava necessario demolir a casa em que actualmente está a Bibliotheca do mesmo Real Palacio. Estas circumstancias foram desde logo previstas, e em uma visita feita aos trabalhos ordenou o ex.^{mo} sr. ministro que então tinha a seu cargo a pasta das obras publicas, que se procedesse às obras necessarias para ser mudada a Bibliotheca, da casa do largo da Ajuda, onde se acha, para o angulo norte-leste do palacio.

«São êstes os fundamentos em virtude dos quaes tenho a honra de enviar hoje a v. ex.ª o projecto e orçamento para a construcção da referida Bibliotheca, estando elaborado pelo architecto Rafael da Silva e Castro, encarregado das obras naquele palacio.

«Do caderno de desenhos que constitue o projecto, dignar-se-ha v. ex.ª

vêr quaes as disposições do mesmo, e que são 3 as salas do palacio destinadas à Bibliotheca.

«O orçamento das obras, attentas as condicções de atrazo, de construcção em que se acha a parte do palacio destinada ao fim de que se trata, importa na quantia de 7:500$000 réis; está precedido das competentes condicções, e os seus preços de unidade estão em harmonia com os correntes.

«Considero esta obra impreterivel e inadiavel; não só porque a parte do quartel que está concluida, e acanhada para a força militar que muitas vezes ali se estaciona; como porque a mudança da Bibliotheca não póde deixar de se reputar muito urgente por todas as razões que se apresentam à primeira inspecção da localidade.

«Em vista de quanto deixo exposto, s. ex.ª o ministro dignar-se-ha ordenar o que fôr servido — Deus Guarde a v. ex.ª — Secretaria da direcção, em 14 de outubro de 1878 — Illmo e ex.^mo^ sr. director geral das obras publicas e minas — O engenheiro director — *Bento F. de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça.*

«O orçamento a que se refere este segundo officio tem a data de 30 de setembro de 1878. A 13 de igual mês do anno anterior fallecera Alexandre Herculano, director desta Bibliotheca desde 1839, ao qual succedera o dr. Magalhães Coutinho, cuja gerencia se estendeu até 1894 em que foi succedido pelo sr. Ramalho Ortigão.

«Foi ainda na gerencia do dr. Magalhães Coutinho que a Bibliotheca foi ampliada com as 2 salas correspondentes ao torreão norte-leste, na ultima das quaes já encerram 2434 volumes e pastas de manuscriptos, 178 incunabulos, 488 livros raros, etc.

«Ascende a 71000 o numero de volumes existentes nas diversas salas desta Bibliotheca, considerando-se como taes uma grande quantidade de pastas recheadas de folhetos. — Ajuda, 17 de Abril de 1911. — *Jordão de Freitas.*

Esta informação foi publicada no *Diário de Notícias* de 18 de Abril, e no ano seguinte no *Diário do Govêrno*, de 2 de fevereiro de 1912, lê-se:

«Atendendo a que a Biblioteca da Ajuda, pelo número dos volumes que encerra (cêrca de 80.000), pela importância e raridade bibliográfica de muitos dêles e pelo valor dos seus quantiosissimos manuscritos, merece e deve continuar aberta à leitura e investigação dos estudiosos;

«Sendo de toda a conveniência e vantagem que os serviços biblioteconómicos sejam entregues à directa inspecção e direcção das repartições oficiais e entidades técnicas nesta especialidade de serviços públicos;

«Atendendo aos avultados dispêndios, perigos e dificuldades, se não impos-

sibilidade, que haverá em remover convenientemente para outro edifício um tão vasto e valioso repositório bibliográfico;

«Atendendo a que o pessoal privativo desta Biblioteca, e que constituia o seu quadro à data da implantação da República, é idóneo e competente;

«Tomando em consideração que esta Biblioteca — classificada entre as Bibliotecas Eruditas por decreto de 18 de Março de 1911 — pode funcionar sob a directa e imediata direcção da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais, dispensando o lugar de director, cujo último serventuário se exenorou em Outubro de 1910;

«Considerando a urgente necessidade de não protelar por mais tempo a reabertura dêste estabelecimento do Estado actualmente a cargo do ministério do Interior, nos termos do art. 36.º, capítulo 7.º do Orçamento Geral do Estado aprovado por carta de lei de 30 de dezembro de 1911;

«Tendo em vista as informações das estações competentes; sob proposta do Ministro do Interior, hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1.º A Biblioteca da Ajuda, incluindo os livros, e mobiliário, as salas em que se acha instalada e o edifício anexo em que se guardam os seus volumes em duplicado, fica definitivamente a cargo do Ministério do Interior, funcionando sob a imediata superitendência da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais.

Art. 2.º O Pessoal da Biblioteca da Ajuda, constará do seguinte quadro, de harmonia com o art. 26.º, cap. 7.º, do Orçamento Geral do Estado, aprovado por carta de lei de 30 de dezembro de 1911: Um oficial bibliógrafo — 500$000 réis; um praticante — 240$000 réis; um continuo – 216$000 réis; um servente — 144$000 réis.

Art. 3.º O encargo com os quatro empregados do quadro, a que se refere o artigo antecedente, e com as despesas de expediente na importância de 120$000 réis, serão satisfeitos pelo orçamento do Ministério do Interior, em cuja tabela se acham descritos no capítulo e art. acima citados.

Art. 4.º É conservado o pessoal que constituía o quadro privativo desta Biblioteca em 6 de Outubro de 1910, com as categorias que tinham nesta data, exceptuando o director cujo lugar fica extinto. — O ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços da República em 20 de Janeiro de 1912. — *Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.*

O Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, sr. dr. Júlio Dantas, visitou em 9 de Julho de 1912, acompanhado dos srs. Henrique Lopes de Mendonça e José António Moniz, a Biblioteca do palácio da Ajuda, que hoje faz parte das bibliotecas sujeitas à sua inspecção, mas que ainda não estava aberta ao público por motivo do arrolamento a que se estava procedendo.

A visita foi demorada, tanto ao edifício como à dependência dominada Casa da Física, onde se encontram cêrca de 10:000 volumes de duplicados, tendo o Inspector das Bibliotecas sido recebido pelo sr. Jordão de Freitas, oficial da biblioteca, e mais pessoal.

Em resultado desta visita, — diz o jornal onde colhemos a informação, — que o sr. dr. Júlio Dantas ia propôr ao govêrno determinadas providências, tanto no sentido de promover o franqueamento da biblioteca da Ajuda à leitura pública, como no de utilisar, entregando-os às livrarias liciais e municipais, os duplicados da Casa da Física, que ali se encontram sem aplicação.

Verificou-se tambêm que, pela falta de gradeamento na janela térrea de uma arrecadação, o edifício não se encontrava em condições de absoluta segurança.

Em 20 de fevereiro do ano seguinte (1913) já a biblioteca estava reaberta ao público, como se vê no *Diário de Notícias*, que informava ter «sido muito freqùentada esta biblioteca, que é uma das mais ricas do país e onde se encontram, alêm do célebre «Cancioneiro», notáveis livros iluminados e incunabulos e espécies raras e preciosas.

«A biblioteca da Ajuda foi, no seu fundo inicial, constituida pelas riquíssimas colecções de manuscritos do infantado, da corôa e das casas congreganistas da Companhia de Jesus, extintas pelo marquês de Pombal, e pelas opulentas livrarias da congregação do Oratório, da Meza da Consciência e Ordens, da Imprensa Régia, do Dezembargo do Paço e do Colégio dos Nobres.

«A leitura é feita, por emquanto, apenas na primeira sala da Biblioteca.

Na *Capital*, jornal de Lisboa, encontrámos em 29 de Abril (1913) a seguinte entrevista relativa no assunto á Biblioteca da Ajuda:

«A Biblioteca Nacional é um velho casarão que ainda conserva todo o ar conventual dos edifícios que serviram de moradia às dissolvidas congregações religiosas. Quem o não conhece? Mercê do espírito organisador do sr. dr. Júlio Dantas, uma grande rajada de renovação e reconstituição vai vivificando o vasto convento. Veem-se obras por todos os lados. Há salas que retomam o seu antigo e precioso carácter, há dependências que regressam ao passado lendário e poético em que é preciso fazê-las viver. Transposta a larga escadaria pejada de caixotes a abarrotar de livros, o ilustre Inspector das Bibliotecas conduz-me para uma salasìnha abobada do primeiro pavimento, arranjada no mais puro estilo Luís XV. Uma mesa preciosa será a futura secretária do sr. dr. Júlio Dantas. Defronte, um rico bufete de pau santo; pelo chão passadeiras vermelhas e pelas paredes retratos, alguns dêles de alto valor, de individualidades ilustres nas sciências e nas letras dêste país. Figuram na histórica galeria o padre António Vieira, Bluteau, o autor do cé-

lebre dicionário, Frei Manuel Bernardes, Contreiras, o fundador da Misericordia de Lisboa e professor da Raínha D. Leonor, Frei Bernardo de Brito, cronista-mór do reino, D. João IV, Aspilcueta Navarro, lente da Univerdade no tempo de Camões, exemplares magnificos de indumentaria, seria uma falta grave deixa-los perder ou não os conservar como verdadeiras relíquias que são. E, vividos uns poucos de minutos duma vida hieratica que nos dá o passado quando o esmaltam glórias e grandesas, trepamos mais uns lances de escadas, subimos ao pavimento superior, e ali, no seu gabinete, donde se avistam os telhados vulgares que vão do Chiado até ao Tesouro Velho, o sr. dr. Júlio Dantas fala-me do assunto que me interessa. Há ótimas gravuras decorando o recinto, paineis a que anda ligado um fiosito de tradição, estantes carregadas de livros denunciando a tebaida acolhedora dum homem de estudo...

«E o Inspector das bibliotecas, diz-me:

«— Não tenho dúvida alguma em aceder ao seu desejo, dizendo-lhe o que há acêrca da destruição do catálogo de manuscritos da Biblioteca da Ajuda e do conseqùente processo que está correndo no juizo de Investigação criminal, a que se referem os jornais de hoje. O decreto de 20 de junho de 1912 colocou a Biblioteca da Ajuda sob a directa superintendência da inspecção das Bibliotecas e Arquivos. Em 18 de maio, quando tomei conta do meu cargo, ainda não tinham sido entregues as chaves dos armários reservados da referida Biblioteca e as chaves da caixa do *Cancioneiro da Ajuda*, que, como as chaves das gavetas da catalogação dos manuscritos, se encontravam em poder do magistrado encarregado de proceder ao arrolamento do palácio. Pediram-se providências ao ministério da justiça para que essas chaves chegassem ao seu destino. Foi então, que o magistrado já indicado entregou ao oficial bibliógrafo sr. Jordão de Freitas todas as chaves, excepto as das gavetas que continham os 50.000 verbetes ideográficos organisados por Cardoso Bettencourt, que nesse trabalho gastou cêrca de quatro anos. Insistiu-se, é claro também, pela remessa dessas chaves ao seu destino legal, mas a isso opoz o magistrado incumbido do arrolamento uma recusa polida, mas terminante. Em dezembro último, como viessem alguns estrangeiros a Lisboa na intenção de examinar certos códices da Biblioteca da Ajuda sôbre determinado assunto, tornou-se necessário consultar os verbetes da catalogação dos manuscritos. Tornei a insistir perante o ministro da justiça, que era então o sr. Correia de Lemos, para que essa catalogação fosse posta ao meu dispôr. E foi com surpresa que dias depois recebi um oficio do sr. Jordão de Freitas no qual se dizia, em resumo, o seguinte:

«Que no dia 16 de dezembro o juiz arrolador dos bens do palácio levantara os sêlos opostos nas gavetas onde se encontravam os verbetes feitos por

Cardoso Bettencourt, e abrindo-as, encontrara todos os verbetes nas mesmas gavetas contidos, rasgados em quatro fragmentos, e, em seguida, mandara lançar os verbetes assim quartipartidos no entulho existente nas trazeiras do palácio da Ajuda, tornando assim impossível qualquer tentativa de reconstituição. Disse ainda o sr. Jordão de Freitas, para meu completo esclarecimento, que os verbetes destruidos tinham sido pagos a Cardoso de Bettencourt pela administração da extinta casa real por quantia que deve remontar a cêrca de 1:400$000 réis, tendo o abono de 25$000 réis mensais, que o sr. Bettencourt recebia sido suspenso em 5 de outubro de 1910. Portanto, os verbetes inutilisados, ou eram propriedade do Estado ou estavam entregues à responsabilidade do mesmo Estado, o que me levou a notificar o sucedido, para salvaguarda das minhas responsabilidades, aos ministérios do interior, da justiça e ao 2.º juizo de investigação criminal, depois de ter feito ouvir, na Inspecção das Bibliotecas, pelo director da secretaria geral, todo o pessoal da Biblioteca da Ajuda, que foi unanime na declaração de que os verbetes inutilisados eram realmente os feitos por Cardoso de Bettencourt; de que o ilustre magistrado encarregado do arrolamento os mandára vasar no entulho do palácio, acabando assim de os inutilisar e de que Cardoso de Bettencourt, já depois de proclamada a República, e antes de apostos os sêlos nas gavetas referidas, continùou trabalhando durante bastantes meses na Biblioteca da Ajuda.

«O processo que está correndo no 2.º juizo de investigação criminal diz respeito ao esclarecimento dêstes factos e ao apuramento das respectivas responsabilidades.

«Até aqui o que disse o sr. Júlio Dantas, que deixo emfim, entre as funções do seu cargo. E agora pergunta-se: não é extraordinário que o juíz, tendo encontrado a catalogação rasgada, não tivesse mandado fechar cautelosamente as gavetas e levantado o auto respectivo, para que a justiça, de posse dêsse auto e das chaves respectivas procedesse ao inquérito que os factos exigissem? Os verbetes foram pagos por 1:400$000 réis, mas o seu valor estimativo era imenso. É preciso descobrir a mão criminosa que os destruiu, competindo ao ministério da justiça averiguar até onde vão as culpas do juiz que procedeu ao arrolamento do palácio da Ajuda».

No dia imediato as *Novidades*, inseria a seguinte entrevista com Cardoso de Bettencourt:

«A *Capital* de ontem, sob o título *Vandalismo criminoso*, refere-se largamente à destruição de 50:000 verbetes da Biblioteca da Ajuda, que, depois de terem sido encontrados rasgados numas gavetas foram arremessados ao lixo sem se dizer *agua-vai*.

«Resolveu o sr. dr. Júlio Dantas, Inspector das Bibliotecas e Arquivos, apurar o caso e para isso fez instaurar um processo, depois do respectivo

inquérito a que procedeu, processo que corre no 2.º juizo de investigação criminal e pelo qual se devem tomar as responsabilidades a quem elas pertençam.

«Numa entrevista concedida pelo sr. dr. Dantas áquele jornal da noite parece que parte dessas responsabilidades já são lançadas ao magistrado encarregado em 1912 de proceder ao arrolamento do palácio — magistrado que sabemos ser o sr. dr. Taborda — e ao sr. Cardoso de Bettencourt; que organisou os citados verbetes ideográficos, trabalho em que gastou, pacientemente, cêrca de quatro anos, recebendo por êle, da administração da extinta Casa Real, perto de 1:400$000 réis.

«Se bem que ao sr. Cardoso de Bettencourt não seja claramente imputado na entrevista qualquer facto menos airoso e só o seu nome nela apareça veladamente envolvido, procurámos êste senhor, um espirito culto e inteligentíssimo, que, imediatamente, a um canto silêncioso do café Martinho, entre dois goles de café, nos disse sucintamente o seguinte:

« —Eu creio ser isso tudo uma mesquinha vingança pessoal de que me rio . . .

«O caso não merece, mesmo absolutamente nada, a importância que lhe atribuem . . .

«— Mas . . . o processo que vai correndo? perguntámos.

«O sr. Cardoso de Bettencourt cofiou a emaranhada barba negra e replicou, sempre com um sorriso enigmático: «— Em respeito à justiça, reservo para o juiz competente as explicações que forem precisas, podendo afiançar a v. que, só com uma palavra e com a menção de um facto, ao qual os entrevistados da *Capital,* voluntária ou involuntariamente, não fizerão alusão, o juiz há de reconhecer a estupidês e inconsistência da acusação que fazem . . .

«— Mas v. ex.ª não foi ouvido no inquérito administrativo feito por ordem do sr. inspector das Bibliotecas e Arquivos?

«— Nunca, o que é devéras estranhável. Só por conversas particulares tive conhecimento de tal inquérito, e achei muita graça por vêr ressuscitar após o 5 de Outubro os processos do Santo Ofício . . . A respeito, finalmente, não só dêste *caso* como de outros da Ajuda, proponho-me, quando julgar conveniente, esclarecer o público . . . E então se verá . . .

«Nada mais nos quiz adeantar o sr. Cardoso de Bettencourt e nós não podiamos teimar, retirando-nos, por isso, agradecendo os esclarecimentos que, apesar de simples, muita coisa dizem e farto mistério encobrem.

«E concluiremos como êle: «. . . *E então se verá* . . .» [1].

Na Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa existe impresso o: «*Catalogo dos manuscriptos* | *da* | *Real Bibliotheca da Ajuda* | *referentes á* |

---

[1] *As Novidades.* 30 de abril de 1913.

Guerra Peninsular | por | Cardoso de Betencourt, | addido á mesma Bibliotheca | sob a direcção do Bibliothecario | Ramalho Ortigão [armas reais do reino] Lisboa | Typographia da Academia das Sciencias | 1910 — VII paginas com a «Explicação», 94 de catálogo e 1 página de errata. A impressão dêste catálogo foi custeada pelo ilustre académico Ramalho Ortigão que conserva quási toda a tiragem.

Pelo nosso distinto académico e amigo dr. Júlio Dantas tivémos conhecimento que o sr. Jordão de Freitas oficial bibliógrafo está elaborando a notícia histórica da Biblioteca da Ajuda, por tal motivo os apontamentos acima publicados são sómente os que podemos reùnir.

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO

Fundou-se esta Biblioteca quando em 1825 se criaram as Escolas de Cirurgia em Portugal. Assim o informa o ilustre bibliotecário, sr. Pires de Lima na introdução ao *Catálogo da Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto*, que é, como que, a crónica dessa livraria, elaborada sôbre documentação existente na mesma. Esta circunstância nos leva a transcrever êsse elucidativo trabalho.

«O regulamento da Escola creava uma biblioteca, que ficáva a cargo do porteiro das aulas. Como a dotação do novo estabelecimento era exígua, o conselho da Escola votou por unanimidade uma proposta do professor Joaquim Inácio Valente para que se fizesse uma representação ao Cirurgião-mór do Reino, afim de que a décima deduzida dos ordenados de todos os lentes revertesse a favor da Escola, para com ela se principiar por comprar alguns livros mais indispensáveis, para se fazer a assinatura de um Jornal Sciêntifico mais acreditado.

«Assim teve princípio a Biblioteca da Régia Escola de Cirurgia, que era constituida, ao crear-se a Escola Médico-Cirúrgica, por 221 volumes.

«Estas obras constam de um mass. intitulado «Relação dos livros que existiam na Régia Escola de Cirurgia do Pôrto». É o primeiro catálogo dessa Biblioteca.

«O decreto de 29 de dezembro de 1836 desenvolvia em mais largas bases o ensino médico nacional

«Como é notório, a Passos Manuel se deve essa notável remodelação pedagógica, que só pode comparar-se em importância, pelas suas conseqüências fecundas, à reforma do Marquês de Pombal.

«Pelo decreto de 1836, o lugar de bibliotecário passou a ser desempenhado pelo lente-secretário, que teria às suas ordens, como oficiais da Biblioteca, o guarda e o porteiro.

«Depois foi sucessivamente enriquecendo a livraria, quer por compra, quer por oferta de livros, [a primeira obra oferecida à Escola foi a que vem mencionada no, acima citado, *Catalogo* no n.º 57, presente do prof. Bernardo Joaquim Pinto e lá tem a dedicatória respectiva,] a ponto de ser preciso, em 28 de abril de 1837, reclamar já um local mais vasto para a sua instalação.

«Em 6 de outubro de 1838 resolveu o conselho que se dirigisse um ofício ao ministério do reino, pedindo autorisação para que o depositário das livrarias dos extintos conventos em Coimbra entregasse a um encarregado da Escola um exemplar das obras que ali houvesse, pertencentes à medicina e sciências acessórias, assim como quaisquer obras de reconhecido merecimento, relativas principalmente à história e literatura portuguesa.

«Cêrca de dois meses depois, lia-se no conselho uma portaria do ministério do Reino em resposta áquele ofício. Não sabemos o efeito dessa portaria, mas, como vai ver-se, grande foi o incremento que teve a Biblioteca da Escola com o espólio dos conventos.

«Em 9 de julho de 1833 publicava-se o decreto estabelecendo a Real Biblioteca Pública da cidade do Pôrto, para a qual serviriam de fundo as obras das livrarias dos conventos, que pouco antes haviam sido encorporados nos bens nacionais.

«O § 2.º do art. 11.º dêsse decreto doava à Livraria da Escola de Medicina e Cirurgia desta cidade um exemplar das obras duplicadas, que tivessem por objecto a medicina, a cirurgia, a história natural, a física, a química e outras sciências afins. Essas obras dobradas seriam escolhidas pelo primeiro bibliotecário e entregues ao Director da Escola.

«Reclamado pelo conselho o cumprimento desta lei, só em 1839 baixou ordem para que os livros duplicados naquelas condições fossem entregues à Escola, o que veiu a realisar-se no ano seguinte. Foi a 23 de Outubro de 1840 que o Director da Escola, Francisco Pedro de Viterbo, recebeu do 1.º bibliotecário da Biblioteca Pública do Pôrto os livros que estavam devidamente apartados.

«Dessa proveniência teria a Escola, segundo consta de uma relação manuscrita, 1:215 volumes. [Essa relação tem no fim uma nota do prof. Costa Leite que afirma terem tais livros entrado para a Escola em duas remessas: uma em 28-IX-37 e outra em 23-X-40].

«Não se limitou a isso a contribuição dada pelos extintos conventos para ampliação desta Biblioteca. Em sessão do conselho escolar de 3 de fevereiro de 1841 foi lida uma portaria de 26 de dezembro do ano antecedente, participando que a Comissão administrativa do depósito das livrarias dos mosteiros estava autorisada a entregar para êste estabelecimento, à pessoa que pelo mesmo fosse nomeada, um exemplar «de todas as obras proprias das disci-

plinas que na Escola se ensinam». Êsse encargo foi cometido ao prof. Câmara Sinval, que mais tarde delegou a comissão no cirurgião-mór do Regimento n.º 6, José Maria Nunes dos Reis. Vieram então para a Escola mais 562 volumes.

«Assim ia enriquecendo o primitivo núcleo da nossa Biblioteca, a que também se juntavam anualmente outros volumes adquiridos por compra ou oferecidos.

«Não se esquecia a Escola de ir catalogando os seus livros. Em 1839 estava organisado um «*Inventario da Livraria*», que é provavelmente um mss. que apareceu no arquivo, encadernado, com 23 fôlhas, algumas das quais perdidas.

«Em junho de 1842 foi resolvido que o Secretário organisasse três relações dos livros, respectivamente comprados, vindos das repartições públicas e oferecidos. Cêrca de dois meses depois apresentava o secretário êsse trabalho, que ainda existe, por onde se vê que a Biblioteca possuiria então cêrca de 2:500 volumes,

«Por essa ocasião acrescentaram-se as estantes da Biblioteca e deu-se nova disposição aos livros. [Em atenção ao excessivo trabalho que o guarda teve em montar a livraria concedeu-lhe o concelho a gratificação de 9$600 réis, em 29-XI-43.

«Em 1844 nomeou-se uma comissão de professores para fazer novo inventário e em 1849 foi eleita uma outra com as mesmas atribuições.

«Por proposta do director Francisco de Assis de Sousa Vaz foram ainda nomeados, em 1852, dois professores para coadjuvar o Secretário na organisação do novo catálogo. Não sabemos se qualquer dessas comissões se desempenhou do encargo; o que é positivo é o aumento sucessivamente crescente das obras que entravam na Escola, por compra ou por dádiva.

«Em 1858 uma comissão foi encarregada do catálogo. Não encontramos vestígios dos trabalhos de nenhuma destas comissões, mas diz José Silvestre Ribeiro *(Hist. dos Estabel. scient. litter. e artist. de Portugal)*, baseando-se nêles, certamente, que a Biblioteca da Escola do Pôrto tinha nessa época mais de 6:000 volumes.

«Por proposta do prof. Sinval (30-VI-55), o conselho deliberou que se comprassem as obras de medicina escritas em português e que não houvesse na Escola; e cinco anos mais tarde os professores Gouveia Osório, Macedo Pinto, e Costa Leite propunham que se organisasse um catálogo especial dêsses livros, com título de Biblioteca Médica Portuguesa,

«Em 1864, a pedido da Escola de Lisboa, começou a estabelecer-se a permuta das dissertações inaugurais apresentadas nas duas Escolas.

«A Biblioteca continuava a enriquecer-se com obras compradas e oferecidas, [entre as obras oferecidas convem citar as do prof. A. M. Barbosa, as de Carlos Ribeiro e as que constituiam a livraria do médico inglês William May, entregues à Escola por João Vieira Pinto,] mas a instalação era deveras precária. Em 1865 reclamava o Secretário, sr. prof. Agostinho de Souto, que se composessem as estantes, porque estavam a caír. A Escola não tinha recursos para essa obra e resolveu representar ao govêrno, pedindo um subsídio para tão urgente melhoramento. Só dois anos mais tarde é que baixou, em resposta, uma portaria do ministério do Reino, autorisando a Escola a levantar a quantia de 500$000 réis, que lhe era devida pela Câmara Municipal, como preço da expropriação dum terreno que lhe pertencia. Essa verba deveria empregar-se nas obras da Biblioteca. [Parece que a Escola nunca chegou a receber êsse dinheiro].

«Em 1867 o prof. Gouveia Osório, a quem a Biblioteca deve revelantes serviços, [alêm de legar à Escola grande parte da sua Biblioteca, lembrou a aquisição de centenas de obras principalmente de higiéne e de medicina legal,] propôs que se nomeasse uma comissão para colocar, coleccionar e catalogar os livros. Não podemos averiguar de que modo essa comissão se desempenhou no seu mandato.

«Os serviços desta repartição escolar estavam então bastante desorganisados; não havia regulamento especial e os livros, que eram retirados facilmente da Biblioteca pelos leitores, nem sempre voltavam com a mesma facilidade... Em 1 de outubro de 1868 pediu o Secretário, prof. Gomes Coelho autorisação para regulamentar esses serviços, providenciando no sentido de evitar o extravío dos livros, e em 1872 proibiu-se mesmo terminantemente o seu empréstimo.

«Não deixou Gomes Coelho vestígios salientes da sua curta passagem pela Escola médica, quer como professor quer como secretário e bibliotecário. Talvez por falta de saúde, o seu entusiasmo pela medicina não era grande e o ilustre romancista não tentou deixar na sciência o nome glorioso que legou à literatura portuguesa. Em época de desalento lembrou-se mesmo de abandonar o lugar de professor [v.: Júlio Dinis, *Inéditos e Esparsos* — Lisboa, 1910, p. 422].

«Entretanto ia crescendo sempre a Biblioteca: entre as ofertas de livros, convem mencionar a das irmãs do falecido director Assis, que doaram à Escola 158 volumes de teses de Paris. Foi reputado tão valioso o oferecimento que se participou superiormente, sendo as irmãs Assis mandadas louvar por ofício do ministério do Reino em 23-XII-1870.

«Depois de 1874, os livros adquiridos por compra, que até ai eram requisitados por qualquer professor, passaram a sê-lo por uma comissão espe-

cial composta dos srs. professores Gouveia Osório, Carlos Lopes, e Ilídio do Vale. Essa comissão funcionou durante alguns anos, passando-se depois ao regimen usado anteriormente.

«As instalações da Biblioteca eram acanhadissimas e absolutamente insuficientes para a importância sempre crescente dessa dependência escolar. A Escola necessitava de alargar todas as suas dependências, que estavam humildemente encravadas num recanto do Hospital da Misericordia. Durante meio século lutou a Escola para conseguir um edifício próprio, onde pudesse funcionar desafogadamente; depois de tanto tempo gasto em reclamações e projectos, conseguiu-se a construção do actual edifício que, assim modesto como é, levou cêrca de oito anos a concluir!

«Para dirigir as obras do novo edifício foi nomeada uma comissão a que presidia o sr. prof. Pedro Dias. A êle se deve em grande parte a instalação da Biblioteca, que é, sem dúvida, a dependência escolar materialmente mais perfeita. — A construção das estantes foi adjudicada em 28-x-82 comprometendo-se o marceneiro o conclui-la dentro de seis meses. Constava essa obra da bela mobília de mogno que actualmente guarnece a Biblioteca. As estantes e a grade do 2.º pavimento são de construção mais recente.

«Em 1887 falecia o prof. Gouveia Osório, deixando em testamento à Escola todos os seus livros relativos a medicina, escritos em qualquer língua por médicos portugueses ou por êles traduzidos, e bem assim todas as obras nacionais ou estrangeiras referentes a Portugal ou a coisas portuguesas. Do cumprimento desta parte do testamento foram encarregados os prof. Carlos Lopes e Pedro Dias, dando parte, o primeiro dêstes, ao Conselho, em 5-x-87, que estava cumprida a missão.

«Em 25-i-94 propôs o prof. Ricardo Jorge que, em comemoração do centenário do Infante D. Henrique, se coligissem em estante especial os livros de medicina portuguesa anteriores ao século xix, e se publicasse o Catálogo dessas obras. Dessa comissão foram encarregados os prof. Carlos Lopes e Maximiano Lemos. [Foram efectivamente recolhidos êsses livros na *Estante Nova* da Sala do Conselho. O sr. prof. Maximiano fez os verbetes das obras dessa collecção, os quais ainda existem, mas não foram aproveitados para o catálogo de 1910]. Foi assim renovada a antiga proposta de Gouveia Osório, a que atrás nos referimos.

«Apesar de tantas vezes se pensar na organisação e na publicação de catálogos, nunca chegou a executar-se êsse desejo, naturalmente por falta de recursos com que sempre lutou a Escola.

«Por fim, recebido o legado Nobre, que tão grande impulso devia dar ao ensino médico do Pôrto, novamente lembrou a ideia de organisar e catalogar a Biblioteca. O prof. Maximiano Lemos assim o propôs em 3-xii-95 e no ano

seguinte votava-se, das sobras do rendimento do legado, uma verba para despesas de catalogação.

«Houve então duas tentativas para inventariar os livros da Escola: a primeira foi de todo inproficua e da segunda resultou um catálogo manuscrito, de que chegaram a imprimir-se algumas fôlhas. O conselho, porêm, resolveu sustar essa publicação, em virtude da imperfeição do trabalho.

«O secretário prof. Clemente Pinto, fez esforços para que se levasse a efeito a catalogação, na que foi coadjuvado pelo pessoal menor da Escola, convindo especialisar o porteiro Miguel José Maia, funcionário exemplar, que durante mais de meio século tão bons serviços prestou à Secretaria e Biblioteca.

«Pouco depois começou êsse velho empregado a inutilisar-se, ficando cêrca de dois anos quási abandonada a Biblioteca. Não havia fiscalisação efectiva e daí resultou o extravio de grande número de volumes. Por outro lado, deixaram de encadernar-se as colecções de revistas, interrompendo-se mesmo as assinaturas delas durante alguns anos.

«Foi então que os srs. prof. Roberto Frias, Dias de Almeida e Placido da Costa, em sessão do Conselho de 24-x-906, proposeram que se nomeasse um empregado privativo da Biblioteca, e que se disposesse da verba de 200$000 réis para completar e encadernar as publicações periódicas.

«Por proposta do secretário, prof. Tiágo de Almeida, o conselho nomeou bibliotecário, em 25-VI-907, o coordenador do catálogo — donde extraímos esta notícia — que começou desde logo os serviços de reorganisação da dependência escolar que ficou a seu cargo. No ano de 1907-1908 completou a colecção de dissertações inaugurais da Escola do Pôrto, elaborando o respectivo catálogo. [v. *Annuario da Escola Medico Cirurgica do Porto.* Ano lectivo 1907-1908, p. 183]. Nesse mesmo ano completaram-se e encadernaram-se 237 volumes de revistas alêm de muitos outros livros.

«Em 8-x-908 apresentámos a conselho o seguinte projecto de regulamento, que foi aprovado:

«Art. 1.° — O pessoal da biblioteca consta de:

1) Um bibliotecário que poderá ser o secretário da Escola ou um professor encarregado pelo Conselho, mediante proposta daquele;

2) Um amanuense, nomeado pelo Conselho, exclusivamente encarregado do serviço da biblioteca.

§ único. — Os serventes da Escola manterão em estado de perfeito aceio a sala da biblioteca. Tambêm lhes cumpre qualquer serviço externo, como transporte de livros, etc.

«Art. 2.° — Ao amanuense da Biblioteca, sob a direcção do bibliotecário, compete:

1.°) Organisar os catálogos sistemáticos das obras pertencentes à biblioteca.

2.º) Manter na disposição metódica todos os livros e vigiar pela sua conservação.

3.º) — Requisitar as necessárias encadernações de livros e publicações periódicas.

4.º) — Tomar nota das entradas e saídas de livros;

5.º) — Vigiar a boa ordem dos serviços da biblioteca;

6.º) — Apresentar ao conselho no fim de cada ano lectivo um relatório dessa repartição escolar.

«Art. 3.º — Poderá ali ser consultada qualquer obra pelos professores e alunos da Escola.

§ único. — Com autorisação do bibliotecário, também as pessoas estranhas poderão consultar os seus livros.

«Art. 4.º — Nenhum livro poderá ser retirado da biblioteca senão pelos professores. Êstes mesmos não deverão conserva-los em seu poder por mais de 15 dias.

«Art. 5.º — Qualquer professor poderá requisitar a aquisição de livros de medicina não existentes na biblioteca, desde que não esteja esgotada a verba para isso votada anualmente pelo orçamento da Escola.

«Art. 6.º — A biblioteca estará aberta nos dias úteis desde as 10 horas da manhã até às 3 da tarde. Durante êsse tempo destinado à leitura e consulta dos livros, o amanuense não poderá abandonar a sala. Só êle deverá retirar as obras da respectiva estante e tornar a coloca-las no seu lugar.

§ único. — Desde que o serviço assim o exija, poderá o bibliotecário requisitar do amanuense quaisquer trabalhos fóra das horas regulamentares.

«Art. 7.º — Haverá na Biblioteca um catálogo provisório para os livros que vão sendo adquiridos por oferta ou por compra e um outro livro onde ficarão designados os volumes retirados para casa dos professores.

«Art. 8.º — Os freqüentadores da biblioteca manter-se hão em perfeita ordem e no mais completo silêncio, como é de uso em instituições desta natureza. É expressamente proibido fumar, conversar ou passear dentro do recinto da biblioteca.

«Para os efeitos do n.º 2.º do art. 1.º dêsse regulamento, foi nomeado o sr. Virgilio Fernandes. Começou então a funcionar regularmente a Biblioteca, sendo freqüentada por um número sempre crescente de leitores.

«Continuou o serviço de encadernação de livros e revistas, completando-se e encadernando-se nos dois últimos anos mais de 200 volumes. Organisamos também uma colecção das tèses de concurso apresentadas à Escola do Pôrto, elaborando o respectivo catálogo. [*Anuário da Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Ano lectivo de 1908-1909*, p. 271].

«Finalmente, com a prestante colaboração do zeloso amanuense da Bi-

blioteca [devemos declarar que a maior parte do trabalho de inscrição de verbetes se deve ao amanuense sr. Virgilio Fernandes,] coordenámos o catálogo geral, producto de quási dois anos de ininterrupto e fastidioso trabalho.

«Está finalmente realisada uma aspiração de tão longos anos. Resta que manifestemos a nossa satisfação por nos caber o ensejo de prestar êste modesto serviço a um estabelecimento que tanto presamos.

. . . .

«Por êste ligeiro esboço histórico se mostra como tem evolucionado a Biblioteca da Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto.

«De 221 volumes que possuia em 1836, tinha já 2:500 em 1842, mais de 6:000 em 1858, cêrca de 10:500 em 1907 e arquiva agora 11:794 volumes, mencionados no catálogo, por onde se verá o que é a Biblioteca e o que vale actualmente» [1].

Em 1912 publicou-se o *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Pôrto. Primeiro suplemento coordenado* pelo professor sr. Pires de Lima, a quem a Biblioteca deve prestantes e inúmeros serviços. Na nota preliminar encontrámos novos subsídios históricos de valia.

Diz-nos que: «na *Gazeta dos Hospitaes do Pôrto* (1910, p. 234) o sr. dr. Maximiano Lemos» felicitando os autores do primeiro catálogo «lamenta ao mesmo tempo que, no esboço histórico da Biblioteca, não mencionássemos a dádiva de algumas dezenas de obras valiosas cedidas pelo prof. Carlos Lopes. Não o fizemos por não termos encontrado no Arquivo da Escola qualquer indicação daquela oferta. Reparamos agora essa falta involuntária e apontaremos outra dádiva importante. Trata-se da livraria do médico António José Ferreira Alves, formado na Escola do Pôrto em 1854, e clínico por muitos anos em Pernambuco; essa livraria, por morte do seu proprietário foi oferecida à Escola pela família dêle».

«Com o intuito de procurar enriquecer a secção de trabalhos nacionais recentes», apelou o actual bibliotecário para a generosidade dos publicistas médicos. A êsse apelo responderam algumas notabilidades clínicas, o sr. Fragoso Tavares participou «que do melhor grado contribuiria para o progresso da Biblioteca se um incêndio não tivesse pouco antes devorado a sua livraria», e o sr. Dr. Maximiano Lemos ofertou «cêrca de cem volumes diversos alêm de muitas das suas obras».

«Quando, em fins de 1910, foram expulsas as Ordens Religiosas, solicitamos das instâncias superiores, por intermédio do Conselho Escolar, a ce-

---

[1] *Catalogo da Bibliotheca da Escola Medico-Cirurgica do Porto* [1910] p. v–vii.

dência de livros que lhe foram confiscados, e que versassem sôbre sciências médicas ou suas afins. Assim aumentaria a colecção bibliográfica pelo mesmo processo que em 1840-1841.

«Infelizmente, até hoje, ainda não obtivemos a satisfação do nosso pedido» [1].

Concluindo êste capítulo resta-nos dar a nota bibliográfica dos catálogos publicados.

— Catalogo da Bibliotheca | da | Escola Medico-Cirurgica do Porto | coordenado pelo | Prof. Pires de Lima | lente Cathedrático e Bibliothecario da mesma Escola [*grav. emblemática da Escola*] Porto. | Typ. a vapor da «Encyclopedia Portugueza Illustrada» | M. CM X. | — *XVII págs. com o esbôço histórico — 461 págs.*, 8.º

— Catálogo da Biblioteca | da | Faculdade de Medicina do Pôrto | (Primeiro Suplemento) | Coordenado pelo | Prof. J. A. Pires de Lima—Bibliotecário da mesma Faculdade [*grav. emblemática da Escola*] Pôrto | Tip. a vapôr da «Enciclopédia Portuguesa Ilustrada | M. CM. XII. | — 1 fotog. da sala. X págs. *de introdução* — 68 págs.

---

[1] *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto*. MCMXII. p. V-IX

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE SCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

«É hoje muito difícil, se não impossível, encontrar a origem exacta da actual Biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa, por falta de elementos, que só um demorado e pacientíssimo trabalho de investigação lograria talvez conseguir. Não obstante, parece que esta Biblioteca teve por primeiro núcleo a Livraria privativa do antigo Real Colégio dos Nobres, pois que nela existem livros do capelão do mesmo colégio Padre Francisco José da Silva. O Real Colégio dos Nobres, de iniciativa pombalina, foi instituido por carta de lei de 7 de março de 1761, e a êle se destinou o antigo edifício do noviciado da Companhia de Jesus,do sitio da Cotovia, isto é, no local onde foi depois a Escola Politécnica e hoje se encontra a faculdade de Sciências de Lisboa.

«A livraria privativa do citado colégio foi creada pela mesma ocasião, o que permite estabelecer, segundo todas as probabilidades, que daí data a creação da actual biblioteca desta Faculdade. Extinto o Colégio dos Nobres por decreto de 4 de Janeiro de 1837 e creada, em seu lugar, a Escola Politécnica, por decreto de 11 do mesmo mês e ano, desta Escola ficou fazendo parte uma Biblioteca cujo fundo tudo leva a crêr que fosse a antiga livraria. É ainda de presumir que esta escapasse, no todo ou em parte, ao incendio que, em 22 de Abril de 1843 destruiu o edifício, pois que nela existem, como acima dizemos, os livros antiquíssimos do Padre Francisco José da Silva, bem como as obras que pertenceram às livrarias públicas do Convento de Santo Antão da Companhia de Jesus e da Casa de S. Roque, à livraria do Convento de Xabregas, á do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, à dos Carmelitas Descalços de Carnide, à de S. Camilo, à dos Carmelitas Descalços de Cascais, à da Casa de S. Vicente, à Biblioteca do Colégio do Almeirante, e de outras procedências que atestam épocas remotas.

«Quanto a datas de publicação encontram-se na Biblioteca da Faculdade obras impressas em 1496 e anos seguintes.

«O número de volumes e folhetos sóbe a quási treze mil e o das obras de oito mil.

«A Biblioteca da Faculdade de Sciências de Lisboa é só freqùentada pelos alunos da Faculdade, os quais consultam, exclusivamente, por assim dizer, os livros cujas matérias correspondem às das várias cadeiras aqui professadas» [1].

Devemos ao ilustre académico e actual director da referida Biblioteca, sr. Carlos Augusto Morais de Almeida esta interessante comunicação noticiosa.

[1] Ofício para o Inspector da Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa, datado de 14 de Janeiro de 1915.

BIBLIOTECA DE BELAS ARTES

Quando em Setembro apelámos para os bibliotecários portugueses nos fornecerem novos subsídios para a história dos seus arquivos e bibliotecas, ficámos devendo ao ilustre presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, sr. José Luís Monteiro, a desenvolvida série de informações que integralmente passamos a publicar:

«Instituida por decreto de 25 de Outubro de 1836 a Academia das Belas-Artes de Lisboa, na parte do edifício do extinto convento de S. Francisco da da Cidade, foi igualmente por outro decreto da mesma data criada a Biblioteca Especial de Belas-Artes de Lisboa, anexa à dita Academia, composta pelos livros do Depósito Geral das livrarias dos Conventos «que mais úteis fossem para a cultura e aperfeiçoamento das Belas-Artes».

Encarregado o primeiro Director Geral da Academia, Francisco de Sousa Loureiro, lente jubilado da faculdade de medicina, «de propor ao Govêrno os meios adequados para o progressivo melhoramento da Biblioteca, pela qual ficarião responsáveis um 1.º e um 2.º bibliotecários, tirados da classe dos Artistas agregados da Academia», certo é que, só pela portaria de 19 de Abril de 1837, esta proposta foi efectivada com modificações, tendo sido apenas nomeado naquela data, bibliotecário, o artista agregado de arquitectura civil, Lucas José dos Santos Pereira, com a gratificação anual de quarenta mil réis.

«Foi pois a Biblioteca iniciada em 1837 com os livros escolhidos do referido Depósito.

«Tendo sido nomeado em 23 de abril de 1852, o bibliotecário Lucas José dos Santos Pereira, em comissão, para dirigir os trabalhos no Convento da Batalha, foi superiormente encarregado da Biblioteca o artista agregado da

aula de gravura João José dos Santos, e êste mesmo artista nomeado oficial interino da Biblioteca por portaria de 14 de outubro de 1868.

«Pela reforma da Academia, datada de 22 de março de 1881, foram nomeados, secretário e bibliotecário da mesma Luís Tibúrcio Melício, com o vencimento de seiscentos mil réis, e oficial da mesma Biblioteca João José dos Santos com o vencimento de duzentos e quarenta mil réis, lugar que exerceu até 25 de março de 1892, data do seu falecimento. Foi êste oficial quem inventariou e catalogou a Biblioteca, tendo sido o primeiro catálogo impresso em 1862.

«Para a vaga de João José dos Santos foi nomeado por decreto de 8 de Julho de 1892, oficial interino, Emídio Brito Monteiro, anterior guarda-interino da Biblioteca, lugar que exercia desde 5 de novembro de 1882, data desta nomeação.

«Tendo-se aposentado o bibliotecário Luís Tibúrcio Melício em março de 1901, foi, por decreto de 14 de novembro de 1901 — decreto que de novo reformou a Academia — nomeado bibliotecário o ex-guarda interino e anterior oficial interino, Emídio Brito Monteiro, com o vencimento de tresentos mil réis, lugar que desempenhou até 12 de fevereiro de 1909 em que faleceu.

«Por decreto de 1 de Abril de 1909 foi nomeado, com o vencimento de tresentos mil réis, Francisco de Paula Hogan Teves, actual bibliotecário.

«Até 17 de janeiro de 1883 era a Biblioteca da Academia de Belas-Artes de Lisboa, privativa da mesma Academia, mas pelo art. 2.º da Carta de Lei de 18 de janeiro de 1883 foi ela considerada Biblioteca Pública sustentada pelo Estado, devendo estar aberta à leitura durante o dia e a noite.

«Para o serviço noturno foi então nomeado, por portaria de 7 de Julho de 1884, com o vencimento-gratificação de duzentos e quarenta mil réis, Francisco Zacarias de Araújo da Costa Aça, funcionário do Ministério do Reino, lugar que exerceu até 16 de Julho de 1906, data da sua aposentação. Para a sua vaga foi, por alvará de 24 de maio de 1907, nomeado António Rodrigues Viégas, actual tesoureiro do Conselho de Arte e Arqueologia, lugar que ao presente ainda exerce.

«Iniciada, como já dissemos, em 1837, a Biblioteca da Academia das Belas-Artes com dois mil e tantos volumes de fundo, escolhidos no supra citado Depósito das Livrarias dos Conventos sem verbas orçamentais de dotação para aquisição de obras, recebeu a Biblioteca valiosas ofertas, algumas das quais se encontram indicadas no livro — «Apontamentos históricos sôbre bibliotecas portuguesas, coligidos e escritos por José Silvestre Ribeiro. Tomo XIX, inédito da História dos Estabelecimentos Scientíficos, Literários e Artísticos de Portugal, organisado e antiloquiado por Álvaro Neves, 1.º oficial

da Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914» — inédito publicado por esta mesma Academia das Sciências.

«Entre as dádivas, ali não mencionadas, avulta a do Conselheiro J. Husson da Câmara, feita em 1866 que doou a esta Biblioteca a sua livraria composta de mil volumes, todos relativos a Belas-Artes, sciências subsidiárias, literatura e história, contendo vastas gravuras e desenhos originais. E é de notar que todas estas obras d'arte faziam parte da célebre Biblioteca do Conde di Cicognara — Leopoldo —, comprada em 1824 pelo Papa Leão XII.

«Como já referimos, viveu a Biblioteca sem dotação e só no Orçamento do Estado de 1901, aparece pela primeira vez descriminada a verba de dusentos mil réis destinada à compra de livros e encadernações, tendo sido está verba elevada em 1911 a quinhentos mil réis, verba actual.

«Com as proveniências indicadas e com as compras efectuadas conta hoje esta Biblioteca cêrca de vinte mil volumes.

«Há nesta Biblioteca dois catálogos: o *alfabético* e o *metódico*.

O *metódico* é assim descriminado: Poligrafos d'arte e sciência. Arte em geral (Miscelânea, Estética, Tecnologia, História, Inventário, Reprodução, Administração, Bibliografia) — Artes de expressão — Artes plásticas — Desenho — Arquitectura — Escultura — Pintura — Gravura — Literatura — Música — Artes decorativas — Artes industriais — Matemáticas puras e aplicadas — Física e química — Sciências naturais — Sciências médicas — Geografia — História — Arqueologia — Sciências económicas e sociais — Administração pública — Sciências filosóficas e morais — Teologia — Biografias de artistas e amadores de Bela Artes.

«A valiosa colecção de gravuras num total de perto de quatro mil, esteve durante muitos anos abandonada, a monte. O actual professor da 4.ª Cadeira (Desenho de figura, estátua e modêlo vivo) da Escola de Belas-Artes, Luciano Martins Freire, dedicou-se ao gracioso e penoso trabalho de as cuidar e catalogar, achando-se elas actualmente explendidamente expostas em quadros e pastas, em três salas reservadas.

«Pelo Decreto, com força de lei, de 26 de maio de 1911, passou a Biblioteca da Academia de Belas-Artes de Lisboa para o Conselho de Arte e Arqueologia instituido por aquele diploma.

«O regulamento da Biblioteca, ainda em vigór, remonta a 18 de Dezembro de 1902, aguardando nova regulamentação mais consentânea e em harmonia com as necessidades do serviço e com o citado diplôma de 26 de maio de 1911, que reorganisou os serviços artísticos e arqueológicos.

«A Biblioteca encontra-se aberta à leitura pública todos os dias úteis, das 11 às 16 e das 20 ½ às 22 ½ horas».

BIBLIOTECA DE MARINHA

Na famosa colecção de legislação portuguesa, existente na Academia das Sciências de Lisboa, encontra-se o documento assinalador da fundação desta biblioteca, o qual diz:

«Tendo consideração a que deve concorrer muito para o augmento, e perfeição da Minha Real Marinha o Estabelecimento de hum Deposito dos Escritos Maritimos dos Authores Portuguezes, os quaes não só pelas suas Doutrinas, mas ainda pelos seus Exemplos são bem capazes de adiantar por huma parte os necessarios conhecimentos da Navegação, e por outra parte de promover aquelle espirito de Patriotismo, que os fez tão benemeritos, e recommendaveis á Posteridade. Hei por bem Crear huma Biblioteca para uso dos Guardas Marinhas da Minha Armada Real, debaixo da Iuspecção do respectivo Commandante, na qual se recolhão todos os Escritos Maritimos, que existirem dos Authores Portuguezes, tanto manuscritos, como impressos; ficando o dito Commandante authorizado para os solicitar dentro, e fóra do Reino pelos meios, que julgar proprios, e para fazer as despezas, que se precizarem neste importante objecto pelo cofre das Multas da Companhia dos mesmos Guardas-Marinhas, conforme as Instrucções que Eu for servido participar-lhe pelo Meu Conselheiro, e Ministro do Estado, Presidente do Conselho do Almirantado; devendo para mais facil execução do que tenho determinado fazer-se publico, que todas as Pessoas, que possuirem alguns dos referidos Escritos, e os quizerem doar, ou vender á Bibliotheca, o apresentem ao seu Inspector, de quem receberão o certificado da sua Doação, ou o preço da venda, que estipulem, na inteligencia de que todos são obrigados a communicar qualquer obra de semelhante natureza, para que ao menos se possão extrahir os Exemplares necessarios a hum Estabelecimento, em que o Real Serviço e o Bem Publico interessão. O conselho do Almirantado o tenha assim

entendido e faça executar. Palacio de Queluz em o primeiro de abril de mil oitocentos e dois — Com a rúbrica Príncipe Regente. N. S [1].

Oito anos decorridos era redigido o «*Catalogo systematico da Bibliotheca dos GGM. Feito de ordem do Inspector respectivo Em 1812*». Esse *Catalogo*, cujo original existe na Biblioteca da Academia, — é muito elucidativo, já por citar os nomes dos autores e data das suas mortes, nomes dos editores, títulos das obras e datas das edições, já porque se registam centenas de *mss.* que ali existiam, entre os quais:

— «Instrumento judicial sobre hum solho pescado no Tejo», — *datado de* 5 fevereiro de 1352.

— «Privilegios concedidos a hum mestre de fazer navios»: 19 Dez. 1500.

— «Carta de Gonçalo Frrz a Elrey», escrita em Cochim 17 Nov. 1506.

— «Reprez. dos Genov. sobre huma preza que lhes fizemos». 4 Dez. 1510.

— «Privilegios concedidos aos moradores da Ilha de S. Tiago». 11 Jul. 1511.

— «Carta de João Mendes de Vas.los a Elrei» escrita em Logrono. 30 Ag. 1512.

— «C. R. a Affonso de Albuq. sobre Quadrilheiros, Tanadores e Escriv.» 24 Jan. 1513.

— «Alv. do d.o depois de armar cavalleiro a Antonio Frrã». 29 Jul. 1514.

— «Carta de Jorge de Mello a Elrey» escrita em Gôa. 28 Dez. 1514.

— «Cartas de D. Aires da Gama a Elrey», escritas em Cananor. 2 Jan. 1519.

— «Carta a Elrey sobre negociações á cerca das Molucas». 31 Jan. 1524.

— «Carta de Christovão de Mendonça a Elrei» escrita em Ormuz. 11 Jul. 1528.

— «Carta de Lopo Frz̄ a Elrey dando conta das cousas de Marrocos».

. . . .

Muitos outros manuscritos interessantes, sob o ponto de vista histórico, são citados no *Catálogo*, que termina assim: — «Este documento tem trinta e huma laudas: he todo escrito por mim pois foi o borrão que servio para o Secretario extrahir a copia limpa que passou a servir na Bibliotheca. Todas as folhas vão por mim numeradas e rubricadas. Lisboa, 16 de Abril de 1830. José Maria Dantas Pereira». Antes porêm dêste fecho; lê-se: «Fim do Catalogo em Abril de 1812»[2].

---

[1] Na oficina de António Rodrigues Galhardo, impressor do Conselho do Almirantado.

[2] *Mss.* da Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa, — 83 $\frac{1}{2}$.

Recolhidos êstes documentos e escaseando elementos subsidiários para a história da biblioteca de marinha, entendemos dever aproveitar, transcrevendo, a elucidativa noticia recentemente publicada no *Anuário da Escola Naval*, em 1913:

«Anexa à Escola Naval, e fazendo por assim dizer parte integrante dela, existe uma biblioteca.

«As vicissitudes porque tem passado a designação dêste repositório de sciência naval são curiosas, comquanto, no fundo, de pouca importância, visto que a biblioteca, seja qual fôr o nome de que use, tem feito honradamente o seu serviço e satisfeito ao fim a que é destinada.

«Por decreto de 1 de Abril de 1802, [que já conhecemos,] foi creada uma biblioteca para uso dos guardas-marinhas, e um depósito de escritos, cartas e derrotas marítimas.

«Desta biblioteca não há mais notícia; é provável que, em obediência ao decreto que a criou, ela chegasse a organisar-se, mas de quantos valores se compunha e onde estava instalada não é fácil hoje averiguar. Com a ida da Côrte para o Brazil e a transferência para o Rio de Janeiro da Academia dos Guarda-Marinhas, é de supor que a dita Biblioteca tal como era, e naturalmente não seria muito rica, acompanhasse, senão toda, pelo menos em parte, aqueles a quem era destinada. Foi? Ficou em Portugal? Dispersou-se? Tambêm não é fácil saber, e até 1835 não há mais notícias a tal respeito, mas parece que o que havia a essa data era pouco ou nada, pois que em 7 de Janeiro dêsse ano foi creada por decreto, no Arsenal Real da Marinha, uma biblioteca para os alunos da marinha, sendo nomeado seu director, por portaria de 9 de março de 1835, o capitão de fragata graduado D. Gastão Fausto da Câmara. Como não é natural que se criasse uma coisa que já estava creada, a menos que de facto não tivesse deixado de existir, êste decreto de 1835 e a portaria do mesmo ano nomeando o director, leva-nos a crêr que a primitiva biblioteca de 1802, era nêsse tempo cousa morta, ou quási.

«Durante dez anos parece que as cousas se conservaram no mesmo pé, até que o decreto de 19 de maio de 1845, que contêm uma organisação completa da Escola Naval, determina que a «Biblioteca de Marinha» fique pertencendo à referida Escola, cria o lugar de bibliotecário que será o substituto das duas primeiras cadeiras, em que se leccionavam as seguintes matérias:

«1.ª Elementos de mecânica — Astronomia esférica e náutica.

«2.ª Princípios de ótica — Construção e uso dos instrumentos de reflexão — Prática das observações astronómicas e dos cálculos mais úteis à navegação — Fáctura duma derrota completa.

«Vê-se portanto que a Biblioteca, que desde 1802, data em que foi pela primeira vez organizada, era destinada à instrução dos guardas marinhas, era contudo «Biblioteca de Marinha», e só em 1895, é que expressamente se determinou que ficasse pertencendo à Escola Naval.

«Veio a carta de lei de 5 de Junho de 1903, que reorganizou a Escola sob o regimen do internato (que até hoje se não pôs em execução) e mandou que a respectiva Biblioteca fosse constituida com os livros que fossem julgados necessários para a instrução, tirados da Biblioteca existente; e criasse a «Biblioteca de Marinha», com o fundo constituido pelos livros que ficassem depois de tirados aqueles que passavam a ser da Biblioteca privativa da Escola. Esta «Biblioteca de Marinha» tinha o seguinte pessoal, designado na mesma carta de lei: um director da Biblioteca, e Museu naval, um secretário, um escrevente, um servente.

«O primeiro secretário foi: Alfredo de Mesquita Pimentel, que era ao tempo secretário da Escola Naval, nomeado em 24 de Setembro de 1903, e exonerado em 20 de Julho de 1911 para ser empregado numa comissão dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para o substituir foi nomeado interinamente o capitão-tenente da administração naval, Jacinto do Carmo de Sá Penela, que esteve em exercício até 30 de Julho de 1912, data em que o lugar foi extinto.

«Em vista portanto da mencionada carta de lei, a biblioteca é hoje «Biblioteca de Marinha», mas é ao mesmo tempo a «Biblioteca da Escola Naval», visto que a tal separação dos livros, na hipótese do estabelecimento do internato, nunca chegou a realisar-se.

«A Biblioteca sob os seus diferentes nomes tem sido dirigida pelos seguintes bibliotecários e directores: D. Gastão Fausto da Câmara, nomeado em 1802 e mandado continuar no exercício do cargo em 1845, sendo a êsse tempo capitão de mar e guerra reformado.

«Francisco da Fonseca Benevides, lente da Escola Naval.

«Francisco da Ponte Horta, primeiro tenente da artilheria e lente da Escola Naval.

«Vicente de Moura Coutinho Almeida de Eça, primeiro tenente da armada e lente da Escola Naval.

«António Filipe Marx Sori, capitão de fragata.

«Augusto Marques da Silva, capitão de mar e guerra.

«Henrique Lopes de Mendonça, capitão-tenente.

«Carlos Augusto de Magalhães e Silva, capitão de mar e guerra.

«José Joaquim Xavier de Brito, capitão de mar e guerra.

«Alfredo de Antas Ribeiro, capitão de mar e guerra.

«Carlos Ernesto Gonçalves Teixeira, capitão de mar e guerra.

«Abel Fontoura da Costa, capitão tenente e lente da Escola Naval.

«José Augusto Celestino Soares, capitão de mar e guerra.

«Quando era bibliotecário o capitão Carlos Augusto de Magalhães e Silva, veio a carta de lei de 1903 de modo que êste oficial passou a ser Director da Biblioteca e Museu Naval conforme a nova organisação, e dessa data para cá, os *directores* substituiram os antigos *bibliotecários*.

«Por decreto de 26 de dezembro 1868 foi nomeado conservador, o escritor, poeta e dramaturgo, Francisco Gomes de Amorim, que já desde 1860, era empregado adido. Aposentou-se em 24 de Abril de 1890, e faleceu em 4 de Novembro de 1891.

«Por decreto de 8 de maio de 1890 foi nomeado conservador da Biblioteca o conservador do Museu de Marinha, anexo à Escola Naval, Severo Ernesto dos Anjos, que exerceu o cargo até falecer.

«Em cumprimento do disposto no decreto de 28 de março de 1911 foi nomeado para êsse cargo Luís Alvares da Silva.

*
* *

«Três portas que abrem para o grande corredor da Escola Naval dão ingresso à Biblioteca que do outro lado recebe luz para outras tantas janelas deitando para a rua do Arsenal. Cada uma destas portas e a janela fronteira corresponde a uma divisão que recebe o nome de *sala,* havendo portanto três salas guarnecidas de estantes em volta, e que, comunicando largamente umas com as outras, não são mais do que três divisões duma grande sala única.

«Assim disposta, a Biblioteca, se por um lado, é demasiado vasta para a luz que recebe, porque é realmente mal iluminada, é por outro lado de já exíguas dimensões pelo que respeita à arrecadação e arrumação dos livros, cujo número cresce contínua e rápidamente: e tanto assim que obras de menos importância, e que não são procuradas, tiveram de ceder o seu lugar nas estantes a outras de mais valor, e de serem guardadas noutras dependências da Escola.

«Durante a noite a iluminação é feita por lâmpadas de incandescência, e mesmo de dia principalmente de inverno, quando a atmosfera não está clara, é necessário recorrer à luz artificial, sem o que, seria muito difícil senão impossível ler.

«Êstes dois defeitos não tem fácil remédio: a sala não tem por onde se alargar, e não é fácil praticar nela mais aberturas por onde entre a luz.

«Quando pela extinção das ordens religiosas os livros pertencentes aos conventos foram distribuidos pelas Bibliotecas do Estado; coube à Biblioteca de Marinha uma parte importante dêles, que constituiu por assim dizer o seu fundo (o maior número veio do convento de Alcobaça) e é assim que principalmente na terceira sala se encontram muitas obras de história, filosofia, sciências eclesiásticas, e literatura, bem como crónicas e agiológios, livros que em grande parte não têm valor actual, nem interessam a marinha; mas entre os quais se encontram não poucas edições valiosas, algumas mesmo de alto valor, e que por êsse facto fazem boa figura em qualquer biblioteca: podem citar-se entre êles:

«*Atlas geográfico*» (Jean Covêns et Corneille —Mortier—Amsterdam, 1746) 10 volumes fólio, com magníficas iluminuras e em perfeito estado de conservação.

«É um dos exemplares mais valiosos que possúi a biblioteca.

«Um volume que diz respeito aos Países Baixos, e que deve fazer parte de um grande atlas com o título de «*Novus ac magnum Theatrum Urbium totius terrarum Orbis ad presentes temporis paciem expressem*». É um grande volume fólio, com texto em latim e magníficas plantas coloridas das cidades da Bélgica e Flandres (Jean Blaen, Amsterdam, 1649).

«Uma edição muito estimada de Dante (Venesa, 1578), exemplar curioso por ter vários trechos do texto riscados a tinta, ou cobertos duma tira de papel colados sôbre êles de modo a torná-los ilegíveis. Naturalmente as passagens assim inutilizadas para a leitura eram consideradas ao tempo como contendo matéria por qualquer motivo condenável.

«Uma excelente edição das crónicas de Froissard (Paris, 1530). Os exemplares bem conservados desta edição (e é o caso da que possúi a Biblioteca) são muito procurados e tem grande valor.

«Duas curiosas cartas marítimas em pergaminho com figuras coloridas, uma do Oceano Atlântico, outra do Índico (José da Costa Miranda, Lisboa, 1681).

«Duas plantas, sem data, uma da cidade de Pequim, e outra da Catedral, paço episcopal e seminário da mesma cidade, a que se deve juntar uma aguarela de grandes dimensões, representando o frontispicio da mesma catedral; trabalho mais moderno e de menos valor do que os mapas citados; mas bem executado.

«*Atlas Blaviano* (edição espanhola), 10 volumes, texto e cartas.

«Com as aquisições de livros e publicações periódicas a biblioteca enriquece-se constantemente e conta hoje para cima de 20:000 volumes. Os livros do fundo tem catálogo separado por nomes de autores e os livros adquiridos mais tarde tem dois catálogos, um por nome de autores e outro por matérias.

No princípio do corrente ano de 1913 iniciou-se o trabalho de revisão dêsses catálogos pelo mesmo sistêma, mas introduzindo os livros de fundo no catálogo geral, visto não haver razão para estarem separados, e havendo mesmo o inconveniente de maior dificuldade de busca. Êste trabalho forçosamente moroso, visto que tem sido feito verificando volume por volume, pondo em todos lembretes novos, e fazendo novos verbetes uniformes, vai contudo relativamente adiantado; e servirá quando concluido de inventário geral, podendo então fixar-se o número exacto de volumes que a biblioteca possúi, e ter-se sempre em dia o conhecimento exacto dêsse número, com auxílio do livro de entradas que anda escriturado com regularidade.

«Conquanto os catálogos existentes estejam cuidadosamente feitos, êste trabalho de revisão e verificação tornava-se necessário, para corrigir qualquer incorrecção de deficiência inevitável, visto tratar-se dum número já muito considerável de livros, em cuja catalogação não é de extranhar que se encontre, e encontra efectivamente, uma ou outra omissão e um ou outro engano.

«Tal é a «Biblioteca da Escola Naval» ou segundo a sua designação oficial a «Biblioteca de Marinha».

«Possuidora de obras antigas de grande valor, a par, verdade seja, de outras que o não teem, bem fornecida, muito bem fornecida mesmo, de livros dos mais modernos, tratando de tudo quanto se relaciona com a marinha, a Biblioteca, e é êste o ponto principal, satisfaz aos fins a que é destinada; não só os alunos e professores da Escola Naval aí podem encontrar aquilo de que necessitam; mas ainda os oficiais da arma, e os estudiosos que se interessam pelos assuntos navais, poderão sempre freqùenta-la com proveito».

A esta interessante notícia, do actual director da Biblioteca sr. José Augusto Celestino Soares, apenas podemos, em complemento, registar quais os funcionários a quem estão entregues os trabalhos na mesma: o sr. Luís Alvares da Silva, conservador, António Simões Barbosa Sá Júnior e Francisco de Sousa Moreira, 3.os oficiais.

BIBLIOTECA DO MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

Entre as bibliotecas de especialidade ocupa esta um lugar distinto pelo erudito critério que presidiu à sua organisação, pois foi o ilustre académico sr. Dr. José Leite de Vasconcelos quem organisou e tem dirigido o Museu Etnológico, situado ao poente do edifício dos Jerónimos, em Belem.

Tendo solicitado de S. Ex.ª algumas informações acêrca desta biblioteca, enviou-nos a seguinte comunicação:

«Depois de fundado o Museu Etnológico, em Dezembro de 1893, começou, sôbre um núcleo depositado por mim, a organisar-se dentro dêle uma Biblioteca dos livros de especialidade, necessários aos estudos de Arqueologia, Antropologia e Etnografia a que fôra destinado o mesmo Instituto Scientífico. Passados vinte anos após a fundação, conta hoje esta Biblioteca perto de 2:000 volumes, que tratam de:

«*Arqueologia,* em todos os seu ramos; preistórica, protoistórica, romana e das subseqüentes épocas; livros portugueses e estrangeiros.

«*Antropologia;* principalmente obras de autores portugueses.

«*Etnografia;* obras portuguesas e estrangeiras.

«*Numismática,* antiga e moderna, obras portuguesas e estrangeiras. Alem das obras sôbre os assuntos mencionados há na Biblioteca do Museu secções especiais de *Revistas* para as especialidades de Arqueologia, Antropologia, Etnografia e Numismática, obtidas quási todas por troca com o «Archeólogo Português» publicação periódica do Museu.

«*Livros sôbre arte,* moderna e antiga, de autores portugueses e estrangeiros.

«*Monografias locais,* obras portuguesas.

«*Catalogos* de Museus, Bibliotecas e colecções portuguesas e estrangeiras.

«Os livros teem sido obtidos por compra, oferta e trocas».

BIBLIOTECA MORENSE

Deve-se à filantropia do mui ilustre bibliófilo sr. dr. José Agostinho de Pereira e Sousa e de sua Ex.ma irmã D. Maria Cardoso Feio, a fundação da biblioteca pública em Móra, inaugurada em dezembro de 1910.

Segundo nos informa o seu bibliotecário, sr. Luís Silveira, possue «547 volumes em português, 231 em francês, latim, italiano e espanhol; 119 opúsculos e algumas ilustrações portuguesas, francesas, italianas e espanholas». Em novembro de 1914 não possuia obras que se considerassem raras, nem manuscritos.

O sr. José Agostinho de Pereira e Sousa em outubro último, adquiriu a célebre *Crónica delRei D. Duarte* de Álvaro do Couto de Vasconcelos, vendida no leilão da livraria do ex-alfarrabista Pereira da Silva.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALMODOVAR

Foi fundada esta Biblioteca em 8 de outubro de 1885, — conforme o Decreto de 2 de agosto de 1870 e regulamento de 20 de janeiro de 1871; — instalando-se, na sala para êsse fim destinada, no edifício dos Paços do Concelho, onde outrora foi o Convento da Terceira Ordem de S. Francisco, fundado em 1680.

Para seu início contribuiu o govêrno com 110 volumes fornecidos pela Imprensa Nacional de Lisboa, aos quais se juntaram 619 que ainda restavam da livraria do extinto Convento de S. Francisco, na sua maioria obras teológicas, impressas em latim com a data de 1679, achando-se nêles compreendidos 21 volumes de Sermões é outras obras do P.^e^ António Vieira, escritas em português e impressas na oficina de Miguel Deslandes entre 1685 e 1694.

A Câmara tem adquirido 747 volumes, sendo alguns oferecidos por particulares, constituindo um total de mil quatrocentos e setenta e seis volumes catalogados.

Contribuiu muito para a instituição desta Biblioteca o conterrâneo e presidente da câmara José Carrilho Aires Garcia.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ELVAS

Tem de existência apenas quinze anos esta biblioteca e é já talves hoje a mais importante da provincia, depois da da cidade de Évora, que é das mais consideradas do país.

«De vinte anos antes datam as primeiras diligências para crea-la, devendo atribuir-se a iniciativa para esta creação principalmente aos esforços de João Ferreira Alves, escrivão de fazenda que então era do conselho, e fundador da folha bi-semanal, o *Transtagano*.

«As razões que temos para supô-lo assim assentam não sómente no interesse com que a dita fôlha, e por conseqùência êle, tomou por êsse tempo a peito advogar o progresso da instrução popular, e em ter sido Ferreira Alves a alma da comissão inicial dos trabalhos preparatórios, a qual, quando êle faltou, esmoreceu logo na sua atividade. É principalmente por nos acharmos de posse duma minuta da sua letra, em que êle pôs as palavras que o vereador João Manuel de Oliveira havia de dizer em sessão da Câmara, precedendo a proposta para a creação da biblioteca municipal; minuta que foi com efeito lida em sessão de 31 outubro 1860, em cuja acta ficou transcrita quasi textualmente.

«Pela importância que ela assume na história dêste instituto, aqui a inserimos na integra. Diz assim:

«Uma das cousas que mais têve sempre a peito o poder municipal foi o engrandecimento, a ilustração, e a utilidade dos povos. Noutras eras, tanto mais nobre se considerava um município, quanto maior era o número de franquias e imunidades de que gosava. No tempo presente a nobreza duma população provêm e afere-se pelo número de estabelecimentos literários que encerra, pelo desenvolvimento da instrução, pela propagação dos elementos que servem para a ilustração das massas populares; depois das escolas as bibliotecas, depois das bibliotecas os grémios literários, depois dêstes a

imprensa, e depois da imprensa os teatros, os licêus, as universidades, os institutos são os elementos necessários para moralisação e educação das famílias do município.

«Nem tudo se deve fiar da iniciativa do govêrno. As Câmaras municipais teem restrita obrigação de velar pela civilisação do pôvo que representam, aproveitando a geral disposição dos ânimos, e as tendências mais pronunciadas para crear êste ou aquêle elemento de instrução, mais útil e necessário.

«Em Elvas, onde o tempo sobra dos trabalhos diários, nota-se grande avidês pela leitura; falta uma biblioteca pública. Esta falta torna-se muito mais sensível, porque se sabe que existem por aí milhares de bons livros inaproveitados, e entregues à poeira e aos vermes. Á Câmara compete aproveita-los, satisfazendo a necessidade geral, com o menor dispendio possível.

«Lembra-nos o seguinte meio. Por uma portaria do governo civil [1], em tempo do sr. Palmeiro Pinto, fôram mandados entregar ao vigário capitular desta diocese os livros que pertenceram aos extintos conventos, e que se achavam arrecadados na administração do concelho. Outra portaria do govêrno civil póde mandar entregar aquêles livros à Câmara municipal, e é isto o que ela deve requerer. Sabemos que o atual governador civil está muito disposto e preparado para conceder este favor ao município.

«Na administração do concelho há aínda casa idónea e suficiente para arrecadar aqueles livros e outros muitos, e fundar os alicerces duma biblioteca pública.

«Obtida a concessão dos livros, a Câmara deve nomear uma comissão de sete membros, escolhida dentre os cidadãos mais aptos e habilitados, e que maior desejo mostrem de levar a efeito esta benéfica instituição. Lembrâmos os seguintes: Frederico Leão Cabreira, Ezequiel Augusto, António Cândido da Assunção, Manuel de Almeida Castanho, Tenreiro, Manuel Justino Pires, Paulo Eduardo Pacheco, José Maria de Almeida Ribeiro, José Maria Desidério Pacheco, João Ferreira Alves, Dr. Sanches, João Pires da Mata Pacheco.

«Alguns dèles sabemos que se prestam da melhor vontade.

«Estes cidadãos constituídos em comissão requererão ao govêrno a concessão de muitos bons livros que se acham duplicados e triplicados nas bibliotecas de Lisboa e Évora. Solicitarão donativos, e empregarão em fim

---

[1] Em data de 26 de abril 1853, dirigida ao administrador do concelho de Elvas.

todos os meios ao seu alcance para dotar e engrandecer a biblioteca pública.

«A Câmara votar-lhes há anualmente, para as despesas indispensáveis, a quantia de 24 a 30 mil réis no orçamento, a qual será sem dúvida aprovada pelo conselho de distrito.

«Dentro em poucos anos, e quási sem sacrifício, a Câmara terá dotado o município com um dos mais úteis estabelecimentos literários, e o nome dos seus membros será memorado no futuro pelos que se aproveitarem dêste grande elemento de civilização que lhe prepara.

«Elvas, 30 de outubro de 1860. *J. Ferreira Alves.*»

«Na própria minuta vem de mais esta nota, da mesma letra, que é a prova mais irrecusavel de que João Ferreira Alves, escrevendo estas linhas, não as destinou para artigo de fundo da sua fôlha.

«Deixo ao cuidado do meu amigo, o sr. vereador Oliveira (diz) esplanar estas considerações, e dar-lhe fôrça com a sua autoridade municipal, adquirindo também assim grande glória para si, por tamanha iniciativa».

«Não pode portanto haver prova mais certa, do que afirmámos, e folgâmos de ter ensejo de deixar aqui publicado o nome verdadeiro da pessôa, a quem talvez exclusivamente compete a glória do primeiro passo para a fundação da biblioteca municipal de Elvas, embora com isto vamos arrebata-la a um nosso conterrâneo para entrega-la a uma pessoa de fóra. Primeiro que tudo a verdade.

«Reivindicada, como fica, a iniciativa para quem de direito pertence, vamos fazer a história dêste estabelecimento, para o que basta pegar na exposição lida em sessão pública da sua inauguração a 10 de junho de 1880, copiada a fôlhas 43 e seguintes do livro dos *Annaes,* existente no Arquivo municipal, a que juntaremos algumas poucas informações que posteriormente pudémos colher.

«O primeiro período alcança o tempo decorrido desde que João Manuel de Oliveira fez a sua proposta em Câmara, até que se reconheceu a necessidade de recompôr a primeira comissão nomeada para dirigir os trabalhos preparatórios.

«Como fica dito, foi em sessão de 31 de outubro de 1860 que se tratou pela primeira vez dêste assunto, e na imediata a 6 de novembro, deliberou a Câmara requerer a concessão dos livros, a que aludia a proposta; e isto fez em ofício de 12 do dito mês, dirigido ao governador civil que era ao tempo o dr. Nicolau Anastácio de Betencourt.

«O dr. Betencourt, que já préviamente fôra falado sobre o assunto, por ocasião de vir a Elvas acompanhando a el-Rei D. Pedro 5.º, na visita que fez ao Alto-Alemtejo em outubro dêsse ano, respondeu a 3 de dezem-

bro, louvando a proposta, e ao mesmo tempo os desejos da Câmara, que a aprovara, manifestava em levar a efeito um estabelecimento de tanto interesse e proficuìdade para a instrução e educação dos habitantes do concelho de Elvas; podia a Câmara contar com toda a coadjuvação que daquela dependesse, para conseguir o fim proposto; e desde logo expedia um ofício ao vigário capitular do bispado, para entregar ao presidente da municipalidade, sob inventário, os livros restantes das livrarias dos extintos conventos da cidade, para servirem na biblioteca pública.

«Desta ordem deu também conhecimento à Câmara o vigário capitular em 11 de dezembro, passando logo a entregar a chave da casa em que os livros estavam cobrindo-se de pó; porêm o inventario, pôsto que tivesse sido principiado, não chegou a ser concluido, porque, sendo a mesma pessoa que entregava, presidente da comissão que recebia, a sua elaboração que foi considerada urgente, e se adiou, logo que começaram a faltar os mais valiosos elementos de trabalho, que dentro da primeira comissão que se nomeou havia.

«Esta primeira comissão, creada em sessão de 18 de dezembro, ficou composta dos seguintes indivíduos:

«Dr. António Joaquim Epifânio de Andrade, vigário capitular e governador do bispado, presidente;

«Manuel de Almeida Castanho, recebedor do concelho, vice-presidente;

«Ezequiel Cândido Augusto César de Vasconcelos, proprietário lavrador, secretário;

«Antonio Cândido de Assunção Nunes, farmacêutico, vice-secretário;

«Paulo Eduardo Pacheco, capitão de artilheria, e

«João Ferreira Alves, escrivão da fazenda, vogais.

«A 3 de janeiro de 1861, em que se lhe deu posse, foi resolvido por esta comissão, que, na vaga resultante da escusa pedida pelo sr. Baltazar Machado da Cunha Osório, aspirante da alfândega, que também fôra nomeado, suprisse o lugar de vogal o presidente da municipalidade que se achasse em exercício (era a êsse tempo o comendador Joaquim José da Guerra), o qual ficaria sendo o élo que prendesse a comissão á Câmara municipal, como seu medianeiro, e intérprete das suas deliberações.

«Aceitando de bom grado o alvitre, Joaquim Guerra, ficou fazendo parte da comissão, como vogal, e desta resolução deu conta á Câmara; a qual, em orçamento suplementar, discutido a 14 de janeiro, incluíu a modesta verba de 40 mil réis, com aplicação às primeiras despesas de instalação.

«Nesta primeira reunião da comissão, entre outros assuntos que fôram tratados, foi a escolha de casa apropriada. Logo acudiu ao pensamento o edifício do seminário, antigo Colégio dos jesuitas, em cujo pavimento su-

perior funcionavam as diversas aulas, achando-se os baixos servindo de celeiros, arrendados a particulares, e dando-se mais a circunstância de ser numa dessas casas que o dr. Epifanio de Andrade mandara colocar os livros, que se lhe haviam mandado entregar a título de depósito, e que estavam destinados a formar o núcleo da biblioteca municipal.

«Para conseguir-se o empréstimo desta, e de mais algumas dependências do edifício que se tornassem necessárias, bastava então a boa vontade do dito vigário capitular, governador do bispado, que estava ali presente, e que, de seu natural bom e obsequiador, sendo demais um dos primeiros a reconhecer o proveito que para os seus conterrâneos resultava do civilizador estabelecimento que ía fundar-se, não duvídou desde logo pôr à disposição da comissão as casas que tivesse por indispensável; e êle mesmo, convidando os seus colegas a visitar aquele edifício, os conduziu alí em seguida, e lhes andou mostrando os livros, inculcando-lhes os de maior merecimento.

«Depois dalguns outros trabalhos preliminares, a comissão deliberou em sessão de 28 de fevereiro, que se requeresse a concessão das obras duplicadas da Biblioteca Nacional de Lisboa, e da pública de Évora.

«A Câmara não tardou em fazer um requerimento neste sentido (12 de março), e graças à intervenção do deputado a côrtes Luís Mendes de Vasconcelos, nosso patrício, a 14 de junho foi expedida do Ministério do Reino, pela direcção geral de instrução pública ao bibliotecário de Évora uma portaria, autorizando-o a pôr à disposição do indivíduo que se lhe apresentasse por parte da Câmara de Elvas, alguns dos exemplares das obras que houvesse repetidas na mesma biblioteca.

«Logo que a Câmara houve disto conhecimento, mandou pedir ao cónego tesoureiro-mór da Sé de Évora, Manuel Joaquim Barradas, também natural de Elvas, que se incumbisse do apuramento dos livros que deviam vir.

«Foi-lhe dirigido êste pedido no 1.º de julho, e o cónego Barradas respondeu a 5, manifestando o maior interesse pelas prosperidades desta sua terra natal, e oferecendo-se para dirigir os precisos trabalhos na busca dos livros; mas escusando-se por si só, a essa demorada busca, porque os duplicados da biblioteca de Évora estavam num cahos. E explicava que tais livros, estando já promiscuamente acumulados em montes, tinham sido removidos a toda a pressa, nas vésperas da entrada del Rei D. Pedro 5.º naquela cidade, para as casas do desembargo do paço arquiepiscopal, e em maior confusão tinham ficado depois desta mudança, sendo mistér para discrimina-los, um trabalho árduo, que não comportavam as suas ocupações.

«Esta carta pôz a Câmara na dificuldade de eleger outra pessoa, que se prestasse a coadjuvar o cónego Barradas nesta importante comissão, e logo

surgiu outro contratempo, que na verdade ninguem esperava. Era que os duplicados da biblioteca de Évora já tinham sido concedidos, por decreto do 1.º d'outubro 1850, para outra que se organizava no seminário diocesano da mesma cidade, a instancias do arcebispo Anes de Carvalho.

«Tal informação deu-a o cónego Barradas; no mesmo sentido escreveu o bibliotecário João Rafael de Lemos ao governador civil de Portalegre e repetiu à Câmara de Elvas a 6 de agosto, fazendo-lhe ver, que entendia prevalecer a concessão mais antiga; mas propunha de caminho, que, ao mesmo tempo que se fossem discriminando e classificando os livros para o seminário, se apartassem para esta biblioteca os que acrescessem.

«Não só por corresponder á bondade com que v. ex.ª me trata (escrevia João Rafael a Ezequiel Augusto), mas por afeição para com uma cidade em que residí alguns anos, e onde fui bem acolhido pelos seus ilustrados habitantes, estou prompto para contribuír, quanto ser possa, para realizar os desejos que animam a v. ex.ª».

«Estas palavras eram sinceras.

«Não se prescindindo de qualquer auxílio, por insignificante que parecesse, o cónego Barradas, empregando os seus momentos livres na busca das obras triplicadas, coadjuvado por dois seminaristas elvenses que freqùentavam os estudos em Évora, conseguiu enviar à Câmara, mais tarde, uma porção de livros, entre os quais figurava a preciosa *Biblia ilustrada*, edição de Plantini, impressa em Antuérpia no ano de 1583.

«Ora, desde que fôram do domínio da comissão tão desanimadoras notícias, como eram as das dificuldades supervenientes para a entrega dos livros requeridos, tratou ela de fazer suprir de algum modo aquela falta. Propôz então, em setembro de 1861, que se requeresse ao governo civil a concessão dos livros que haviam pertencido aos conventos de Portalegre.

«Estas obras vieram, com efeito, em dois caixotes, chegados quási ao mesmo tempo que dez com os que foram apurados em Évora, sendo ao todo doze, entrando no depósito pelo mês de maio de 1862.

«Entretanto haviam-se dado duas vagaturas na comissão, para preenchimento das quais nomeou a Câmara em 16 de julho, por insinuação da mesma, o cirurgião militar Eusébio Valeriano de Matos, e o sr. Manuel Joaquim das Torres, que pouco tempo ocupou o cargo, por passar a servir de vereador.

«Uma destas vagaturas dera-se pelo facto de ser eleito Ezequiel de Vasconcelos presidente da Câmara, e como tal, membro nato da comissão, e a outra pela saída de Paulo Pacheco, por motivo do serviço militar. Êste cavalheiro fez as suas despedidas em carta de 13 de maio, e como estava incumbido da parte respectiva às obras a fazer nas salas que o vigário capitular concedera, remeteu os orçamentos das despesas relativas ao trabalho de

alvenaria e carpintaria, e com a aquisição da mobília que reputava indispensável adquirir.

«Quási todos êstes melhoramentos se realizaram em seguida, graças ao aumento de 50 mil réis, que a Câmara votou para a dotação da biblioteca; e na entrada de setembro se resolveu revestir a parede mais espaçosa da segunda sala com uma estante de $3^{m},75$ de altura, por $8^{m},25$ de largura.

«Em janeiro de 1862 estava concluída esta obra, e tratava-se de coordenar o catálogo, não só dos livros que estiveram a cargo do seminário episcopal, como os recebidos de Portalegre e Évora, a fim de se elaborar o inventário, duns e outros, para ser remetido ao govêrno civil.

«Trabalhava-se nisto com diligência, quando João Ferreira Alves, que servia de secretário, foi transferido para escrivão de fazenda de Fronteira, não sendo atendido pelo govêrno um requerimento da Câmara para a sua conservação nesta comarca.

«Ao despedir-se dêle, a comissão mandou lançar na acta um voto de louvor, «pelo zêlo e aptidão com que sempre desempenhou a árdua missão de que estava encarregado, e bons serviços que fez à biblioteca.»

«Pagou-lhe assim, com estas amáveis palavras, o muito que lhe estava a dever, e êle, grato à demonstração que se lhe dava, continuou, mesmo ausente, a fazer os possíveis esforços a bem do estabelecimento.

«Na administração do concelho de Fronteira foi encontrar uma porção de livros em bom estado, alguns de valor bibliográfico. Apressou-se a pedir autorização ao governador civil para serem removidos para Elvas; e êste lha deu prontamente, como consta de duas cartas de Ferreira Alves, de 3 de maio, e 6 de junho, na primeira das quais revelava a esperança de alcançar outros livros em Fronteira e Souzél, e na outra soltava êste desabafo, como queixume, contra alguem, que não podemos saber quem fôsse: «Já agora, isto em mim é mania, que me vão retribuindo com maus procedimentos os que devem louva-la e agradece-la.»

«Ferreira Alves era a alma da comissão, e a sua falta fez quási paralisar os trabalhos. Ainda a Câmara, para substitui-lo, nomeou em sessão de 30 de abril a Porfírio José Pereira, que lhe fôra indicado como pessoa de suficiente capacidade e aptidão; e mais tarde a comissão, sabendo que ministro do Reino estava empenhado em criar bibliotecas municipais, ponderou a 15 de junho, a conveniência de se propor àquele ministério a nomeação dum bibliotecário, e dum amanuense ou contínuo, indigitando para êsses lugares o secretário Porfírio, e o contínuo da Câmara eclesiástica, sr. Joaquim Basílio Caldeira.

«Mas a Câmara esquivou-se a tomar uma resolução qualquer acêrca desta proposta, não aparecendo mesmo vestígios de ter sido discutida.

«Só passados seis meses, pedindo o vereador Torres, em sessão de 16

de dezembro, esclarecimentos sôbre êste assunto, a Câmara concordou em que seria extemporâneo requerer a nomeação dum empregado para a biblioteca, quando no orçamento geral do estado não havia verba destinada ao pagamento dos seus honorários.

«Desde então apaga-se a luz vacilante que o livro de actas da Câmara municipal projecta na história da biblioteca; porquanto, por um longo lápso de tempo, guarda-se nelas o maior silêncio a respeito dêste estabelecimento tão ruidosamente iniciado. Apenas se encontram vestígios de que alguma coisa se fazia, ou projectava fazer, no livro de registo dos orçamentos da Câmara, em que figuram, por anos, as seguintes verbas aplicadas à dotação dêste instituto, a saber: em 1860-61, 40 mil réis; em 1861-62, 50 mil; em 1862-63, 48 mil; em 1863-64, 57.600; e em 1864-65, a mesma verba, cremos que transferida do orçamento antecedente, por se lhe não ter dado aplicação, como também à dêste último ano se não deu. Quanto aos trabalhos da comissão, vê-se do livro de actas das suas sessões (livro que por muito tempo andou extraviado, e de que só se tornou a saber quando no-lo ofereceu, a título de curiosidade elvense, o sr. António Alves dos Santos, casado que é com uma sobrinha do antigo secretário Porfírio José Pereira), que êles estiveram parados de todo desde junho de 1862 até fevereiro de 1865, em que a comissão da biblioteca se recompôs com elementos novos, entrando os trabalhos num segundo período de actividade, graças aos bons desejos do dr. António Teixeira Félix da Costa.

«Esta recomposição teve origem na leitura que o dr. Costa fez, na farmácia de António Cândido, dum anúncio publicado no *Jornal do Comércio* de Lisboa, de 27 de janeiro do dito ano de 1865, sôbre a venda que ia fazer-se, no dia 13 do mês seguinte, dos livros procedentes dos extintos conventos, e que se não tornavam necessários na Biblioteca Nacional.

«Restavam nêsse tempo da antiga comissão o dr. Epifanio de Andrade, o presidente da Câmara, António Cândido, e Porfírio José Pereira. O vice-presidente Castanho, tendo-se retirado para Portalegre, ali falecera, e a vagatura era já a terceira por preencher.

«Depois de tão largas fèrias, reùniu-se de novo a comissão da biblioteca a 3 de fevereiro, por solicitação de António Cândido.

«O nervoso farmacêutico teve nêsse dia as honras da sessão. Leu o anúncio a que fizemos referência, e acrescentou de sua casa, constar-lhe que os livros anunciados para venda eram os dos depósitos dos conventos extinctos, entregues à biblioteca pública de Évora. Entendia portanto dever escrever-se ao dr. Augusto Filipe Simões, bibliotecário da mesma, pedindo-lhe que obstasse, pelos meios ao seu alcance, a venda anunciada, visto que estavam concedidos à Câmara de Elvas, por disposição superior, todos os livros que houvesse

em duplicado na dita biblioteca, em harmonia com o que, já a comissão recebera a primeira remessa, e esperava mandar buscar os restantes, a principiar pelas crónicas das Ordens religiosas.

«E tendo-se convindo em propor êste objecto à determinação da Câmara, António Cândido continuou a falar, propondo outro sim que, para preenchimento da vagatura que se dera por falecimento de Manuel de Almeida Castanho, se inculcasse o nome do dr. Félix da Costa ; e no intuito de dotar a biblioteca com algumas obras modernas, se expedisse uma circular aos autores de nomeada, e aos mais fecundos livreiros editores de Lisboa e Pôrto, pedindo-lhes um exemplar de cada uma das obras produzidas ou editadas, ao mesmo tempo que se solicitaria das pessoas de Elvas, cultoras de letras, o donativo de alguns livros que houvesse por bem dispensar das suas estantes, em proveito da mocidade aplicada da sua terra.

«A Câmara, a quem em sessão de 7 de fevereiro fôram presentes estas propostas, tomou-as em consideração, e tratou imediatamente de corresponder a esta boa vontade, principiando por nomear para a comissão o dr. Félix da Costa, e escrevendo no mesmo dia ao dr. Filipe Simões no sentido proposto.

«A 11 de fevereiro respondeu ao ofício recebido o douto bibliotecário de Évora, desfazendo o engano em que se laborava a respeito dos livros que íam vender-se; mas tirando ao mesmo tempo as esperanças de se alcançarem mais volumes daquela biblioteca, por transferência para a de Elvas.

«Os livros pertenciam com efeito, como se anunciára, à Biblioteca Nacional de Lisboa, e não à de Évora; entretanto devia prevenir a Câmara, de que, tendo pedido ao govêrno a indispensável autorização para se venderem ou trocarem os que ainda restavam do depósito dos extintos conventos, logo que a obtivesse, não poderia deixar de efeituar as transacções, de que resultasse manifesto benefício para aquele estabelecimento.

«Em vista desta resposta, cumpria à Câmara levar a questão ao conhecimento dos poderes públicos. Se porêm alguma coisa se fez, foi extra-oficialmente, porque dos registos não consta que se houvesse diligenciado que a letra da portaria fôsse mantida, e se obstasse, portanto, à perda dalguns centenares de livros, que muito deviam aproveitar à biblioteca.

«Tambêm se torna muito reparado, segundo os documentos que nos guiam neste trabalho, que, tomando a Câmara a resolução de proseguir com afinco no empenho de realizar as aspirações da comissão, que eram as da população ilustrada de Elvas, por um contraste que se não explica, eliminasse do orçamento municipal a verba que durante cinco anos nêle andava consignada para dotação do estabelecimento!

«Com efeito; no ano económico de 1865-66 não foi votada quantia alguma; e se é certo que no ano seguinte ainda aparece no orçamento a verba, já re-

duzida a 30 mil réis, é tambêm tristemente certo, que essa foi a última votada até ao ano de 1879.

«Entretanto o dr. Félix da Costa, tomando posse do seu lugar, foi nomeado vice-presidente da comissão, e começou a dar impulso aos trabalhos, apresentando algumas propostas tendentes ao seu desenvolvimento, em sessão de 4 de março 1865.

«Era opinião sua, que a Câmara pedisse ao govêrno o pronto cumprimento da portaria qне se alcançara, para que se negasse a licença para a venda dos livros de Évora; e que a circular já estava impressa, para ser dirigida aos autores e editores de livros, e às pessoas do concelho que quizessem secundar o empreendimento com os seus donativos (apuraram-se 70 e tantos nomes), fôsse tambêm dirigida a suas Magestades, e à sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro; a esta pedindo-lhe alguns exemplares dos jornais que costumava oferecer aos estabelecimentos scientíficos de Portugal e às escolas. Que se oficiasse a todas as repartições públicas do Reino, fazendo-lhes constar a existência da biblioteca, a fim de que à mesma fossem remetidas as publicações oficiais que o costumam ser às demais do país; e finalmente que, para incitamento às pessoas solicitadas para donativos, os membros da comissão fossem os primeiros a concorrer com os livros que tivessem intenção de oferecer, dos quais, e dos que entrassem ulteriormente, se passaria a fazer registro em livro para isso expressamente destinado.

«O dr. Eusébio Valeriano de Matos juntou a estas propostas, a de que se escrevesse às redações dos periódicos sciêntíficos, literários e políticos, pedindo-lhes um exemplar das suas publicações, a fim de por êsse modo excitar a concorrência de maior número de leitores.

«Todas as propostas foram aprovadas; mas passados 14 meses, durante os quais a Câmara nada mais fez que expedir as circulares; sôbre cujo pouco resultado, disse António Cândido em sessão de 16 de maio de 1866, última de que ficou extracto no livro de actas respectivas (11.ª), «que quási nada se tinha colhido de tais esforços, apezar da solicitude com que tinham andado aqueles a quem esta missão fora cometida; porque a expedição dos ofícios quási coincidira com a epidemia que então desvastou a cidade (a *cólera* de 1865), e que a todos os lares levou o terror e a consternação próprias de tais crises, e conseguintemente quási ninguem prestára ouvidos aos ofícios recebidos. Em conseqùência disto, e porque a Câmara se limitára agora a meter em orçamento 30 mil réis, apenas, para as despezas da biblioteca, no que se revelava o nulo interesse que lhe merecia esta instituição, ponderava que se estava trabalhando, havia cinco anos, nas diligências preparatórias para se conseguir o fim proposto, e em vista dum já tão longo periodo era forçoso tomar uma resolução definitiva, para que a biblioteca passasse a ser

uma cousa real e verdadeira, deixando de ser um depósito de livros, de que se não colhiam os resultados práticos que se tinham em vista, nem traduzia a satisfação que, por parte dos membros da comissão, se procurára dar ao encargo que lhe fôra incumbido. De contrário, entendia que deviam resignar o mandato, entregando os negócios da biblioteca em mãos doutras pessoas mais hábeis, ou que mais influência tivessem sôbre os membros da Câmara, para que com vantagem os substituíssem.»

«Depois dalguma discussão, em que tomou parte o presidênte da Câmara, desculpando a exiguidade de verba orçamental, e rogando que os mesmos membros da comissão continuassem a dirigir os trabalhos, quando mais não fôsse, durante a sua gerência municipal, o vigário Epifanio de Andrade cortou a questão, propondo que a comissão fizesse um relatório do estado em que se achava a biblioteca, acentuando qual tinha sido o fruto das suas deligências, a fim da Câmara resolver o que fosse conveniente sôbre o assunto.

«Nisso se conveio, e ficaram encarregados de elaborar o relatório, o sobredito vigário, o dr. Félix da Costa, e o secretário Porfírio José Pereira.

«Segundo parece, o dr. Félix da Costa não pertencia ao grupo dos vencidos, diante das diferentes contrariedades que retardavam a abertura da biblioteca; por quanto nessa sessão propôs ainda, que se pedisse à Câmara, que nos seus futuros orçamentos consignasse uma verba fixa, para que a comissão pudesse remover as dificuldades com que lutava; e que, uma vez que o ministro do Reino declarava, que o lugar de bibliotecário em Elvas seria puramente honorífico, se propuzesse tambêm à Câmara a nomeação dum empregado para êste cargo, que ela entendesse apto, o qual ficaria encarregado de abrir e expôr ao público a biblioteca desde logo.

«Assim foi resolvido, e que se não demitissem por enquanto dos seus cargos.

«O relatório foi elaborado pelo dr. Costa, em cujos papeis achamos a minuta, que é do teor seguinte:

«A comissão a que tenho a honra de presidir encarregou-me, em sessão de 16 de maio último, de expôr a v. ex.ª qual seja o estado actual da biblioteca municipal desta cidade, e de reclamar da ex.ma Câmara, por v. ex.ª tão dignamente presidida, a satisfação de algumas necessidades urgentes que devem ser atendidas.

«O pensamento que presidiu ao estabelecimento duma biblioteca nesta cidade, foi altamente vantajoso para a instrução pública; mas será efémero se não se empregarem todos os esforços para levar tão útil estabelecimento ao estado de poder prestar a utilidade geral.

«A comissão por mim presidida, com os poucos recursos que a ex.ma

Câmara lhe tem ministrado, tem feito quanto dela se podía exigir; tem preparado e mobilado convenientemente duas salas, onde já hoje existem mais de 1.500 volumes. Além dêstes há mais de 400 ou 500, que, pelo seu mau estado, pouco préstimo teem; ou, por estarem truncados, devem ser vendidos, para com o seu produto se adquirirem obras de alguns clássicos portugueses.

«A biblioteca, porêm, no seu estado actual, de pouco ou nada serve. Fechadas as suas portas, ninguem pode ali entrar para consultar qualquer livro; não tendo um empregado que trate da sua limpeza e arranjo, o pó estragará muitos volumes; não havendo ainda um bibliotecário nomeado, falta quem tenha o cargo especial de concorrer para que ela prospere com a aquisição de novos livros.

«A comissão, pois, a que presido entende, que é da maior urgência que, quanto antes, se abra e exponha ao público a biblioteca; que para ali vá um empregado subsidiado, que tenha a seu cargo cuidar da limpeza e arranjos materiais do estabelecimento; e que em fim se nomei um bibliotecário, que seja homem instruído, e que, movido por sentimentos patrióticos, e pelo amor às letras, se preste a exercer gratuitamente êsse lugar.

«A comissão reconhece que pode talvez haver dificuldades que obstem a abrir-se diáriamente a biblioteca. Se assim é, a comissão contenta-se em que, pelo menos, se exponha ao público duas vezes por semana.

«A biblioteca pública desta cidade creou-se por autorização do govêrno, e deve conservar-se para crédito desta povoação. Para êste fim, em nome da comissão a que me honro da presidir, lembro a v. ex.ª a necessidade de continuar a ex.ᵐᵃ Câmara a votar todos anos alguma verba para a compra de livros. Se se proceder doutra forma deixará a comissão de adquirir mais livros, continuando a biblioteca no seu estado actual, e com pouca vantagem para o público, por isso que as obras ali reùnidas são quási todas de teologia e estudos eclesiásticos.

«É o que agora se me oferece dizer a v. ex.ª, a quem peço que se digne apresentar êste meu ofício à ex.ᵐᵃ Câmara, etc.

«Apezar de todas estas boas razões, a Câmara não se resolveu a incluir mais verba no seu orçamento com aplicação a êste instituto, e limitou-se a fazer segunda expedição de circulares, em data de 1.º de setembro, em que outros indivíduos da cidade e do concelho eram convidados a auxilia-la.

«Alguns homens dedicados, principalmente patrícios nossos, correspondendo a êstes desejos, enviaram os seus donativos.

«Não podemos apresentar dêles uma relação completa, porque os seus nomes apenas ficaram registados na memória, da qual pouco a pouco se foram apagando; mas sabemos que, entre êsses beneméritos, figuraram o ma-

rechal António Joaquim da Gama Lobo, Manuel Justino Pires, Francisco Simões de Carvalho, António de Brito Sousa Barradas, Joaquim António Lopes, padre Júlio de Carvalho Furtado, Manuel Joaquim das Torres, Porfírio José Pereira, Júlio Baptista e João Pereira Serzedelo.

«Mais uma vez os donativos não atingiram a expectativa; e sem dúvida devido a isso, a comissão esmoreceu de todo nas suas ideias de abrir a biblioteca, conservando-se portanto inactiva, e estacionária a sua obra, desde então, por espaço de 14 anos.

«Estacionária dissemos, mas não foi rigorosamente assim; decaíu algum tanto, porque, tendo sido por mais duma vez cedidas as suas salas para assembleia eleitoral, deu-se por falta de alguns livros, que estavam com pouco resguardo nos compartimentos inferiores da estante; os quais fôram provavelmente subtraídos na ocasião em que era mais numeroso o concurso dos cidadãos eleitores, e as atenções da maior parte convergiam para o acto eleitoral.

«Contudo o extravio não foi tão grande como durante muito tempo se julgou; porquanto, alguns livros que se supunham extraviados, fôram achados na biblioteca quando ulteriormente se procedeu a inventário.

«No decurso dos 14 anos sobreditos apenas encontramos, nos papeis que temos à vista, notícia de terem sido recebidos dois exemplares do 1.º e 2.º tomos da *Historia da Guerra Civil em Portugal,* de Luz Soriano, remessa feita pela secretaria da guerra, com ofício do sr. D. Luís da Câmara Leme, então chefe da repartição do gabinete do ministro.

«O ano de 1879 veiu achar a comissão da biblioteca reduzida a três membros apenas; um dêles revezado de dois em dois anos, o presidente da Câmara, e dois permanentes, o dr. Félix da Costa e António Cândido, sem que entretanto se fizesse mais eleições de pessoas que substituíssem os que tinham faltado, que eram o vigário capitular Epifânio de Andrade, falecido a 13 dezembro 1872, e o secretário Porfírio, que mudara em 1875 a sua residencia para Lisboa.

«Fôra tão longa a interrupção dos trabalhos concernentes à instalação dêste estabelecimento, que quási geralmente se havia perdido a esperança de o ver resurgir do marasmo a que o tinham condenado.

«Mas a geração nova foi compreendendo, que seria uma tristíssima incoerência com as ideias do século, que o projecto de há tanto meditado se não convertesse em realidade; principalmente depois que os poderes públicos, desde a poderosa iniciativa de D. António da Costa, tratavam de dar um grande desenvolvimento à instrução popular, animando os municipios à creação de escolas e bibliotecas.

«Assim, fácil foi obter do presidente da Câmara, comendador José Inácio

Pereira [1], que em sessão de 15 de abril 1879 propuzesse a reorganização da comissão, para se continuarem os trabalhos começados.

«A proposta entrou bafejada de propicias auras, e foi aceite unânimemente, sendo em 22 de abril eleitos para comporem a nova comissão, alêm dos dois membros efectivos que restavam da antiga, e do presidente da Câmara, membro nato, o vigário capitular dr. José Pereira de Paiva Pita, os srs. José Augusto César de Vasconcelos, e Manuel Joaquim da Silva e Mata, então capitão de artilheria e hoje general de brigada, e a pessoa que escreve êste artigo.

«Como o vigário capitular estivesse ausente, lendo direito na Universidade de Coimbra, esta comissão só poude constituir-se a 18 de setembro, ficando na presidência o dr. Pita, vice-presidente o dr. Félix da Costa, e secretários Vitorino de Almada e César de Vasconcelos; fazendo-se na ocasião várias declarações tendentes a pôr a mesma corporação a coberto de quaisquer responsabilidades pelos desvios ocorridos na biblioteca, e pelo desaparecimento do livro de actas, em que se entendia dever estar compendiada, por assim dizer, a história do estabelecimento; o qual livro, por mais diligências que então se empregaram, se não poude haver à mão.

«Depois de instalada, a primeira vez que a comissão se congregou foi a 5 de janeiro de 1880, mais de três meses depois de constituida.

«Esta morosidade, ocasionada por deferência para com a pessoa do presidente, que logo tornára para Coimbra, dava azo naturalmente a que se supozesse, que a nova comissão não adeantaria muito mais do que as anteriores.

«Não sucedeu porêm assim. Havia uma grande força de vontade, tanto da parte dela, como da Câmara municipal, para que o projecto se não traduzisse em factos.

«A partir de 30 de outubro preparava-se a surpreza de apresentar vencida uma das mais fatidiosas lides, como era a catalogação e classificação de 2.500 volumes, que o repouso de 14 anos cobrira de pó.

«A 5 de janeiro êstes trabalhos já tinham deixado de ser um mistério para a comissão. Convocados os seus membros para a sessão dêste dia,

---

[1] Foi António Pires, secretário da Câmara, que o incitou a apresentar esta proposta, contando com a promessa que lhe fez o autor dêste artigo, de, no seio da nova comissão, se a ela pertencesse, promover pelos meios ao seu alcance o rápido andamento dos trabalhos; ao mesmo tempo que êle António Pires se propunha empregar junto da Câmara, com cujos membros se entendia perfeitamente, principalmente com o dr. Eusébio Nunes, toda a diligência possível para aplanar quaisquer dificuldades que sobreviesem até à ultimação dêsses trabalhos.

foram encontrar muitos livros deslocados das estantes, e umas tiras de papel sôbre a mesa, com os títulos das diversas obras, em presença do que se não podia duvidar de que êsse trabalho estava assás adiantado.

«Nesta sessão foi resolvido que a Câmara oficiasse de novo a diversos cavalheiros, pedindo-lhes livros, porque a verba que se incluira no orçamento não era suficiente para se adquirirem obras modernas, sem as quais o estabelecimento se não podia abrir. Deliberou-se também, sob proposta do sr. Silva Matos, que junto da biblioteca se creasse uma secção arqueológica, para a guarda e conservação dos monumentos e objectos de arte, que se achassem dispersos por diferentes partes, a risco de se perderem, e dos que ulteriormente fôssem descobertos dentro da área do concelho.

«A Câmara tomou conhecimento destas propostas dois dias depois, aproveitando o ensejo que teve, ao falar-se nos trabalhos da comissão, para ordenar que se fizesse a remoção, para as estantes à disposição da mesma, dos massos da folha oficial, se bem que algum tanto truncados, existentes no arquivo da secretaria municipal, com princípio em 1845, e bem assim outros jornais e livros, de que no mesmo se podia prescindir

«Fôram efectivamente passados dias, expedidas novas circulares, e dentro em pouco começaram a afluir à biblioteca muitos volumes oferecidos pelos seguintes indivíduos, cujos nomes é justo que fiquem registados neste lugar, a saber:

«Da classe civil, Manuel Justino Pires, Joaquim Nunes da Silva, Luís Fortunato da Assunção Nunes, Joaquim Martins da Conceição, Manuel Joaquim de Miranda, D. Ana Leonor de Andrade e D. Antónia Vicencia de Andrade, irmãs do antigo vigário capitular Epifânio de Andrade, persuadidas pelo presidente da comissão; dr. Francisco de Paula Santa Clara, José Brás Pupo, Bernardino António Nunes da Silva, Joaquim António Rijo, Fernando Anselmo Pires, e António Maria de Almeida Neto.

«Da classe eclesiástica, Joaquim Francisco Celestino Mouquinho, dr. Manuel Joaquim Barradas, Adolfo Augusto Caldeira, Domingos António do Carmo, José Maria de Almeida Ribeiro, e Caetano José da Costa.

«Da classe militar, Baltazar Jacinto Cardoso César, João Augusto Solar, Joaquim Paula da Vitória, Manuel José da Costa e Silva, Manuel Caetano da Silva, Manuel Jorge da Guerra, Rodolfo Augusto de Passos e Sousa, António Doria de Sá Chaves Pinto, e João António da Encarnação.

«Da Câmara municipal, Eusébio David Nunes da Silva, e António Tomás Pires.

«E da comissão, José Augusto de Vasconcelos, Vitorino de Almada, António Cândido, e dr. Félix da Costa.

«De fóra da terra corresponderam ao apêlo da Câmara o primoroso escri-

tor D. António da Costa, o editor bibliófilo Ernesto Chardon, e o pintor-escultor catalão D. Luis Vermell.

«Esta é a relação dos subscritores até ao dia em que a comissão se dissolveu. Depois entraram ainda mais alguns donativos, e houve muitas promessas, que não foram cumpridas.

«O ministro da guerra Abreu e Sousa, respondendo a um ofício que recebera da Câmara municipal, felicitava-a, a 20 de fevereiro, pela patriótica iniciativa da creação da biblioteca, e mostrava-se empenhado em fovorece-la.

«Sendo Eivas a primeira praça forte do Reino, escrevia èle, uma biblioteca convenientemente provida de livros militares poderá ao mesmo tempo ministrar aos oficiais da guarnição os conhecimentos proficionais de que hajam mistér.»

«Contudo o auxílio da sua secretaria foi de pouca monta, apesar destas palavras animadoras.

«Já dissemos que a 5 de janeiro os trabalhos de catalogação estavam assás adiantados; a respeito porêm do mais, de nada se cuidara ainda, nem se cuidou, emquanto não foi definitivamente adoptado, para a inauguração da biblioteca, o dia da celebração do centenário do grande épico Luis de Camões, que por toda a parte se tratava de comemorar dignamente no país.

«E dizemos definitivamente, porque houve certa indecisão da parte da Câmara, quando se lhe propôz êste dia, calculando que mediava mui curto espaço de tempo para se vencer a enorme tarefa que havia a desempenhar.

«Foi a 16 de março que ela tomou conhecimento da deliberação da comissão, propondo que se fizesse a abertura do estabelecimento no dia 10 de junho.

. . . .

«A Câmara, pôsto que afirmando os seus melhores desejos para que houvesse a menor demora na abertura do estabelecimento, reservou contudo a fixação do pessoal para quando se discutisse o orçamento de 1881; e quanto à mobília das salas, incumbiu-a à comissão, arbitrando-lhe a quantia de cem mil réis, em sessão de 30 de março, que logo foram aproveitados para se encomendar a construção de duas estantes envidraçadas para os livros, e duas pilastras octogonais de madeira envernizada a branco, sôbre que se haviam de colocar o busto do Rei, e o do grande poeta.

«Para obviar à dificuldade proveniente da falta de pessoal, que a Câmara duvidava nomear para o serviço privativo da biblioteca sem que estivesse autorisada com os meios precisos para se lhe pagarem os honorários, apresentou-se a 6 de abril o professor Fernando Anselmo Pires a solicitar a nomeação de bibliotecário, declarando prescindir de qualquer remuneração até ao fim do ano; o que a Câmara aceitou logo, certa de que era mais um

passo que dava para o bom êxito da empresa em que todos estavam empenhados, e nessa conformidade mandou passar-lhe a respectiva carta de nomeação, com o vencimento de 180 mil réis anuais, a principiar do 1.º de janeiro do ano futuro.

«Estavam as cousas nestes termos, trabalhava-se diligentemente em pôr tudo em ordem, quando da parte de alguns vereadores e membros da comissão começou a desfalecer o entusiasmo, na persuação de que era insuficiente tão pouco tempo para se vencer o tanto que havia por fazer. E nesta convicção, uns e outros iam contaminando de desânimo os seus companheiros.

«Para uma resolução última e definitiva fôram então chamadas as duas colectividades a um sessão mixta, que se realisou a 11 de maio, à tarde, na qual salvaram a situação a palavra autorizada do dr. Paiva Pita, por parte da comissão, e a defeza que da proposta da mesma fez o sr. Eusébio Nunes, por parte da Câmara.

«Diz a acta: depois de prolongada discussão, em que se debateram opiniões acêrca da conveniência de se abrir ao público, em tão festivo dia, a biblioteca municipal, sendo esta de tão modestas proporções, e ouvidas as declarações do vice presidente da comissão, dr. Costa, e secretário Vitorino de Almada, responsabilisando-se o primeiro pela confecção do regulamento da biblioteca, e o segundo por tudo quanto diz respeito a livros e ornatos das salas, encarregando-se o sr. Silva Mata da feitura do relatório dos trabalhos da mesma comisssão, deliberou a Câmara por unânimidade: 1.º que se abrisse ao público, no indicado dia 10 de junho, a biblioteca municipal de Elvas; 2.º que se fizesse aquisição duma edição completa e nítida das obras do grande poeta, cujo centenário se ia comemorar, e especialmente da epopeia insígne, os *Lusiadas* universalmente considerada como relicário precioso do renome português, para a mesma edição ser depositada na biblioteca; 3.º que fôssem convidados alguns cavalheiros a associarem-se com a sua palavra eloqùente às manifestações que no dia indicado se fizessem na sala da biblioteca, em honra de Luís de Camões.»

«Em vista destas resoluções, chegou quási o convencimento a todos os espiritos, de que estavam em fim vencidas todas as dificuldades; porquanto ficava entregue em boas mãos a elaboração do regulamento e a do relatório; o secretário da Câmara oferecia-se espontâneamente para coadjuvar o serviço da ornamentação das salas; trabalhava-se com toda a diligencia na obra das estantes e na das pilastras; instava se com o ministro João Crisóstomo pelos livros prometidos e pelos mapas geográficos e folhas da carta corográfica do país, que haviam de guarnecer as paredes nuas da ante-sala; a Câmara já conferenciara com o governador da praça sôbre a parte que as músicas mili-

tares deviam tomar nas festas; redigia-se o programa para a solenisação do centenário, a que a sociedade do Grémio artístico se associava, dispondo também para êsse dia a abertura da sua pequena biblioteca; Eusébio Nunes, e os secretários da Câmara e da comissão, prestavam-se a preencher os compartimentos vazios das novas estantes, mandando os seus melhores livros, que ficariam ali, por empréstimo, até que os houvesse de propriedade; em fim, à vista dêste conjunto de trabalhos, e do afan e bôa vontade dos que nêles se empregavam, já não era lícito duvidar do bom exito da empresa.

«Pois todos se enganavam! Nas vésperas do grande dia, um incidente de pequena monta sobreveio entre a comissão e a Câmara, e êste contratempo trouxe à maior parte a desconfiança de que abortava ainda desta vez, à última hora, o plano da inauguração da biblioteca.

«Tinha o dr. Costa concluido o projecto de regulamento, e a comissão aprovara-o a 24 de maio, fazendo apenas nêle umas ligeiras alterações.

«Neste regulamento estava consignado, quanto ao pessoal, que haveria um bibliotecário, e um vice-bibliotecário, cargos honoríficos, e um oficial da biblioteca, e um contínuo, cargos renumerados.

«O presidente da Câmara deu conta disto em sessão de 25, e desde logo os vereadores se manifestaram contra, visto que, tendo já provido o lugar de bibliotecário com ordenado certo, não queriam agora voltar com a sua palavra atrás.

«Tal resolução se tornou definitiva em sessão do 1.º de junho, em que a Câmara ouviu ler o texto do regulamento, e aceitando todo o mais articulado, apenas na parte relativa ao pessoal manteve a nomeação do bibliotecário, que já fizera, entregando-lhe as funções atribuidas ao oficial da biblioteca, e estabelecendo um novo pelouro de instrução pública, e cujo encarregado cometeu as funções atribuidas no regulamento ao bibliotecário honorífico.

«Estava no seu direito, e assim o fez por unanimidade de votos.

«Mas a comissão, a quem no outro dia se deu conhecimento da emenda, já como facto consumado, melindrou-se por esta brusca resolução, e assentou em exonerar-se, deixando declaradas em acta as razões por que assim procedia, e mandando entregar à Câmara, com ofício de 3 de junho, o livro das suas actas e a chave da biblioteca.

«A inesperada rutura de relações entre ambas as colectividades, veiu agravar os trabalhos, que ainda eram consideráveis em relação ao espaço de 6 dias úteis que restavam para o da inauguração.

«Venceu-os, porêm, mais uma vez a boa vontade; e o relatório dos trabalhos das diferentes comissões para o estabelecimento da biblioteca, de que nem uma única palavra havia escrita, foi redigido à presssa pelo secretário

que fôra da comissão, em colaboração com o da Câmara municipal, ficando pronto, no dia 9 à noite, para ser lido em mesa na sessão inaugural.

«Tudo o mais se aprontou também a tempo e horas.

«Amanheceu em fim o fausto dia 10 de junho, com alvoradas de gala, e uma larga esteira de ramos de buxo atapetando as ruas por onde a Câmara e os seus convidados haviam de passar, no trajecto, desde os paços do concelho até à porta do antigo colégio dos padres da Companhia de Jesus.

«As duas salas da biblioteca estavam garridamente ornamentadas, para receberem por primeira vez as suas visitas. Na primeira, destinada à leitura de jornais, pendiam das paredes as 6 folhas da carta corográfica de Portugal que abrangem todo o distrito de Portalegre, a carta geográfica de Portugal, e dois quadros interessantes representando um dêles as moedas de todos os estados europeus, e o outro os homens mais notáveis de todos os tempos, nas armas, nas sciências, nas artes e nas letras, estacionando em grupos junto do templo da Glória.

«Um primoroso desenho de Fernando Pires, cópia de Julien, ocupava o intervalo das duas janelas desta sala, guarnecidas com vasos de flores; e sôbre a verga da porta de comunicação para a sala principal, destacava-se o retrato de João de Deus, êsse apóstolo devotado á instrução popular, que tem marcado uma nova era nos anais do ensino primário, com a publicação da sua *Cartilha maternal,* cujas excelências estão de há muito demonstradas práticamente.

«Transpondo os humbrais desta porta, defrontava se com as bonitas estantes expressamente feitas para a biblioteca, encimadas por vasos e jarras de flores; ao meio de ambas, por traz da cadeira da presidência, assentava sôbre uma das pilastras octogonais o busto bronzeado de Luís de Camões, em tamanho natural; à esquerda da mesa da presidência corria uma fileira de cadeiras destinadas ao corpo camarário, e à direita outra reservada para as diferentes autoridades.

«As janelas que dão para a rua dos Apóstolos estavam guarnecidas de bambinelas de *blonde,* pendentes de galerias douradas; no intervalo, sôbre outra pilastra, via-se o busto do Rei D. Luís, em uniforme de generalíssimo, tamanho natural, como o do grande poeta; na parede contrária, a estante principal acompanhando-a toda, da esquerda à direita, e de alto a baixo, repleta de livros, desde o fólio até ao oitavo, alguns em gótico, e quatro dêles coévos do século de Güttenberg.

«Na parede fronteira à presidência, dois quadros grandes ladeavam a porta de entrada, representando um dêles o grande historiador Alexandre Herculano, e o outro o famoso poeta Visconde de Castilho. Êstes e o de João de Deus são os mesmos que ao presente se conservam nas salas da

biblioteca pertencentes ao antigo secretário, tendo sido o de Herculano feito nas vesperas do grande dia, expressamente para figurar no acto inaugural.

«Á hora do meio dia, achando-se já no vestíbulo o bibliotecário Fernando Anselmo Pires, encarregado de receber os convidados, chegou o corpo de Câmara com as autoridades e outras pessoas mais, tocando à sua entrada a banda do batalhão de caçadores 8 a marcha grave *a Camões.*

«Formavam o Corpo de Câmara: Eusébio Nunes, servindo de presidente, os vereadores Manuel Caetano da Costa, Francisco Domingues Tenório, Atilano António da Silva Rijo, e Joaquim Dias Barroso, suplente, e o secretário António Tomás Pires; entre os convidados notavam-se o governador militar, general Roque Francisco Furtado de Melo; o do bispado, presbítero Caetano José da Costa; e o juíz de direito, dr. Francisco Antonio da Silva Seide, acompanhados dos convidados das respectivas classes.

«Corrido o reposteiro de *reps* carmezim, todos entraram a tomar os seus lugares, sendo o dos convidados em cadeiras dispostas à maneira de plateia, defronte da mesa da presidência, seguindo-se-lhes muitas outras pessoas, que, por não caberem dentro do recinto da principal, ocupavam até meio a sala contígua. Subiu a 200 o número dos que ali se acharam.

«O presidente fez uma breve oração de entrada, declarando o fim da reünião, e congratulando-se por lhe caber a honra de presidir a uma festa desta ordem. António Pires leu o relatório, ou exposição, em que se fazia a história do estabelecimento desde os seus primordios. Convidados a usar da palavra os cavalheiros presentes, que quizessem falar sôbre o objecto de que se tratava, Menezes Feio, então môço cheio de vida, de palavra fácil e atraente, que ninguem suporia que se havia de finar dois anos depois, com a cabeça perdida pelas alucinações duma febre perniciosa, levantou-se, e disse um dos melhores discursos que lhe ouvimos, justamente aplaudido de quantos se achavam dentro da sala.

«O *Elvense*, periódico que nasceu com o centenário, noticiando a abertura da biblioteca, disse a respeito dêste orador, que «pronunciou um discurso, tão elegante na forma, tão cheio de belezas, exaltando o grande épico e o seu poema, e demonstrando a necessidade das bibliotecas para a cultura dos povos, e para o adiantamento da civilisação, que ao pronunciar as últimas palavras, todo o entusiasmo daquele concurso ilustrado que o cercava, reprimido durante o discurso, irrompeu espontâneamente em felicitações ao novel orador.»

«Esta peça literária, graças às boas relações que entretivemos, durante os poucos anos que êle aqui passou, alcançámo-lo para ser publicado no *Elvense*, e pode ser visto nos n.os 154 a 159, de julho e agosto de 1882. António Carvalho, que arquiva todos os melhores trechos que se lhe deparam

os livros modernos, não resistiu à tentação de fazer uma edição especial de ɔdo o notável discurso de Menezes Feio, que imprimiu em 1887.

«Não havendo quem mais tomasse a palavra, se deu fim ao acto inaugu-al, dizendo o presidente umas palavras de agradecimento, não só a todos uantos haviam contribuido para se erigir a biblioteca, mas também a quan-ɔs tinham honrado, naquele dia, a Câmara municipal com o assentimento ue deram ao convite que lhes fôra enderessado.

«Em seguida lavrou-se auto do que se passou, e é do teor seguinte:

«*Auto da inauguração da biblioteca municipal da cidade de Elvas:* — Aos 0 dias do mês de junho de 1880 (ano de nascimento de Nosso Senhor Je-us Cristo), nesta cidade de Elvas, pelo meio dia, em uma das salas do pa-imento inferior do edifício do seminário episcopal, reünida a Câmara unicipal dêste concelho, composta dos srs. presidente interino e vereadores baixo assinados, e achando-se também presentes as autoridades civís, mili-ar e eclesiástica, os presidentes das corporações administrativas, de benefi-ência, recreio e instrução, alêm dum número considerável de pessoas ualificadas, atraidas a êste acto solene pelo convite feito pelo referido r. presidente da Câmara, e em presença de grande concurso de povo, se rocedeu à cerimónia da inauguração da biblioteca municipal de Elvas (que e acha instalada nesta mesma sala) pela forma seguinte:

«O sr. presidente interino da Câmara abriu a sessão com um breve e propositado discurso, e em seguida foi lida uma exposição, relatando todas s vicissitudes por que havia passado êste estabelecimento desde a sua fun-ação até o dia de hoje; depois do que, orou eloqùentemente o sr. José lexandre de Menezes Feio, digno capelão do regimento de cavalaria n.º 1, cêrca das vantagens que se podem auferir das bibliotecas públicas, fazendo o mesmo tempo a apologia do grande épico português Luís de Camões, ujo tricentenário hoje o país inteiro tão entusiásticamente comemorava e a idade de Elvas festeja com a inauguração dêste instituto literário. Por último, sr. presidente agradeceu em nome da Câmara os relevantíssimos serviços restados pela ilustre comissão instaladora, manifestando a sua gratidão a ɔdos os cavalheiros que se dignaram abrilhantar êste acto com a sua pre-ença, e ao distinto orador que o tornou ainda mais soléne, e a sua ex.ª o r. general governador da praça pela valiosíssima cooperação que se dignou restar, a fim dêle puder ser levado a efeito: mandando lavrar o presente uto, que eu, António Tomás Pires, escrivão da Câmara, escrevi, li e sub-crevo.

«*Eusébio David Nunes da Silva* — *Manuel Caetano da Costa* — *Francisco Domingues Tenorio* — *Atilano Antonio da Silva Rijo* — *Joaquim Dias Barroso* — *Caetano José da Costa* — O general, *Roque Francisco Furtado de Melo* —

O juíz de direito, *Francisco António da Silva Seide* — *Manuel da Silva Freire*, general de brigada — *Emídio José Xavier Machado*, coronel comandante de artilheria n.º 2 — *Diogo Pires Monteiro Bandeira*, tenente coronel de lanceiros 1 — *Inácio de Loiola e Castro*, major da lanceiros 1 — *João Travassos Valdez* — *Zacarias de Sousa Calado*, major de caçadores 8 — o cónego dezembargador da Relação patriarcal, *Joaquim António Barradas* — *Manuel José da Costa e Silva*, major reformado — *Joaquim Maria de Almeida* — *João José de Ataíde Banazol* — *Roque de Brito Berredo Furtado de Melo* — *José Francisco da Silveira Falcato* — *Joaquim António de Campos Araújo* — *Joaquim José da Guerra* — *João Joaquim da Guerra* — *João José Pinto da Silveira Falcato* — O cónego, *Francisco Maria de Sousa Carvalho* — *Joaquim José da Silva* — *Alberto Hipólito Godinho Risques Pereira* — *Ciríaco José da Cunha* — *José Ferreira da Silva, Júnior* — *António Maria Loureiro* — *Francisco Pereira de Azevedo* — *Artur Eduardo de Almeida Brandão* — *Manuel Maria Loureiro Banazol* — *José Roldão Ramires Lobo* — *Estevão António de Brito Falé* — *Manuel Joaquim Barbosa*, capelão de caçadores 8 — O padre *José Alexandre de Menezes Feio Serra*, capelão de cavalaria n.º 1 — *Izidro da Cruz Maltez* — *José Nunes da Silva, Sobrinho* — *Joaquim Nunes da Silva* — *Henrique António Pereira Barroso* — *Fernando Anselmo Pires* — *João Henriques Tierno* — *António da Silva Rosado* — *Manuel Joaquim Monta* — *Francisco Augusto César de Vasconcelos* — *José Joaquim de Sousa Calado* — *Isidoro Simão dos Santos Miranda* — *Joaquim José Sertã* — *Desidério Procopio Simplicio Franco* — *Manuel Joaquim Cardoso* — *Vitorino de Santa Ana Pereira de Almada*, ex-secretário da comissão instaladora — *António Tomás Pires*.»

«Assinado que foi o auto, a música de caçadores tocou algumas peças, terminando com marcha *a Camões*, quando o velho governador, os demais convidados, e a Câmara municipal sairam do edifício.

«Á noite foi iluminada a fachada principal dêste, e estiveram patentes as salas da biblioteca, que fôram visitadas por inúmera concorrência. Das 8 até às 11 horas conservou-se tocando a música do sobredito batalhão à porta da biblioteca, e a de infanteria 4 e a charanga de lanceiros na praça pública, iluminando-se tambêm toda a cidade.

«Vamos agora fazer o remate dêste artigo, já demasiadamente longo, com a resenha de quanto de mais consideração tem ulteriormente ocorrido, relativo ao estabelecimento de que tratâmos.

«A 22 junho 1880 o sr. Eusébio Nunes, perfilhando a ideia do sr. Silva Mata, e ampliando-a, propôz que se estabelecesse junto à biblioteca municipal uma secção de arqueologia e numismática, em que se reùnissem alguns objectos e moedas, que desde logo se pudessem obter de particulares, e outros que de futuro fossem achados, evitando-se com esta providência a

perda de muitas antiguidades, que o acaso tivesse poupado ao vandalismo de tantos séculos.

«Foi aprovada esta proposta, e passou-se ordem imediata aos trabalhadores de todo o concelho, para apresentarem na secretaria da Câmara todos os objectos que encontrassem nas excavações que fizessem, e que tivessem o cunho de antiguidade.

«Para formar o núcleo desta secção tratou-se desde logo de obter uma campa romana existente num prédio do major reformado Sousa Nobre, na rua de S. Lourenço, na qual se menciona o nome de Caio Júlio Galo; duas *exedra,* uma das quais estava encostada ao cunhal da actual casa do lavrador David Picão, e a outra junto à parede dum quintal que confronta com o adro do Salvador velho; e um vaso de vidro e diversos objectos de cerâmica, achados junto à horta que foi do Mexia, no sítio dos Fangueiros, quando se procedera ao movimento de terras para a construção da estrada municipal n.º 72, os quais existiam em poder do vereador Atilano Rijo, que logo os pôz à disposição da Câmara municipal.

«A 10 outubro, 1882, o vereador António Nunes propôz que se pedisse para a biblioteca municipal a livraria da Mitra, a qual pela extinção dêste bispado, passava a ser propriedade dos prelados eborenses.

«Esta proposta, pendente durante três anos, não teve solução alguma, por falecer entretanto o arcebispo, sem que tomasse uma resolução definitiva, pôsto que tivessem prometido já uma parte dela, logo que pelo catálogo, a que mandou proceder, se reconhecesse quais dos livros que teriam melhor aplicação para uma biblioteca pública.

«Além da renovação destas diligencias, feita em fevereiro de 1884 pelo então presidente da Câmara, sr. Joaquim Nunês da Silva, e de novas instâncias pelo sr. Eusébio Nunes, por ocasião da visita do actual ex.^mo^ arcebispo D. Eduardo, todas também sem resultado, a Câmara escreveu em maio do mesmo ano de 84 à Academia Real das Sciências, e em 8 de julho à Sociedade de Geografia de Lisboa, pedindo-lhes as obras publicadas por ambos os estabelecimentos. Cremos que a Academia não chegou a responder; quanto à benemérita sociedade, a existencia dos seus boletins na biblioteca está dando a entender que satisfez cavalheirosamente á solicitação da Câmara.

«Foi em tempo do mesmo presidente Joaquim Nunes, que se expediu uma nova circular, a 6 junho 1889, a diversos cavalheiros, rogando-lhes, o donativo de alguns livros; e êste apelo foi honrosamente correspondido por 29 indivíduos, que enviaram à biblioteca 523 volumes compreendendo folhetos, e 8 mapas.

«Com êste reforço, e com diversas obras de merecimento adquiridas pela

mesma administração, e pela imediata, estão hoje consideravelmente melhoradas as condições da biblioteca municipal.

«Uma providência a que não podemos deixar de aludir, tomada no intuito de se fazer uma estatística geral dos livros dêste estabelecimento, e facilitar as entregas que houvessem de se fazer, de bibliotecário para bibliotecário, foi a nomeação de uma nova comissão, sob proposta do presidente Joaquim Nunes da Silva, apresentada em sessão de 21 de fevereiro 1888, a fim de, fazendo a inspecção da Biblioteca, designar ao mesmo tempo os livros que deveriam de preferência ser adquiridos, quais os trocados e quais os vendidos.

«Para compô-la foram convidados os srs. dr. Santa Clara e José Augusto César de Vasconcelos, e Vitorino de Almada; o primeiro dos quais ficou investido na presidência, e o terceiro encarregado da secretaria; e tendo-se escusado o segundo, ficou em seu lugar o presidente da Câmara, como vogal.

«A comissão ficou constituida a 12 de abril pelo modo que deixamos indicado, e a 20 dêsse mês realisou a primeira sessão, de cuja acta consta que, reconhecendo não ser possível indicar os livros mais indispensáveis, sem proceder ao exame e inventário dos existentes, a comisão resolvera começar por êste trabalho preliminar, descrevendo todos os volumes em livro próprio, pela ordem por que fossem aparecendo nas estantes, para depois, tomando por base esta descrição, organisar uma nova relação dos livros, ordenada segundo os nomes dos autores, e os títulos das obras, classificadas conforme a língua em que estivessem escritas, e os diferentes ramos de literatura ou sciência de que tratassem.

«Nestas disposições se começou o trabalho, e depois proseguindo até 14 dezembro 1889, em que o inventário atingiu o número de 2.364 volumes, aproximadamente metade dos existentes na biblioteca. E como entretanto tivesse sido eleita nova Câmara, entendeu a comissão dever exonerar-se do serviço que lhe fôra incumbido, fazendo as suas despedidas à Câmara cessante, à qual tambêm enviou o relatório dos seus trabalhos, de que deixou cópia em acta de 22 do mesmo mês, cujo teor é o seguinte:

«Il.^{mos} e ex.^{mos} srs. — A comissão nomeada pela ex.^{ma} Câmara municipal dêste concelho, em sessão de 21 de fevereiro de 1888, para tomar conhecimento do estado de conservação da biblioteca municipal, e indicar os livros, que de preferência deveriam ser adquiridos, tendo-se constituido em 12 de abril seguinte, procurou desempenhar-se dos encargos que lhe foram confiados.

«Na biblioteca existiam os livros guardados em grande confusão, a maior parte numa grande estante aberta, outros em estantes fechadas, e muitos a monte sôbre cadeiras; mas, como não houvesse catálogo, debalde tentou a

comissão fazer prontamente o exame dos livros, para apontar à ex.ma Câmara os que faltassem, mais desejados para a instrução popular.

«Êste inconveniente, que embargou o propósito da comissão, anulava igualmente o dos leitores, que se dirigiam à biblioteca para alcançar subsídio nos seus estudos. Pedia-se qualquer livro; e, sendo oculto se existia ou não, e em que lugar, o município tinha de ver com desgosto, que da biblioteca não se colhiam os desejados remédios para o incremento da instrução pública.

«Em tais circunstâncias tomou a comissão sôbre si o árduo trabalho de fazer o inventário de todos os livros que estavam guardados naquele arquivo; e, vendo que os vogais da comissão, sobrecarregados, além de vários serviços, com seus negócios domésticos eram fácilmente impedidos de apresentar-se para o trabalho a horas diurnas, achando a melhor vontade e boa codjuvação no prestante bibliotecário, sr. Manuel Joaquim das Torres, resolveram aproveitar algumas horas da noite em tão desejado serviço; e por êste meio fez-se a discrição de 2.364 volumes, como consta do livro respectivo.

«Aquí encerrou a comissão seus trabalhos, impedida por falta de tempo de ir avante; pois intentava, tanto que puzesse fim ao catálogo, revistar todos os volumes para não confundir as obras completas com as truncadas, e pôr de parte os exemplares que existissem em duplicado, para propôr sua venda ou troca por livros que mais interessassem.

«Conseqùentemente deveria em seguida fazer-se segundo catálogo, mais apurado, em que se seguisse a ordem alfabética do nome dos autores, e o título das obras, classificadas em respeito dos diferentes ramos de sciências e literatura, conforme a língua de que os escritores se tivessem servido.

«Não esqueceria à comissão apartar os volumes (e muitos são êles) que merecessem ser encadernados; e outro si propor o número e forma das estantes, que se requeriam, para os arrecadar.

«Quando a biblioteca municipal foi instituida, eram suficientes as duas salas, que no presente ocupa; mas, crescendo diáriamente o número de volumes, precisa-se hoje de maior espaço; e por autorisação superior poderia conseguir-se, que se lhe ajuntasse outra sala, que corre parede em meio, e está servindo de celeiro, que o seminário arquiepiscopal costuma arrendar. Por êste modo, em amplo alojamento se poderiam patentear muitos mapas e cartas, interessantes aos estudos históricos e geográficos, e levantar novas estantes, onde fossem arquivados muitos periódicos e jornais, principalmente os publicados nesta cidade, que contêm sem dúvida matéria de grande merecimento para a história do município elvense.

«Eis aqui, senhores, a breve relação do trabalho feito pela comissão, e

do que se projectava fazer, se a ex.ma Câmara se demorasse por mais tempo no govêrno do município.

«A comissão, pedindo-vos a exoneração do encargo, que lhe confiastes, faz votos, para que as vereações futuras tão cheias de vida como briosas, não se esqueçam de engrandecer a Biblioteca, promovendo nesta cidade o culto das sciências e letras humanas. — Elvas 22 de dezembro de 1889. — *Francisco de Paula Santa-Clara.* — *Joaquim Nunes da Silva.* — *Vitorino de Santa Ana Pereira de Almada.*»

«Não poude a Câmara cessante tomar conhecimento dêste relatório, porque, tendo dado entrada na secretaria no dia 29 de dezembro, só restava para o fazer a sua sessão de despedida, em 31 do dito mês, e foi tal a aglomeração de trabalhos nêste dia, que parte dos assuntos a tratar tiveram de ficar adiados, pôsto que terminasse a sessão com luzes acêsas.

«Só a 14 de janeiro foi presente à nova Câmara o documento que deixamos transcrito, e então, para substituir a comissão demissionária, foram nomeados os srs. capitães Joaquim Maria Soeiro de Brito e Augusto César de Vasconcelos Massano, e o 1.º tenente de artilheria António Alves de Macedo, os quais é de supôr que tenham os seus trabalhos já muito adiantados.

«A estatística da leitura no primeiro ano de existência da biblioteca, acusa a freqùência de 1:308 leitores. No ano de 1882 elevou-se êsse número a 2:145, e em 1882 em diante foi sensivelmente decrescendo, a ponto de em 1892 ali afluirem sómente 114 leitores, que pediram 97 volumes de história e literatura e 18 de sciências e artes. As más condições higiénicas do prédio em que está instalada a biblioteca poderosamente contribuem para o afastamento dos leitores; além de muito escuras, as salas são horrorosamente frias no inverno.

«Do livro de registo das pessoas ilustradas, que teem visitado o estabelecimento (350), destacam-se as seguintes apreciações:

— «24 de novembro de 1886. António dos Santos, capelão do Infanteria 4, visitou esta biblioteca, cujo estado de arrumo e ótima disposição muito lhe agradou, e admirou.»

— «3 de dezembro de 1886. Visitei a biblioteca municipal de Elvas, causando-me muito agrado a boa ordem, aceio e regularidade do seu serviço. — Henrique Amorim, Engenheiro Civil.»

— «13 octubre 1887. La biblioteca municipal de Élvas revela la excelente cultura de la poblacion — Eduardo Caamaño.»

— «4 de novembro de 1887. A biblioteca municipal é o estabelecimente que merece maior atenção, e estimei encontra-la num estado próspero. — Carlos Alberto de Morais.»

— Janeiro de 1888. A biblioteca municipal de Elvas é um magnifico estabelecimento de instrução, e que merece toda a atenção, não só pela grande quantidade de obras, mas também pela boa disposição em que tudo se encontra. — José Tiago Nazaré».

— «José António Malaquias de Almeida e Sá visitou esta biblioteca no dia 3 de fevereiro de 1888 que lhe fez ver a boa disposição e ordem em que se acham os livros e mais documentos existentes.»

— «António José Torres de Carvalho visitou esta Biblioteca em 2 de abril de 1888 e achou tudo em boa ordem, e irrepreensível aceio.»

— «António Garcia de Andrade visitou esta biblioteca, que encontrou na melhor ordem e aceio, que se pode exigir. Elvas, 29 de Abril de 1888.»

— «Manuel P. Serra visitou esta biblioteca, no dia 18 de maio de 1888, muito agradavelmente, por lhe merecer a maior atenção o estado próspero em que se acha.»

— «Angel Herrera, abogado de Badajoz, ha visitado la biblioteca municipal de Elvas con mucho gusto, por su excelente estado y por el buen agrado de su digno director. Elvas, 10 de Junio de 1888.»

— «Visitei esta biblioteca municipal no 3 de julho de 1888. É um estabelecimento verdadeiramente importante, não só pelas numerosas obras que encerra, como também pela boa disposição e aceio em que está tudo, o que é devido ao seu zeloso e inteligente bibliotecário António R. Margalho.»

— «Adelino Barreto de Carvalho. Visitei esta biblioteca em 15 de abril de 1889 e a meu ver acha-se tudo na melhor ordem e aceio, o que concorre para mostrar o zêlo e actividade do exímio bibliotecário sr. Manuel Joaquim das Torres.»

«Finalisâmos êste artigo, dando conta dos volumes que existiam na biblioteca em 31 de dezembro de 1892, conforme a nota que pela Câmara municipal foi enviada à *Direcção Geral da Estatística,* a fim de servir de elemento para um dos quadros do *Anuário Estatístico de Portugal;*

«De *história, geografia, literatura, sciências morais e políticas, e legislação* — 1:655 obras e 2:301 volumes;

«De *sciências matemáticas, e físico-naturais, artes e indústrias* — 522 obras e 655 volumes;

«De *literatura eclesiástica* 1:294 obras e 2:197 volumes;

«Diversas — 536 obras e 1:759 volumes;

«Manuscritos — 30 volumes;

«Total: — obras 4:007, volumes 6:942.

«Depois de 1892 bastantes obras teem sido adquiridas, podendo assegurar-se que a biblioteca municipal de Elvas é, quanto a número de volumes,

duplamente superior a cada uma das bibliotecas municipais de Beja, da Guarda e de Santarem»[1].

Para complemento desta notícia, devemos à gentilesa do seu actual bibliotecário sr. António José Torres de Carvalho o seguinte mapa demonstrativo da expansão que ulteriormente tem tomado esta Biblioteca.

Mapa do movimento de leitores na Biblioteca Municipal de Elvas

Anos	Leitores	Anos	Leitores	Anos	Leitores	Anos	Leitores
1887	101	1894	72	1901	61	1908	129
1888	116	1895	47	1902	34	1909	140
1889	102	1896	15	1903	88	1910	165
1890	94	1897	23	1904	70	1911	2760[2]
1891	86	1898	34	1905	64	1912	2174[3]
1892	114	1899	14	1906	50	1913	841
1893	80	1900	70	1907	75	1914	404[4]

«Existem 15:206 espécies bibliográficas em 19:199 volumes.

«Elvas 30 de Outubro de 1914. — O Bibliotecário interino, *António José Torres de Carvalho.*

[1] Esta desenvolvida notícia a extratámos dos: *Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia Portuguesa. Concelho d'Elvas e extinctos de Barbacena, Villa Boím e Villa-Fernando, por Victorino d'Almada. Tomo III. Elvas, 1901,* pág. 252 a 267

[2] Nêste número estão incluidos 1:519 leitores no domicílio.

[3] Idem de 1619.

[4] Até 31 de outubro.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Já no *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa* [1.ª Série, vol. I, p. 878] publicámos uma notícia histórica desta Biblioteca.

Como aditamento diremos que em 1913 teve esta biblioteca a oferta de 9:863 volumes, feita pelo rico hoteleiro inglês sir William Reid, livros êsses que constituiam a livraria do falecido Bibliotecário municipal e antigo professor sr. João Joaquim de Freitas e foram adquiridos pelo sr. Reid com o fim expresso de serem oferecidos à Câmara Municipal do Funchal.

Do seu actual bibliotecário sr. Adolfo César de Meneses recebemos os mapas seguintes que gostosamente publicamos esperançados em que todos os nossos informadores utilizem êste processo demonstrativo dos relevantes serviços prestados pelas bibliotecas.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento dos leitores e volumes pedidos durante o ano de 1912.

Leitura na Biblioteca

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e Jornais. Poligrafia.		Teologia e sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências fisico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Artes		História e geografia		Manuscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	13	22	3	3	–	–	1	3	10	11	–	–	1	1	16	21	67	69	1	1	22	34	–	–	134	165
Fevereiro	22	37	13	15	–	–	2	2	2	2	1	1	1	1	6	7	45	50	–	–	13	16	1	1	106	132
Março	39	118	8	10	1	1	–	–	5	5	2	2	3	3	1	1	83	91	–	–	30	35	4	4	176	270
Abril	19	35	8	9	–	–	–	–	14	20	–	–	1	1	1	1	120	133	–	–	13	15	–	–	176	214
Maio	15	26	8	8	–	–	4	5	10	14	3	3	–	–	3	3	99	103	–	–	14	17	1	3	157	182
Junho	13	27	1	1	–	–	–	–	1	1	–	–	5	5	1	1	42	43	–	–	9	10	–	–	72	88
Julho	13	34	12	17	1	1	–	–	7	9	1	1	–	–	6	8	17	17	–	–	6	6	–	–	63	93
Agosto	10	19	15	19	–	–	–	–	4	4	1	1	–	–	4	5	22	24	–	–	14	14	1	4	71	90
Setembro	10	13	5	6	–	–	–	–	2	2	1	1	–	–	2	2	27	31	–	–	4	5	–	–	51	60
Outubro	17	25	3	3	–	–	–	–	4	4	1	1	–	–	–	–	64	67	–	–	34	38	2	4	125	142
Novembro	26	61	11	13	–	–	–	–	1	1	6	6	1	1	6	6	110	117	–	–	27	29	–	–	188	234
Dezembro	28	43	10	16	1	3	2	2	2	2	–	–	–	–	1	1	140	156	–	–	17	18	–	-	201	241
Soma	225	460	97	120	3	5	9	12	62	75	16	16	12	12	47	56	836	901	1	1	203	237	9	16	1520	1911

OBSERVAÇÕES — Foram adquiridos durante o ano 153 volumes, sendo 121 por compra e 32 por oferta. No dia 31 de dezembro existiam na biblioteca 11:389 volumes. Em 1911 foi a Biblioteca freqùentada por 1:104 leitores que solicitaram 1:309 volumes para leitura no estabelecimento.

Biblioteca Municipal do Funchal, aos 8 de Janeiro de 1913. — O Bibliotecario, *Carlos Azevedo de Menezes.*

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento dos leitores e volumes pedidos durante o ano de 1912.
Leitura no domicílio

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia		Teologia e sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências físico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Artes		História e geografia		Manuscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	–	–	1	1	–	–	1	2	–	–	–	–	–	–	–	–	4	5	–	–	–	–	–	–	6	8
Fevereiro	–	–	2	3	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	1	1	–	–	6	7
Março	1	2	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	2	5	–	–	1	1	–	–	5	9
Abril	3	8	1	1	–	–	–	–	2	3	–	–	–	–	–	–	1	3	–	–	2	3	–	–	9	18
Maio	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	3	3
Junho	1	1	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	1	1	–	–	5	5
Julho	–	–	–	–	1	1	2	2	1	2	–	–	–	–	–	–	5	7	–	–	1	3	–	–	10	15
Agosto	1	2	3	4	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	4	7	–	–	–	–	–	–	9	14
Setembro	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	3	3
Outubro	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	2	2	5	12	–	–	4	4	–	–	12	19
Novembro	–	–	–	–	–	–	1	6	–	–	–	–	–	–	1	12	3	5	–	–	2	16	–	–	7	39
Dezembro	–	–	2	2	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	5	6	–	–	–	–	–	–	8	9
Soma	6	13	9	11	1	1	9	15	7	9	1	1	–	–	3	14	35	56	–	–	12	29	–	–	83	149

OBSERVAÇÕES — Em 1911 foram requisitados 111 volumes para leitura no domicílio, tendo sido 68 o número de leitores.

Biblioteca Municipal do Funchal, aos 8 de Janeiro de 1913. — O Bibliotecário, _Carlos Azevedo de Menezes._

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento dos leitores e volumes pedidos durante o ano de 1913.

Leitura na Biblioteca

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia		Teologia e Sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências fisico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Artes		História e geografia		Manuscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	41	95	18	23	–	–	–	–	1	1	5	5	1	1	4	4	190	193	–	–	22	27	–	–	282	349
Fevereiro	15	41	5	5	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	1	1	64	66	–	–	6	6	–	–	92	120
Março	23	43	12	14	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	59	66	–	–	10	11	–	–	105	135
Abril	25	63	6	7	–	–	–	–	–	–	–	–	4	4	1	1	103	108	–	–	54	57	–	–	193	240
Maio	27	49	2	2	–	–	–	–	1	1	1	1	4	4	–	–	115	129	–	–	36	39	1	1	187	226
Junho	32	66	3	3	–	–	–	–	1	1	4	4	4	4	4	6	75	78	–	–	17	17	–	–	140	179
Julho	18	33	6	10	–	–	–	–	7	9	6	6	–	–	1	1	28	30	–	–	27	30	–	–	93	119
Agosto	8	15	3	3	–	–	1	1	3	3	1	1	–	–	–	–	41	41	–	–	22	29	–	–	79	93
Setembro	8	10	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	48	48	–	–	10	10	2	2	68	70
Outubro	19	27	9	11	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	20	21	–	–	16	18	–	–	65	78
Novembro	6	11	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	52	57	–	–	7	7	1	1	68	78
Dezembro	21	23	1	1	–	–	–	–	2	4	2	4	–	–	–	–	91	91	–	–	19	19	–	–	134	138
Soma	243	476	66	80	1	1	6	2	16	20	17	17	13	13	12	14	886	928	–	–	246	270	4	4	1506	1825

OBSERVAÇÕES — Em 31 de dezembro de 1913 existiam na Biblioteca 21:339 volumes. Foram adquiridos durante o ano, por oferta, 9:950 volumes. Em 1912 foi a Biblioteca freqùentada por 1:520 leitores que solicitaram 1:911 volumes para leitura no estabelecimento.

Funchal, 27 de janeiro de 1914. — O Bibliotecário interino, *Adolfo César de Noronha.*

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento dos leitores e volumes pedidos durante o ano de 1913.
Leitura no domicílio

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia.		Teologia e sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências físico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Artes		História e geografia		Manuscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	2	6	2	2	–	–	1	1	1	1	1	1	–	–	–	–	6	9	–	–	–	–	–	–	13	20
Fevereiro.	1	3	–	–	–	–	1	2	–	–	–	–	–	–	1	1	4	8	–	–	3	5	–	–	10	19
Março.	3	8	2	2	–	–	1	2	–	–	–	–	–	–	–	–	7	13	–	–	–	–	–	–	13	25
Abril	2	10	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	3	–	–	1	2	–	–	6	15
Maio	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	6	–	–	1	1	1	1	6	9
Junho.	–	–	2	2	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	13	–	–	1	1	–	–	8	17
Julho	1	1	1	1	1	1	–	–	1	1	–	–	1	1	4	7	3	4	–	–	5	7	–	–	17	23
Agosto	2	6	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	16	37	1	1	7	8	–	–	27	53
Setembro.	–	–	–	–	–	–	3	5	–	–	–	–	–	–	–	–	7	19	–	–	4	7	–	–	14	31
Outubro.	6	6	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	8	14	–	–	5	6	–	–	21	28
Novembro	–	–	1	1	–	–	3	3	–	–	–	–	–	–	–	–	13	29	–	–	8	9	–	–	25	42
Dezembro	–	–	1	1	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	4	7	–	–	–	–	–	–	6	9
Soma.	17	40	10	10	4	4	9	13	3	3	1	1	1	1	6	9	78	162	1	1	35	46	1	1	166	291

OBSERVAÇÕES – Em 1912 foram requisitados 149 volumes para leitura no domicílio, sendo 83 o numero de leitores.

Funchal, 27 de janeiro de 1914. — O Bibliotecário interino, *Adolfo César de Noronha*,

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento dos leitores e volumes pedidos durante o ano de 1914.
Leitura na Biblioteca

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia.		Teologia e sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências físico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Arte		Histó.ia e Geografia		Man uscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	23	24	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	1	1	–	–	88	90	–	–	11	16	–	–	125	133
Fevereiro.	15	19	–	–	–	–	–	–	2	3	–	–	2	2	8	8	49	51	–	–	10	14	–	–	86	97
Março.	33	36	–	–	1	4	–	–	4	4	3	7	2	2	7	7	100	100	–	–	10	11	–	–	166	171
Abril	44	45	2	2	–	–	9	9	5	6	–	–	1	1	3	3	181	185	–	–	25	25	–	–	270	276
Maio	30	32	–	–	–	–	7	7	1	1	1	3	1	1	–	–	247	251	–	–	12	12	–	–	299	307
junho	25	25	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	2	2	138	142	–	–	20	20	–	–	187	191
Julho	26	27	5	5	1	4	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2	53	62	–	–	19	21	3	7	109	128
Agosto.	16	22	–	–	1	5	2	–	–	–	–	–	–	–	5	6	50	58	–	–	11	12	1	3	84	106
Setembro.	12	16	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	5	8	41	47	–	–	20	23	3	9	81	104
Outubro.	12	15	4	5	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	5	5	92	93	–	–	17	18	2	6	133	143
Novembro	34	39	–	–	–	–	–	–	–	–	6	9	–	–	2	3	229	233	–	–	48	52	–	–	319	333
Dezembro	34	43	–	–	1	1	–	–	1	1	4	4	–	–	–	–	85	87	1	1	7	8	–	–	133	145
Soma.	304	343	12	13	4	14	16	16	17	19	14	20	8	8	39	44	1353	1399	1	1	210	232	9	25	1987	2134

OBSERVAÇÕES—Em 31 de Dezembro de 1914 existiam na Biblioteca 21:436 volumes. Durante o ano foram adquiridos 97 volumes dos quais 24 por compra e 73 por oferta. Em 1913 foi a Biblioteca freqùentada por 1:506 leitores que requisitaram 1:825 volumes para leitura no estabelecimento.

Biblioteca Municipal do Funchal, aos 15 de Janeiro de 1915.—O Bibliotecário Municipal, *Adolfo César de Noronha.*

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Movimento de leitores e volumes durante o ano de 1914.
Leitura no domicílio

Meses	Bibliografia geral. Enciclopédias. Dicionários gerais. Revistas e jornais. Poligrafia		Teologia e sciência das religiões		Direito		Medicina		Sciências filosóficas		Sciências matemáticas		Sciências físico-químicas		Sciências histórico-naturais		Literatura		Arte		História e geografia		Manuscritos		Total	
	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes	Leitores	Volumes
Janeiro	–	–	1	1	–	–	2	13	1	3	–	–	–	–	–	–	2	3	–	–	2	4	–	–	8	24
Fevereiro	–	–	–	–	1	2	1	1	1	1	–	–	–	–	–	–	2	4	–	–	3	5	–	–	8	13
Março	1	1	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	1	1	4	8	–	–	3	4	–	–	10	15
Abril	4	9	–	–	–	–	–	–	–	–	2	2	–	–	1	1	5	7	–	–	4	4	–	–	16	23
Maio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5	10	–	–	1	1	–	–	6	11
Junho	1	1	–	–	–	–	1	2	–	–	1	1	–	–	1	1	6	13	–	–	2	2	–	–	12	20
Julho	–	–	2	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6	21	–	–	3	3	–	–	11	26
Agosto	–	–	–	–	5	8	2	2	3	4	–	–	1	1	–	–	6	6	–	–	2	3	–	–	19	24
Setembro	5	40	3	3	3	4	4	5	1	1	–	–	–	–	3	3	18	38	–	–	7	7	–	–	44	101
Outubro	1	1	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	16	29	–	–	7	8	–	–	25	29
Novembro	1	5	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	4	9	12	–	–	7	8	–	–	19	29
Dezembro	1	2	–	–	–	–	6	8	–	–	–	–	–	–	–	–	24	26	–	–	1	2	–	–	32	38
Soma	14	59	6	6	9	14	17	32	7	10	3	3	1	1	8	10	103	167	–	–	42	51	–	–	210	353

OBSERVAÇÕES — Em 1912 foram requisitados 291 volumes para leitura no domicílio, sendo 166 o número de leitores.

Biblioteca Municipal do Funchal, aos 15 de Janeiro de 1915. — O Bibliotecário Municipal, *Adolfo César de Noronha.*

BIBLIOTECA MUNICIPAL «CAMÕES», SANTARÊM

É auto do facto inaugural desta Biblioteca a acta da sessão camarária realisada em 13 de junho de 1880:

«Estando reùnida a Câmara em vereação pública composta do presidente Paulino da Cunha e Silva, vice-presidente José Joaquim Tavares Serrano e vereadores José Joaquim Nunes e Joaquim Maria da Costa; foi pelo presidente declarado, que a Câmara reùnia em sessão extraordinária, não só para ter lugar a inauguração da «Biblioteca Municipal» e por ser hoje o dia em que o município de Santarêm comemora o bi-centenário de Camões, mas tambêm para receber nos paços do Concelho a grande comissão encarregada de festejar e comemorar o mesmo, que segundo o seu programa de festejos, deliberou fazer hoje entrega a esta Câmara, duma corôa de bronze, com a legenda: — *A Camões. Santarêm reconhecida;* — para ser colocada no lugar de honra da Biblioteca municipal; logo compareceu a grande comissão e pelo seu presidente o conselheiro Júlio Lourenço Pinto, governador civil dêste distrito, foi feita uma brilhante alocução depois do que, entregou a esta municipalidade uma corôa de bronze oferecida em vereação à memória do imortal «Camões», e apresentou uma mensagem impressa, em que a mesma comissão solicita a esta Câmara que inaugure a Biblioteca Municipal cognominando-a: Biblioteca Camões. A comissão: Júlio Lourenço Pinto, Zeferino Brandão, Bernardino Júlio dos Santos, Alexandre Marques Sampaio, Dr. João Fagundo da Silva, Dr. Joaquim Maria da Silva, P.e João Rodrigues Ribeiro, Dr. António Mendes Pedroso, José Severino Soares, João Baptista Augusto dos Santos, Henrique Pedro Guimarães, João Maria Fragata Júnior e José Tomás Duarte Coelho.»

Depois foi a corôa «levada dos paços do concelho para a biblioteca, sendo

acompanhada de numeroso séquito, de que faziam parte as principais autoridades e pessoas de Santarêm.»

*

* *

Em 1878 a Câmara municipal tinha iniciado a construção dum edifício unicamente destinado à Biblioteca, tendo, para êsse fim, o govêrno contribuido com 2.000$ escudos, e importando a edificação em cêrca de 5:000 escudos. Tem de comprimento 27,30 por 9,20 de largura e 6 de altura. É dividida em três amplas salas, com oito janelas e três portas bem rasgadas, a permitir o ingresso de luz a jorros, sendo à noite iluminado a gaz.

Na sala central seis estantes de mógno polido com 10 prateleiras cada uma, envidraçadas, onde os livros se encontram ordeira e sistematicamente arrumados. Há também seis amplas mesas e competentes cadeiras para uso dos leitores; tem a guarnecer as parêdes quadros grandes com oitavas de Camões e vários mapas antigos do curso do rio Tejo neste distrito e ao fundo o busto de Camões sôbre um bonito pedestal de vinhático, com 1,80 de altura, tendo na base a corôa oferecida.

Na segunda sala, sôbre igual pedestal, o busto do eminente historiador Alexandre Herculano, ali colocado solénemente a 8 de dezembro de 1880, e as paredes guarnecidas de muitos exemplares de desenho industrial, porque em tempos idos ali funcionou uma aula, noturna, para artistas, a qual terminou por falta de freqùência. — Tem estantes onde se guardam livros devidamente catalogados.

Na terceira sala está funcionando actualmente, e provisoriamente, uma aula primária, e logo que esta deixe de funcionar, ali serão colocados os retratos dos beneméritos que teem auxiliado, com a sua generosidade em dádivas de livros, o aumento e engrandecimento desta Biblioteca.

Inaugurada a biblioteca, foi eleita uma comissão composta dos srs. Joaquim Maria da Silva, Pedro de Sousa Canavarro e João Maria Soares, afim de obterem os livros por meio de subscrição pública, e, segundo o sr. Zeferino Brandão, com tanto zêlo se houveram, que obtiveram valiosos donativos em dinheiro e livros.

Restava «inspirar ao povo o gosto da leitura.»

Nêsse intuito em 28 de Junho de 1880 foi requerido à Câmara a cedência da sala da biblioteca, uma noite em cada semana, para se fazerem prelecções públicas.

Em sessão de 1 de Julho o requerimento era assim despachado: «A Câ-

mara louva muito o procedimento dos signatários da presente petição, e reconhecendo as inúmeras vantagens que hão de resultar para os povos dêste concelho da realização de tão avançada quão civilizadora ideia, defere com o mais vivo interesse a pretensão dos suplicantes.»

«Não parámos, pois, — diz o sr. Zeferino Brandão. [*Monumentos e Lendas de Santarem,* p. 445]. Porque parar era não ter fé, era não ter esperança, e também não ter caridade.

. . . .

«Era acender e conservar nos habitantes de Santarêm, fosse qual fosse a idade, sexo, profissão ou jerarquia, o gosto, o costume, e a necessidade da boa leitura. Era ensinar a estremar o trigo do joio, porque infelizmente nem todos sabem ler, nem ver; e faze-lo sem ofender crenças políticas nem religiosas, a capacidade dos sábios nem a incapacidade dos indoutos, espíritos sérios e profundos nem preguiçosos e leves, ideias novas nem ideias velhas — como se diz modernamente. Era finalmente completar a obra da *Biblioteca Municipal Camões.*»

Teve lugar a primeira conferência no dia 18 de Outubro de 1880, sendo orador o sr. Joaquim Maria da Silva que falou acêrca do trabalho encarado sob o ponto de vista de economia política,

Depois, — noutras datas: — António Mendes Pedroso disertou sôbre higiéne, e o Dr. José Peixoto da Silva «dividiu a sua conferência em duas partes, na primeira tratou da religião católica, e na segunda ocupou-se dos homens ilustres de Santarêm.»

O sr. Dr. João Fagundo da Silva, em diversas palestras referiu-se à protecção dos campos marginais do Tejo.

O sr. Bernardino Júlio dos Santos demonstrou o valor da ilustração na classe operária. O sr. António Bernardo de Figueiredo que historiou as artes. Versou a conferência seguinte sôbre a educação da mulher, sendo conferente o sr. João Serras Conceição. O sr. Frederico Augusto Pimentel orou acêrca da arborização, sendo último orador o sr. Zeferino Brandão «para encetar as suas prelecções sôbre matemática elementar, geografia e noções gerais de construções civís.»

Em 1881 a Câmara de Santarêm consignou no seu orçamento uma verba para compra de livros.

Segundo nos comunica o actual bibliotecário sr. Laurentino Veríssimo, a Biblioteca possúe actualmente 5:678 obras diferentes, devidamente catalogadas, onomástica e ideograficamente. Há ali obras dos principais autores portugueses e muitos estranjeiros. A freqùência de leitores em 1914, — até 20 de novembro, — era de 2:192 na maioria estudantes e artistas. Com excepção de quintas feiras e domingos está franqueada ao público a leitura

das onze às quatorze e das desanove às vinte uma horas, havendo ocasiões de se juntarem trinta leitores.

Como raridades bibliográficas guarda-se nesta Biblioteca:

O foral de Santarêm dado em 1369 por D. Fernando, e publicado de páginas 351 a 422 no livro citado do sr. Zeferino Brandão;

O foral de D. Manuel concedido á vila de Santarêm em 1506;

O foral da vila de Alcanede de 1514;

O foral da vila de Pernes de 1514;

Livro de notas do Julgado de Pernes de 1546, etc.

Pela recente nota do «Serviço de encorporações pela Inspecção das Bibliotecas e Arquivos» tivemos conhecimento de que o sr. Dr. Júlio Dantas determinára que a esta Biblioteca fossem entregues quatrocentos e setenta e sete volumes que haviam pertencido à rica Livraria do Seminário Patriarcal de Santarêm.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SETUBAL

Acêrca desta Biblioteca sabiamos apenas que «quando em 1873 se acrescentou o edifício dos paços do concelho foi uma das salas destinadas para biblioteca, a qual já — então, — constava de mil volumes aproximadamente compreendendo algumas obras de muito merecimento, sendo a mais notável delas um exemplar do famoso missal de Estevam Gonçalves Neto». Sabiamos também existirem nessa sala os retratos de Manuel Maria Barbosa du Bocage, Fr. Pedro Lagarto, P.e João Baptista, e João Francisco Garcia Moreira, bem como o interessante e precioso «*Compromisso dos Navegantes e Pescadores da villa de Setubal, unidas na capella do Corpo Santo, da mesma villa. Anno 1737*».

Devido à gentileza do actual bibliotecário sr. Luciano Carvalho, podemos apresentar como esboço histórico dessa Biblioteca a seguinte comunicação:

«A Biblioteca da Câmara Municipal de Setúbal foi instituida em 1871, em harmonia com o decreto de 2 de Agosto de 1870, que autorisou as Câmaras Municipais a criarem bibliotecas populares. Serviram-lhe de núcleo inicial os livros que ainda existiam nos conventos da cidade e quantos lhe puderam ser cedidos pela Biblioteca Nacional de Lisboa e arquivos dos ministérios. Legados, ofertas importantes, entre estas a que lhe fez a Academia das Sciências de Lisboa, e obras adquiridas pela Câmara, que para êsse fim tinha no seu orçamento uma verba (250$ escudos) vieram enriquecendo esta Biblioteca até à noite de 4 de Outubro de 1910 em que uma *determinada* multidão, «a jorra das revoluções», a converteu em cinzas, lançando fogo ao edifício dos Paços do Concelho. Possuia uns 16:000 volumes, entre os quais alguns raros, e valiosas colecções, que só no espaço de quarenta anos se consegue reùnir. A bibliografia setubalense, que é vastissíma, constituia uma das suas secções interessantes, figurando aí uma excelente Bocagiana, com

algumas centenas de autógrafos. Tudo isso desapareceu em algumas horas de vandalismo!

«Tratou imediatamente a Câmara Municipal de reorganisar a sua Biblioteca e tão esforçadamente se empenhou nessa tarefa que em pouco tempo conseguiu reùnir cêrca de 12:000 volumes, muitos adquiridos por compra, outros provenientes do Colégio dos Jesuitas, que funcionava no Convento de S. Francisco desta cidade, e dos arquivos dos ministérios, reabrindo ao público em 6 de outubro último [1914].»

Em Julho de 1912 o *Diário de Notícias* inseria a seguinte nota:

«O sr. dr. Júlio Dantas, inspector das bibliotecas eruditas e arquivos, pronunciou-se favoravelmente acêrca do pedido feito pela comissão administrativa do município de Setúbal, no sentido da cedência, a êste município, da parte dos duplicados de obras de valor contidas na denominada «Casa da Física», anexo da Biblioteca da Ajuda».

BIBLIOTECA PUBLICA DE BRAGA

Depois de Silvestre Ribeiro ter apresentado, em síntese, a legislação que historeia oficialmente a biblioteca publica de Braga, a crónica dêsse estabelecimento só é completável com a documentação particular. Tentemos pois esboçar essa história bem curiosa e triste para os verdadeiros bibliófilos.

Pinheiro Chagas diz-nos que Almeida Garrett «procurou fundar uma biblioteca em Braga com os expolios dos conventos extintos.» [*Dicc. pop.* I, p. 26]. De facto, assim foi. A carta escrita por Manuel Rodrigues da Silva Abreu, — seu companheiro de Coimbra e de exílio, — a Garrett em Setembro de 1839, na qual se manifesta o desejo de exercer a ocupação «única para mim, *a qual* seria de bibliothecario na capital d'este districto, embora com pequeno ordenado; se este podesse realisar-se, como de certo não pode; e se além d'isso (fallemos claro como cumpre, a todos, e a v. ex.ª com especialidade), em tal emprêgo se prescindisse sem injustiça de algum conhecimento do grego e do alemão, línguas que eu ignoro perfeitissimamente». [Amorim, *Garrett.* II, p. 523].

«Em 12 de Junho [1840] instava o poeta com o ministro do Reino para que Rodrigues fosse despachado bibliotecário de Braga, e escrevia por sua mão a portaria» [Garrett, cit. II, p. 576] a qual foi referendada a 16 de Junho.

Em 1841 publicou o *Diário do Govêrno* [n.º 168, 19 Julho] o documento relativo à fundação da biblioteca:

«Dona Maria...... Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que as Côrtes Geraes Decretaram, e Nós Sanccionamos a Lei seguinte:

«Artigo 1.º — Fica autorisada a Câmara Municipal da cidade de Braga, para prover pelos rendimentos municipais às despesas do material e pessoal, que forem indispensáveis para o immediato estabelecimento e conservação da Biblioteca Publica, pertencente ao Liceu Nacional.

«Art. 2.º — O extinto Convento dos Congregados do Oratorio, que existe na dita Cidade, é destinado para a collocação da mesma Biblioteca e Liceu.

«Art. 4.º — Fica revogada toda a legislação em contrário.

«Mandâmos portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contem .... Dada no Paço de Cintra, aos treze de Julho de mil oitocentos e quarenta e um. *Rainha — Joaquim António de Aguiar.*» [*Diário do Govêrno*, 1841, II, p. 777].

No ano seguinte Silva Abreu escrevia a Garrett: «Há perto de dois anos, desde que V. Ex.ª e o nosso bonissimo Alheira me obtiveram a melhor, mais decente e por mim mais suspirada fatia de pão, vivo por assim dizer sequestrado do social trato — não leio nem quero ouvir ler papeis — e os dias, todos a fio, sem mesmo excluir os de guarda, passo-os desde manhã até à noite no meio de montes de livros, que vou pouco a pouco extremando e pondo em ordem, visitado apenas, e raramente, no meu esconderijo de paz e innocência, por algum amigo, a quem, de longe a longe, e por não parecer mal pergunto o que vai por esse embaralhado mundo.» [*Garrett*, II, p. 685].

Garrett não esquecia o amigo, e, na sessão parlamentar de 14 de Junho de 43, exclamava: «êsse homem é o mais competente que conheço em Portugal para bibliotecário, mas a Câmara de Braga prefere um chafariz à Biblioteca e por isso não concorre para a manutenção dêsse cidadão distinto.» [cf. *Garrett,* III, p. 54].

Em dezembro de 1844 aparecia a carta de lei que Silvestre Ribeiro transcreveu nos *Apontamentos historicos sobre bibliotecas portuguesas* definindo-se assim a situação de Silva Abreu.

Imerso na sua biblioteca, — anciada e querida, — feliz por se ver no meio dos livros, arrumando, classificando, trabalhando sempre, *gastando* em parte *o seu exiguo ordenado* de 300$000 mil réis *em reparações no edifício* quando a Câmara de Braga se esquivava a fazer as despezas, Rodrigues de Abreu passou ali os vinte e tantos anos da sua verde e robusta velhice, sereno, afável, simpático a todos, e feliz na realização das suas modestas ambições. A sua velhice foi, como diz o poeta francês da velhice dos homens de sã consciencia, *le soir d'un beau jour*, como o escreveu Pinheiro Chagas. [*Dic. pop.* I, p. 25].

Na correspondência do bibliotecário ao seu protector encontram-se duas interessantes cartas, de 9 e 26 de Janeiro de 1852, «queixando-se de que não podia comer nem dormir, em virtude de intrigas locais, que tinham conseguido arrancar ao ministro do reino uma portaria inexequivel acêrca dos livros da biblioteca.

«Assim o pobre Silva Abreu era intimado a mandar estatística de leitores, sem lhe terem dado sala de leitura; e relação de todos os milhares de livros empilhados em depositos que comprehendiam trinta cubiculos cheios, sem haver quem os relacionasse e estantes onde os pôr, para êles os classificar! Deixaram-no longos annos mettido n'um espaço de quatorze palmos de comprido sobre onze de largo, voltado ao norte, gelado, sem ver nunca raio de sol, e destinando-se-lhe para arrumar os livros um casarão velho de paredes rachadas de alto a baixo, pelas quaes entravam as unicas visitas que não o hostilizavam, a bicharia dos monturos circumvizinhos!

«Em tôrno dos depositos de livros fizeram as cloacas do liceu (!) e ao pé d'ellas amontoram tojo para que algum fogo, casual ou não, desse cabo das preciosidades bibliográphicas acumuladas na biblioteca.» [cf. *Garrett*, II, p. 326].

«O velho bibliothecario de Braga instava pela sua demissão, farto de affrontas e desprezos, dizendo a Garrett que lhe agradecia o pão que só a elle devia desde muitos annos, mas que antes queria morrer de fome do que viver naquele aviltamento a que o condemnavam vinganças miseraveis.» [cf. *Garrett*, III, p. 327].

Noutra carta diz: «como queriam expulsar os livros e o bibliothecario de uns para outros lados do casarão, porque ali pretendia ir, e effectivamente foi morar de graça o parente de um político influente. Contava os transes porque passára a livraria afirmando que o único remédio para elle Rodrigues seria a exoneração!» e acrescentava: «Há nove annos que soffro injurias, vinganças e odios por causa da bibliotheca, e por desgraça, nem assim posso valer-lhe contra a ruina, e contra enxovalhos já feitos, e outros que se premeditam. Se me fosse dado *mentir*, se eu não necessitasse de *dizer a verdade*, como necessito *respirar* (pois que de certo a digo sem virtude nenhuma) podia continuar a receber esta fatia de pão que devo à generosidade de V. Ex.ª; mas o Rodrigues, tal como Deus o fez, não se alimenta com pão roubado. O Rodrigues não quer d'esse pão; prefere, em tal caso, voltar à pobresa, e acabar no hospital.»

Honrado cidadão. Nasceu pobre e bibliófilo, e a sua ambição conquistada foi amesquinhada, corroída, malquista pela inveja dos incompetentes. O seu nome é recordado ainda hoje, mas justa homenagem não foi feita à sua memória, talvez porque a sua obra foi de dedicação desinteressada, sem política, de intriseca e gigantesca bibliofilia, antagónica com o espirito indiferentista dos tempos modernos.

Êsse homem honradissimo, que dera espontâneamente muito do seu pão diário para a sua obra querida, viu-se forçado a solicitar a sua separação dessa mesma amada obra.

Que dolorosa recompensa!

Na modestia do seu viver, nunca ambicionou as glórias dos triunfos, mas prestava generosamente os tesouros do seu saber, da sua experiência, do seu talento a todos os que procuravam trilhar a carreira literária, e que também depois no decurso da vida, guardavam sempre do ilustre bibliotecário de Braga, amigo e mestre de jovens patrícios, a mais grata recordação, como diz Pinheiro Chagas, [*Dic. pop.*, p. 24].

Depois da sua morte, em 6 de dezembro 1869, veio o periodo de demolição. Joaquim Alves Mateus, bacharel formado em teologia, par do reino, cónego-tesoureiro-mór do cabido da Sé Arquiepiscopal de Braga foi nomeado para conservador da biblioteca donde extraiu muitas obras, como adeante veremos.

Em 1901 um decreto reformava a organização da Biblioteca de Braga, estabelecendo no:

«Art. 62.º — A Biblioteca pública de Braga continua a cargo da Câmara Municipal do respectivo concelho, nos termos da carta de lei de 2 de dezembro de 1844. O seu pessoal compõe-se de: Conservador, Amanuense e Contínuo.

«§ único. — Estes empregados são retribuidos pela mesma Câmara, em conformidade com a tabela 1, anexa a êste decreto».

O conservador auferia 400$ escudos, o amanuense 240$ escudos, e para despesa variável tinha a biblioteca 300$ escudos. «Na remodelação feita pela Carta de lei de 27 de Junho de 1903 a biblioteca ficou com as verbas de 200$ escudos para catalogação e 300$ escudos para compra de livros, manutenção, etc.» [*Bol., Arch.* e *Bibl.*, VIII, p. 181].

Tendo falecido em 1903 Alves Mateus, por decreto de 19 de Setembro era nomeado José Júlio Martins Sequeira, bacharel formado em filosofia e matemática, para o substituir.

Não encontramos concernentes à sua administração outro depoimento além da seguinte carta publicada na *Vanguarda:*

«A biblioteca de Braga encontra-se num estado anormal, há bastantes anos, desde que deixou de existir o bibliotecário que deu começo à sua organização, o já falecido dr. Manuel Rodrigues da Silva Abreu, literato distinto e companheiro dilecto de Almeida Garrett na emigração.

«Pela carta de lei de 2 de dezembro de 1844 fôra ordenado se procedesse à organização da biblioteca de Braga, concedendo à mesma os rendimentos da cerca, que seriam destinados para livros.

«Pois saiba, sr. director da «*Vanguarda*», como a situação progressista procedeu em 1888. Permitiu à Câmara de Braga, administradora dos rendi-

mentos da cêrca, que os entregasse à Direcção das Obras Públicas, para que na mesma se construisse a Escola Industrial. Foi começada há vinte anos essa construção, de que existem sómente paredes e madeiras deterioradas, onde se gastaram mais de trinta contos de réis. Coisas da nossa terra...

«Actualmente a Biblioteca de Braga não se encontra em estado de ser freqùentada, pois que não faz aquisição e compra de livros, porque a verba do rendimento da cêrca é cobrada pela Direcção das Obras Públicas, que lhe dá o destino que muito bem deseja. A Biblioteca de Braga não possúe inventário de livros e torna-se urgente que o sr. ministro do reino proceda a uma sindicância rigorosa, para se apreciarem responsabilidades, e saber-se quem é a causa daquele estado.

«Encontram-se por catalogar uns vinte e tantos volumes que estão prestes a perderem-se pela traça, sendo alguns de mérito literário. Os manuscritos preciosos também se encontram por catalogar. Para acrescentar a tudo isto, o actual bibliotecário, que já há muito tempo ali não aparece, foi ultimamente nomeado juiz auditor substituto para se eximir de comparecer na biblioteca. O segundo empregado e o contínuo fazem o mesmo.

«Os queixumes são gerais, mas a imprensa local, por compadrio, cala-se.

«Enquanto à cêrca deve voltar à posse da Câmara Municipal, visto que a posse da Direcção das Obras Públicas é ilegal. Actualmente está arrendada ao coio jesuitico, que ali faz as suas prédicas; aos domingos serve para as magnas reùniões dos reacionários na Escola Industrial em construção.

«O meu intuito, remetendo êstes informes, para lhe dar publicidade, é prestar valioso serviço ao público. E, como o seu jornal é um paladino na defesa dos interesses públicos, é êsse o motivo. Creia-me, sr. redator, de v. etc. Braga, 18 de agosto de 1908. — *José Carlos da Mota Júnior*.

Tinhamos iniciado então a colecção de noticias sôbre as bibliotecas portuguesas sob o ponto de vista histórico, e escrevemos ao signatário da carta solicitando informes, obtendo como resposta que: «pouco mais tinha a dizer do estado da biblioteca de Braga, apenas que continua tudo na mesma,» — em novembro do mesmo ano. — «Não se tomam providências que o caso requer, nem admira, visto ser costume da terra. O falecido cónego Alves Mateus quando Bibliotecário levou para Santa Comba-Dão, donde era natural, bastantes obras. Algumas foram restituidas, outras não. Tudo se pode verificar à face da relação das obras compradas com autorisação do Ministério do Reino. Dizem-me que da Biblioteca teem desaparecido muitas obras com empréstimos feitos pelo empregado Rouffe, que deve ser chamado á responsabilidade».

Se os actos de Martins Sequeira e Rouffe forão sindicados não sabemos,

apenas averiguamos que por decreto de 14 de novembro de 1910 foram demitidos do lugar de conservador José Júlio Martins Sequeira, e de amanuense Henrique Augusto Rouffe, substituindo-os respectivamente Joaquim José de Oliveira e António Menici Malheiro.

Em 17 Janeiro de 1913 foi apresentado à Camara dos Deputados um projecto de lei, pela qual as biblioteca da Mitra e do Seminário e os arquivos da Sé, da Mitra e do Cabido eram cedidos à respectiva Câmara Municipal, com a obrigação de os incorporar desde logo na biblioteca, e no prazo de três anos publicar os documentos anteriores ao século XVI.

Esse projecto suscitou a campanha jornalística que transcrevemos neste trabalho quando tratámos dos «Arquivos de Braga.»

Em 20 de fevereiro de 1913 lemos no *Diario de Noticias:*

«São concorrentes ao lugar de amanuense da biblioteca pública de Braga, para o qual foi aberto concurso por tempo de 30 dias, em 17 de janeiro último, os seguintes indivíduos, que para isso requereram ao Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos: Dr. Francisco Lopes Teixeira, Augusto António Rebelo, Joaquim Nunes da Conceição Madeira, José do Patrocínio Ribeiro, João Henriques da Silva de Sousa Manaças, José Joaquim de Almeida, Artur Alberto dos Santos, Jorge Alberto Correia Serrano, Afonso Augusto Falcão de Bourbon e Menezes, Virgílio Freitas Santos.

«As provas devem realizar-se brevemente, sendo o júri do concurso presidido pelo director da Biblioteca Nacional de Lisboa e dêle fará parte o dr. Feijó de Azevedo, bibliotecário de Braga.»

BIBLIOTECA PUBLICA DE BRAGANÇA

No *Diário de Notícias,* de 1 de Janeiro de 1914, lê-se a seguinte notícia:

«A Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos propôs ao govêrno a criação e instalação duma biblioteca pública no antigo paço episcopal de Bragança, destinando-se para seu fundo inicial as livrarias na mitra brigantina, do seminário diocesano e o da antiga junta geral do distrito.

«A nova Biblioteca pública de Bragança, que será enriquecida ainda com as colecções de livros de que puder dispôr a Inspecção, deverá ficar sujeita ao ministério da instrução e em iguais condições das bibliotecas públicas de Braga, Vila Real, Castelo Branco, Ponta Delgada e outras.

BIBLIOTECA PUBLICA DE CABO VERDE

«Data o início desta Biblioteca de 1871, sob os auspícios do então Governador Geral, sr. Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, que cedeu um compartimento no rez-do-chão no Palácio do Govêrno, para ali se instalar provisóriamente a dita biblioteca. Tinha então uma comissão directora, que angariou alguns livros, assim como donativos diversos. Continuou assim por algum tempo até que em 1887 foi incorporada na extinta Escola Principal da Província, com séde na cidade da Praia, em 1892, ficando assim a biblioteca com edifício próprio e o pessoal seguinte: um conservador, que é o oficial maior da Secretaria Geral do Govêrno e um auxiliar.

«Foi votada uma verba anual no orçamento da província para iluminação e compra de livros, verba que depois foi aumentada e hoje é de 250$ escudos anuais. Esta verba é ainda deminuta para poder adquirir-se bons livros.

«O edifício da biblioteca podia ser melhor mas ainda assim satisfaz a êste meio. Tem sala de leitura relativamente vasta, e em outra sala se guardam os livros em armários, quando estão catalogados. Conta hoje uns 4:200 volumes diversos, na maioria encadernados.

«Abre ao público das 7 às 9 horas da noite, porque em geral todos os habitantes da cidade estão de dia entregues aos seus místeres e empregos.

«O número de leitores é reduzido, mas faculta-se o empréstimo de livros com garantia, regulando em média por 600 a 700 por ano. Recebe, por assinatura, vários jornais diários, ilustrações nacionais e estrangeiras e publicações sciêntíficas.»

São êstes os apontamentos com que nos honrou o digno Conservador da Biblioteca Pública de Cabo Verde, sr. António Santiago Souto Maior, a quem enviamos os nossos agradecimentos.

BIBLIOTEBA PUBLICA EM LAMEGO

No *Diário de Noticias* n.º 17:666, [15 janeiro de 1915] encontra-se a seguinte nota:

«A Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos vai propôr superiormente a criação duma biblioteca pública em Lamego, cujo fundo será constituido pela antiga e preciosa livraria da mitra lamecense, que aquela Inspecção enriquecerá com as colecções de livros de que puder dispôr.»

BIBLIOTECA DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Nunca qualquer investigação a que procedessemos acêrca desta Biblioteca, seria tão elucidativa como a notícia redigida pelo paciente conservador da mesma, sr. Carlos Rodrigues Simões; porque a maioria dos informes forão colhidos nas actas do Conselho superitendente do Instituto, ou seja, numa fonte privativa. Êsse trabalho ficámos devendo ao professor-bibliotecário sr. António Correia da Silva Rosa, que incumbiu ao já citado conservador a sua brilhante cooperação nesta obra, motivo porque registamos o nosso agradecimento a ambos:

«Quando recebemos a circular pedindo uma notícia histórica acêrca desta Biblioteca, para ser publicada no «Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa», vimos logo que a tarefa não seria fácil devido a não existir nela nenhum documento que dissesse respeito à sua história.

«Esperávamos todavia levar a bom cabo a nossa investigação, apelando para as belas faculdades de memória do Exmo Sr. Professor José Veríssimo de Almeida, Director do Instituto, que conhecia todo o passado dêste estabelecimento, porque, vindo para êle logo após a sua creação, como aluno, durante mais de meio século foi nêle professor, e, foi-o de uma forma tão distinta e brilhante que, tendo integrado a sua vida de sábio e trabalhador infatigável na vida do Instituto, concorreu bem altamente para os seus gloriosos fastos. Esperançados estávamos, pois, na elucidação que certamente nos dispensaria o Sr. Veríssimo de Almeida, quando nos veio surpreender o seu falecimento, deixando-nos então bem embaraçados para contribuir para o «Boletim Bibliográfico», com a notícia solicitada.

«Não dispondo nem de tempo, nem da lanterna de Diogenes, para procurarmos *um homem*... que esclarecesse o mistério da origem e antepassa-

dos da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, resolvemos lançarmonos sósinhos na *caliginosa senda da investigação*, procurando uma frincha por onde se escoasse um tenue raio de luz por mais tremulante que podesse ser.

«Se a nossa canceira não foi coroada dum resultado que nos deixasse satisfeitos, não foi também *em absoluto* infrutífera de todo.

«O que podemos apurar aqui fica registado em esparsas e mal serzidas notas, já porque não pretendemos fazer literatura erudita, já porque o *terreno* é sumamente árido para nêle plantarmos flores de retórica.

«O ensino agricola em Portugal foi instituido, no período da ditadura da *regeneração*, por decreto de 16 de Dezembro de 1852, dos ministros — Duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães, António Maria de Fontes Pereira de Melo e Antonio Aluizio Jervis de Atouguia.

«Creado o »Instituto Agrícola» e «Escola Regional de Lisboa», sai no *Diário do Govêrno,* datado de 15 de Julho de 1853, o seu primeiro regulamento.

«Em sessão de conselho escolar de 3 de Março de 1853, o professor Dr. Josè Vicente Barbosa du Bocage apresentou e foi aprovada a parte, do mencionado regulamento que diz respeito à Biblioteca.

«Transcrevemo-lo por ser a primeira referência que encontrámos acêrca da Biblioteca, e por mais de um título, o acharmos um documento bastante curioso.

Da Biblioteca e do Bibliotecário

«Art. 132.° — Haverá no Instituto agricola uma biblioteca, composta de obras publicadas nos diversos ramos das sciências agrícolas, de publicações periódicas, e de todos os livros elementares que o conselho houver adoptado para compêndios.

«Art. 133.° — A biblioteca estará aberta todos os dias; nos não santificados das dez horas até às quatro da tarde, e nos santificados das doze às três da tarde.

«Art. 134.° — Os alunos do Instituto agrícola teem entrada na biblioteca, e bem assim as mais pessoas decentes, que a quizerem freqùentar.

«Art. 135.° — Servirá de bibliotecário um dos lentes substitutos do Instituto agrícola, nomeado pelo govêrno, sob proposta do conselho da escola.

Art. 136.° — Ao bibliotecário incumbe:

1.° A compra, conservação e classificação dos livros e mais objectos da biblioteca, que estarão todos debaixo da sua imediata responsabilidade.

«2.° A fiscalização do serviço e polícia da biblioteca.

«3.º Apresentar, antes de 1.º de Dezembro, ao conselho, o orçamento da da despeza que haja de fazer-se no ano seguinte com a compra e encadernações de livros, assinaturas dos jornais, tendo-se préviamente entendido para êsse efeito com os professores das diversas cadeiras.

«4.º Dar às somas que o govêrno destinar para a biblioteca o destino que pelo conselho da escola houver sido determinado.

«5.º Fazer todos os anos o inventário da biblioteca, consignando as perdas de livros e avarias que encontrar, e acompanhando-o das devidas explicações.

«Ar. 137.º — Os livros serão distribuidos às pessoas que os requisitarem, sendo a requisição feita por escrito, devidamente assinada.

«Art. 138.º — As pessoas que freqùentarem a biblioteca serão atendidas na ordem por que se apresentarem; sendo porêm alunos do Instituto precederão aos estranhos.

«Art. 139.º — Nenhum livro poderá sair da biblioteca, excepto para serviço de qualquer dos lentes do Instituto.

«Art. 140.º — Nenhum lente poderá ter em sua casa mais de oito volumes por uma vez, nem demorar em seu poder uma obra mais de quinze dias.

«§ 1.º — Exceptuam-se das disposições do artigo precedente os livros e atlas que os professores precisarem ter nos seus gabinetes para seu estudo particular, precedendo autorização do conselho.

»§ 2.º — O conselho da Escola poderá igualmente autorizar qualquer dos professores a demorar em sua casa alguns dos livros da biblioteca que não sejam habitualmente consultados pelos alunos, por um praso maior que o marcado no artigo antecedente.

«Art. 141.º — Na biblioteca da escola manter-se há a ordem e o mais completo silencio.

«Art. 142.º — As pessoas que perturbarem a ordem serão advertidas e no caso de reincidirem serão mandadas sair imediatamente deste estabelecimento.

*

* *

«O Instituto esteve primitivamente instalado num pequeno edifício situado na Quinta da Bemposta, (Quinta hoje pertencente à Escola de Guerra) em quanto o govêrno não realizou a acquisição e adaptou para o fim destinado o Palácio da Cruz do Taboado, antiga residencia da Infanta D. Ana de Je-

sus, filha de D. João VI. Logo que se concluiram as obras, foram mudadas para a Cruz do Taboado as aulas e a secretaria.

«Da instalação da Biblioteca no edifício adaptado, e dos livros que lhe serviram de fundo, encontrámos uma elucidativa descrição no «Relatório sôbre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços rurais instituidos no Instituto agrícola e escola regional de Lisboa durante o ano escolar de 1853-1854 pelo Conselheiro José Maria Grande, Director do mesmo Instituto». É do teor seguintes a referência: «Colocou-se a biblioteca em uma outra sala assás apropriada para o estudo.

«A mobilia desta sala é cómoda e de bom gosto. Não há por hora na biblioteca um grande número de obras; mas as que ali existem são muito escolhidas e próprias para o ensino, tanto das sciências agronómicas, como daquelas que lhes são subsidiárias.

«Á colecção mandada vir de Londres e de Paris, que compreende um certo número de obras agrícolas de distinto merecimento, vieram juntar-se uma colecção completa das obras publicadas pela nossa Academia Real das Sciências, e outras de igual natureza da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, da Sociedade das Sciências Médicas e da Sociedade Farmacêutica Lusitana.

«Fazendo nêste lugar menção destas ofertas, permita-se-me que consigne tambêm aqui os agradecimentos do corpo catedrático áquelas ilustres associações. A biblioteca tem alêm disto recebido e continua a receber algumas publicações periódicas agrícolas, tanto francesas como inglesas».

«Como fica transcrito, bem auspiciosos foram os começos da biblioteca; pena foi que de futuro nem sempre lhes dedicassem as atenções dos primeiros tempos.

«Por decreto de 5 de Dezembro de 1855, é encorporado no Instituto Agrícola, o ensino veterinário.

«A Escola Veterinária Militar, que tinha sido creada por alvará de 29 de Março de 1830, no govêrno de D. Miguel, e instalada na Luz, foi por decreto de 8 de Agosto de 1833, levantada do estado decadente em que se encontrava, e passada para a Calçada do Salitre.

«A carta de lei de 28 de Abril de 1848, que lhe dá uma nova organização, cria-lhe uma Biblioteca, como estabelecimento anexo à Escola.

«Numa disposição da carta de lei diz que a Biblioteca será composta das melhores obras sôbre veterinária, e dá-lhe, como bibliotecário o lente da 1.ª Cadeira.

«Ora, com a fusão, certamente que as bibliotecas se tornaram numa única, e comum às duas Escolas.

«No artigo 21.º do citado decreto de 5 de Dezembro de 1855, fica exarado: «Toda a mobilia e materiais da extinta Escola serão transferidos para

o Instituto agrícola e convenientemente aplicados aos usos do novo estabelecimento». É sobremaneira lógico, devido à disposição dêste artigo, que os livros, vindos da Escola de Veterinária, dessem ingresso na Biblioteca do Instituto. Apezar da bôa vontade que encontrámos nos empregados da secretaria da Escola de Medicina Veterinária, que nos patentearam o arquivo, por mais que procurássemos não encontrámos nem inventários nem outros quaisquer documentos que dissessem respeito à entrada de livros da biblioteca da escola extinta, na biblioteca do Instituto Agrícola.

«E seja dito desde já, tambem, que pouco mais pudemos apurar acêrca dos livros entrados na biblioteca; mesmo os que vieram por compra até antes dos fins de 1911, para os inumerar necessário nos seria rebuscarmos todas as facturas dos livreiros fornecedores, e isto, que nos traria um trabalho fastidioso, em nada interessaria esta notícia.

«Percorrendo as actas do conselho escolar, achámos, na sessão de 25 de Abril de 1866, que o Sr. professor Álvares Pereira tinha apresentado uma carta de uma Sociedade dos Estados Unidos, oferecendo alguns livros ao Instituto. Encontrámos sómente mais, digno de especial menção, em Dezembro de 1864, um agradecimento ao sábio botânico, Dr. Frederico Welwitsch, pela oferta do livro que a biblioteca conserva: «Illustrations des chênes de l'Europe et d'Orient avec quelques données sur la probabilité de les cultiver dans l'Europe Centrale — Rassemblés, decrits et en partie découverts par le Docteur Théodore Kotschy — Ouvrage contenant 40 tableaux, impression à l'huile, accompagné du texte en français, allemand et latin. Vienne et Olmüs, 1862 — Edouard Hölzel — Libraire Éditeur». 1 volume enc. Texto inum. 450 X 280.

«Não vamos descrever aqui o que foram e a importância que tiveram para o Instituto, os decretos de 29 de Dezembro de 1864, 8 de Abril e 2 de Dezembro de 1869, 2 de Dezembro de 1886, 8 de Outubro de 1891, 6 de Outubro de 1896 e 4 de Novembro de 1897, porque isso está circunstanciado e superiormente escrito no livro: *L'enseignement superieur de la agriculture en Portugal* dos srs. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro. Em todas essas reformas, como se vê nos regulamentos delas conseqüentes, a biblioteca é sempre mantida. Nos capítulos que dizem da biblioteca, se por vezes alteram certas disposições regulamentares, êsses regulamentos são todavia sempre iguaes na essência.

«Antes de passarmos a tratar do estado actual da biblioteca, creada pelos decretos de 12 de Abril, 19 de Agosto e 24 de Outubro de 1911, que desligaram o ensino veterinário do agronomico, vamos dar uma nota extraída dos livros das actas dos conselhos escolares, acêrca dos professores bibliotecários que a tiveram a seu cargo desde o seu início até ao presente.

16

Ordem cronológica dos Professores Bibliotecários

«1.º — *Dr. Tomás de Carvalho* — Proposto pelo Conselho Escolar em sessão de 14 de Junho de 1854.

«2.º — *Dr. Lucas José de Sá e Vasconcelos* — Nomeado em sessão de Concelho de 16 de Outubro de 1856.

«3.º — *Dr. Joaquim Eleutério Gaspar Gomes* — Não encontramos nenhuma acta em que conste a sua nomeação, mas vimos que na sessão de 1 de Julho de 1857, êste sr. professor, deu conta dos trabalhos de catalogação na biblioteca.

«4.º — *Professor Álvares Pereira* — Em sessão do Conselho de 23 de Fevereiro de 1863, o sr. Dr. Gomes pede a sua exoneração, que lhe é concedida depois de se lançar da acta, um voto de louvor, pelos serviços prestados. Na mesma sessão é nomeado o sr. professor Alvares Pereira.

«5.º — *Dr. António Correia da Silva Rosa* — Nomeado em sessão de 14 de Novembro de 1887, por proposta do Sr. Professor Veríssimo de Almeida. Nesta mesma sessão o sr. Dr. Silva Rosa propõe que a biblioteca seja mudada para outro local onde haja mais socego e espaço [1].

«6.º — *Professor João Ferreira da Silva* — Não encontramos nenhuma acta que trate da nomeação dêste professor, mas na sessão de 8 de Maio de 1897, o sr. Ferreira da Silva declara não poder fazer o inventário e catálogo por falta de pessoal.

«Em sessão de 8 de Novembro de 1897 êste senhor pede a exoneração de bibliotecário, que o conselho aceitou depois de lhe agradecer os serviços prestados.

«7.º — *Professor Henrique de Mendia* — Nenhuma acta menciona a nomeação dêste senhor professor, mas cremos que devia ter sido após a exoneração do sr. Ferreira da Silva.

«8.º — *Professor João Ferreira da Silva* — Em sessão do conselho Escolar de 5 de Janeiro de 1898, foi nomeado novamente êste sr. professor no impedimento do sr. Mendia. Pouco depois esta nomeação tornou-se efectiva, conservando-se o sr. Ferreira da Silva até à data da separação das duas Escolas, passando então para a Biblioteca da Escola de Medicina Veterinária.

«9.º — *Dr. António Correia da Silva Rosa* — Em reunião do Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia, de 30 de Outubro de 1911, é

---

[1] Efectivamente esta proposta teve andamento, e a biblioteca foi mudada da sala onde actualmente é o «Gabinete de Nosologia» para um edifício isolado, (antiga aula de desenho) onde ainda hoje se conserva.

nomeado o sr. Dr. Silva Rocha, actual professor bibliotecário, que em 1887, como já nos referimos, exercera as mesmas funções na biblioteca então comum aos dois cursos do extinto Instituto de Agronomia e Veterinária.

*
* *

«E já que apresentamos uma lista dos professores-bibliotecários, apresentamos também a dos conservadores.

«O lugar de conservador é creado no Regulamento do decreto de 29 de Dezembro de 1864, e a êle se referem por esta forma os artigos 75.º e 76.º

«Art. 75.º — O serviço interno da biblioteca é desempenhado por um empregado com o nome de conservador da biblioteca, que será nomeado pelo director sob proposta do bibliotecário.

«Art. 76.º — Um regimento especial regulará o serviço interno da biblioteca, bem como as funções do conservador da mesma.

Conservadores

«I — *Higino Gonçalves Pontes* — Nomeado conservador por despacho de 26 de Setembro de 1876. Antes do despacho mencionado, já exercia estas funções, porque na sessão do Conselho Escolar de 11 de Dezembro de 1874, a êle vimos uma referência.

«Em sessão de 19 de Julho de 1898, o sr. Presidente notícia o falecimento do conservador Pontes, propondo um voto de sentimento, que foi aprovado.

«II. — *José Maria Teixeira de Carvalho* — Nomeado por despacho ministerial de 25 de Julho de 1898. No «Livro de posses do Instituto de Agronomia e Veterinária», vem exarado que tomou posse aos trinta dias do mês de Julho de 1898. Por decreto de 30 de Setembro de 1911 é colocado na Biblioteca da Escola de Medicina Veterinária.

«III. — *Carlos Rodrigues Simões* — Actual conservador. É nomeado para a Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, por decreto de 22 de Agosto de 1911. Tomou posse aos treze dias de Setembro de 1911. (*Livro de posses do Instituto Superior de Agronomia*, pág. 3).

«Temos ainda para juntar à lista do pessoal auxiliar da biblioteca mais uma nota. Sabendo nós que Ex.mo Sr. António Romão dos Passos, ilustre colaborador de jornais agrícolas, distinto e devotado bibliófilo e colecionador da *Bibliographia Agronomica Portugueza,* tinha estado em época indeterminada

a catalogar os livros da biblioteca, dirigimo-nos a êste senhor, que amavelmente nos indicou que a sua estada na biblioteca, tinha sido pelos fins de 1895. Efectivamente procurando na correspondencia do Instituto de Agronomia e Veterinária, dêsse ano, encontramos a sua nomeação: «Ordem de serviço n.º 108 — Determina S. Ex.ª o Ministro, que o empregado António Romão dos Passos; actualmente comissionado na Secretaria desse Instituto, passe a servir na biblioteca do mesmo Instituto, encarregando-se especialmente, sob ordens de S. Ex.ª o Director, da catalogação de livros e de jornais scientificos ali existentes — Direcção dos Serviços Agrícolas, em 26 de Outubro de 1895. (a) *Elvino de Brito.*»

«O Exmo Sr. Romão dos Passos, não só catalogou, mandou alargar os armários e arrumou parte da biblioteca, como ainda lhe ofereceu algumas obras. Foi todavia, curta a sua estada na biblioteca, porque pouco depois passava a prestar serviço como Inspector na Companhia do Crédito Predial.

«Ainda antes de entrarmos no fecho desta notícia ou seja tratarmos do estado actual da biblioteca, diremos que os Ex.^{mos} Srs. Cincinato da Costa e D. Luís de Castro, no seu livro *L'enseignement superieur de l'agriculture en Portugal*, publicado em 1900, computam em cinco mil o número das obras de agronomia e veterinária existentes na biblioteca do então Instituto de Agronomia e Veterinária.

«Não tendo nós encontrado, por maiores pesquizas que fizéssemos, mais nenhuma nota que possa interessar esta notícia passaremos a tratar da biblioteca, presentemente.

«Como já acima mencionamos, os decretos de 12 de Abril, e 19 Agosto de 1911, reformando o ensino agronómico criaram o Instituto Superior de Agronomia e a Escola de Medicina Veterinária. A biblioteca que, até então fôra comum aos dois cursos, sofreu por conseqûência o mesmo efeito da reforma, dividindo-se em dois estabelecimentos anexos a cada uma das escolas. Após a constituição das duas escolas, foi em Conselho Escolar, nomeada uma comissão encarregada de fazer a separação das obras existentes na biblioteca, como consta dum auto arquivado nesta biblioteca, (Instituto Superior de Agronomia) do qual damos um resumido extracto: aos 3 dias do mês de Abril de 1912, a comissão composta pelos Ex.^{mos} Srs. Professores, Dr. António Correia da Silva Rosa, João Ferreira da Silva e Manuel Diogo da Silva, secretariados pelos conservadores das duas bibliotecas, José Maria Franco Teixeira de Carvalho e Carlos Rodrigues Simões, procedeu à separação dos livros, ficando pertencendo à biblioteca do Instituto Superior de Agronomia todas as obras de agronomia e sciências relativas, e à biblioteca da Escola de Medicina Veterinária, todas as obras de medicina veterinária e humana. Os livros referentes ao estudo de matérias comuns às duas escolas,

foram divididos, passando para a biblioteca da Escola de Medicina Veterinária, os que constam duma relação apensa ao auto.

«Prolixo seria estar agora a inumerar e descrever minuciosamente os trabalhos de arrumação, catalogação, registo e inventários que temos realizado nos três anos de existência da biblioteca do Instituto Superior de Agronomia; sómente aqui anunciaremos que estamos organizando um catálogo geral por matérias e autores, que muito em breve mandaremos imprimir.

«Encerrando esta biblioteca obras de alto valor scientífico, não possúe todavia, incunablos, manuscritos preciósos, nem mesmo outras espécies bibliográficas de intensa valia. Registaremos apenas como dignas de menção especial, da secção de botânica, as obras seguintes: Georgü Everhardi Rumphii, Med. Doct, Hanavensis, Mercatoris Senioris, & in Amboina Consulis, nomine Plinii Indici celebris, & Membri Inlustris Societatis Academiae Naturae Curiosorum Germaniae. Herbarium Amboinense, plurimas conplectens arbores, frutices, herbas, plantas terrestres, & aquaticas, quae in Amboina, et adjacentibus reperiuntur insulis adcuratissime descriptas juxta earum formas, cum diversis denominationibus, cultura, uso, ac virtutibus. Quod et insuper exhibet varia insectorum animaliumque genera, plurima cum naturalidus eorum figuris depicta. Omnia magno labore ac studio multos per annos conlecta, & duodecim conscripta libris. Nunc primum in lucem edita, & in Latinum sermonem versa, cura et studio Joannis Burmanni, Med. Doct. et in horto medico Amstelaedamensi professoris botanici, Academiae Caesareae Naturae Curiosorum socii; qui varia adjecit Synonyma, suasque Observationes. Amstelaedami; Apud-Meinardum Uytwerf. MDCCL-MDCCLV». (Duplo frontispício Latim-Holandês). Vol. 1.º (Duas gravuras, uma com o retrato de Rumphius e outra com o retrato de Burmannus) 82 grav. 32 inum. 200 pág. — Vol. 2.º 87 grav., 270 pág. — Vol. 3.º 141 grav., 218 pág. — Vol. 4.º 82 grav., 154 pág. — Vol. 5.º 184 grav., 4 inum., 492 pág. — Vol. 6.º 90 grav., 4 inum., 256 pág. (Adenda) 29 grav., 1 inum., 74 + 20 de Indice Universalis, 1 inum., pág. 6 vol. 310 + 170 (No catálogo da livraria de Jesus da Academia das Sciências de Lisboa, tem a notação de Rara).

«Henricum van Rheede, van Draakenstein-Johannem Casearium-Arnoldus Syen-Joanes Commelinus-Johannem Munnichs-Théodorum Janson, Ab. Almeloveen-Abrahamus á Poot — Hortus Indicus Malabaricus, continens Regni Malabarici apud Indos celeberrimi omnis generis Plantas rariores, Latinis, Malabaricis, & Bramanum Characteribus nominibusque expressas, una cum Floribus, Fructibus & feminibus, naturali magnitudine á peritissimis pictoribus delineatas, & ad vivum exhibitas. Addita insuper accuratâ earundem descriptione, quâ colores, odores, sapores, facultates, & praecipuae in Medicinâ vires exactissime demonstrantur. Adurnatus. Amstelodami, Sumptibus

— Joannis van Someren et Joannis van Dyck. Anno CI Ↄ IƆC LXXVIII — CIↃ IↃ CCIII. Tom. I — Pars I, 57 fig., 14 inum. 110 pág. 1 Index. Pars II — 56 fig., 6 inum., 110 pág., 1 Index. Tom. II — Pars III — 64 fig., 22 inum., 87 pág., 1 Index. Pars IV — 61 fig., 2 innum. 125 pág., 1 Index. Tom. III — Pars V — 60 fig., 6 inum., 120 pág., Index. Pars VI — 61 fig., 6 inum., 109 pág., 1 Index. Tom. IV — Pars VII — 59 fig. 111 pág., 1 Index. Pars VIII — 51 fig., 2 inum., 97 pág., 1 Index. Tom. V — Pars IX — 87 fig., 6 inum., 170 pág., 1 Index. Pars X — 94 fig., 2 inum., 187 pág., 1 Index. Tom. VI — Pars XI — 65 fig., 133 pág., 1 Index. Pars XII & ultima — 79 fig., 151 pág., 9 Index. — 6 vol. 295 X 165.

«Fr. José Marianno da Conceição Velloso. — Petro, nomine ac imperio primo Brasiliensis Imperii-Perpetuo defensore imo fundatore — Scientiarum artium litterarumque — Patrono et cultore jubente — Florae Fluminensis — Icones — Nunc primo ed natur — Edidit Domnus Frater Antonius da Arrabida, Episc de Anemuria Caesareoe Magestatis a Consilus, nec non Confessor Capelani Maximi Coadjutor, Studiorum Principum ex Imp. Stirpe Moderator & Imperial Publicaeque Bibliotecae in Urbe Fluminensi Praefectus. Parisiis ex off. lithogr. Senefelder — Curante F. J. Knecht. 1827. Vols. I, 153 Tabs., II. 156 Tabs., III, 168 Tabs., IV, 189 Tabs., V, 135 Tabs., VI, 113 Tabs., VII, 164 Tab., VIII, 164 Tabs., IX, 128 Tabs., X, 143 Tabs;, XI, 127 Tabs. Vols. 11 450 + 265. (Esta obra já foi adquirida depois da separação das bibliotecas).

*

*   *

«A biblioteca, que dia a dia vai aumentando o seu número de obras, quer por compra quer por oferta, contava pelo inventário do ano passado 3:982 obras e 6:543 volumes. Adicionando-lhe as que tem entrado até ao presente, e que devem figurar no futuro inventário, o seu número deverá ser de cêrca de 4:400 obras e 7:000 volumes.

«O movimento de consulentes que muito tem progredido, foi pela estatística do ano passado, (Novembro a Outubro de 1913-1914) de 1635 consulentes, tendo sido consultados 3:113 volumes.

«Dando o mapa abaixo, ver-se há quanto maior tem sido a afluência de consulentes, no ano corrente, comparando-a com igual período de meses do ano passado.

Mapa comparativo do movimento de consulentes, na Biblioteca, nos meses de Novembro a Março de 1913-1914 e 1914-1915

Novembro a Março 1913-1914	Total	Novembro a Março 1914-1915	Total	Diferença para mais	Total
Consulentes	641	Consulentes	1630	Consulentes	989
Volumes consultados .	1068	Volumes consultados .	2934	Volumes consultados .	1866

«Esta grande diferença para mais no movimento de consulentes, é devida também em parte ao ter-se criado êste ano a consulta noturna.

«Sendo a biblioteca privativa dos Professores e alunos do Instituto, ela pode todavia ser freqùentada por estranhos.

«Segundo o Regulamento Geral do Instituto Superior de Agronomia, aprovado pelo decreto de 16 de Setembro de 1914: Art. 44.º a biblioteca estará aberta todos os dias úteis, durante o ano escolar, desde as 10 às 16 horas e durante as férias das 11 às 15 horas.

«§ único — Na véspera de exames finais a biblioteca estará aberta das 20 às 23 horas, e, sendo domingo, das 11 às 17, etc.

«No princípio do ano lectivo corrente o Conselho Escolar deliberou que a biblioteca abrisse, para consulta noturna, das 20 às 22 ½ horas.

«Não se nos oferecendo, para esta notícia, mais nada digno de menção acêrca da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, pômos ponto nestas esparsas e mal serzidas notas, satisfazendo, talvês insuficientemente, o que nos foi solicitado para o *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa* [1]. Lisboa, Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, 31 de Março de 1915. — O Conservador, *Carlos Simões*».

[1] *Noticia acêrca da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, por Carlos Rodrigues Simões.* — Arquivado na Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa. — *Mss.* $\frac{91-3}{10}$.

BIBLIOTECA DA CASA PIA DE LISBOA

Quando recolhiamos subsídios ácêrca das bibliotecas monásticas encontrámos no *Panorama* a seguinte referência à livraria dos hieronimitas: «As estantes com livros que não passaram para a biblioteca do palácio das côrtes foram transferidos para uma sala no extremo do quarteirão do «Noviciado» aonde estão em ordem 1:500 volumes, alêm de 3:800 apartados para terem o destino, que for designado pelo governo visto não serem de utilidade para os alunos. Nesta sala existem também hoje os grandes livros de cantochão manuscritos em pergaminhos, que estavam no coro; dos quais infelismente não existe um só inteiro; porque houve tempo em que os alunos tomaram a liberdade de lhes cortar as ricas iluminações e de rasgarem folhas para fazerem chapeus armados e talabartes, correias, etc., de brincadeira! Isto parece incrivel, mas aconteceu» [1].

Gabriel Pereira, consciencioso investigador, confirmou algures o facto, para nós naturalissimo, provado como está a bibliofobia que através os tempos tem germinado em Portugal. Mas, alguma cousa restava dessa livraria fradesca e tanto que, no «Relatório da administração da Real Casa Pia de Lisboa relativo ao ano económico de 1890-1891, apresentado a S. Ex.ª o Ministro do Reino pelo provedor Francisco Simões Margiochi», encontra-se, a p. 32, um capitulo sôbre a biblioteca, onde se transcreve na essência a portaria de 14 de Agosto de 1890 acrescentando:

«A Biblioteca tem sido enriquecida com alguns livros de sciência, de estudo, de literatura, todos generosa e bizarramente ofertados especializando, como me cumpre, os ministérios das obras públicas e da marinha, que teem

---

[1] *O Panorama*, Lisboa 1842, pág 132. Varnhagen, artigo sôbre «Mosteiro de Belem».

enviado muitas publicações; representa um interessante centro de movimento de todos os livros que tem aplicação na Casa Pia.

«O professor Alfredo Augusto Cesar da Silva foi encarregado da organização e registo de movimento, tendo sido nomeado bibliotecário por alvará de 4 de Setembro de 1890.

«Aos empregados e aos alunos foi facultada a freqüência da biblioteca e o uso dos livros, tornando-se obrigatória a comparência dos alunos, dos quais diáriamente ali vai uma turma, tendo-se estabelecido o respectivo horário»[1].

Na íntegra aqui reproduzimos a citada portaria de 14 de Agosto, porque bem traduz o estado da biblioteca:

«Eu, o Par do Reino, Provedor da Real Casa Pia de Lisboa.

Existindo dispersos por diferentes repartições e arrecadações da Real Casa Pia, centenares de livros muito diversos (livros de ensino novos para serem distribuidos às aulas, usados ou por qualquer motivo retirados da circulação, restos de antigas edições da Real Casa Pia, exemplares truncados, livros recreativos, etc.;

Sendo de toda a conveniência, não só por manter-se a boa ordem em todas as dependências do estabelecimento, mas tambêm para o melhor aproveitamento dos livros de estudo e consulta reuni-los todos catalogá-los e instalá-los numa sala apropriada, onde professores e alunos possam utilizá-los devidamente; considerando que na mesma sala se pode construir assim um depósito regular de livros de uso escolar, fiscalizando-se devidamente a saída dos novos para as aulas e recebendo-se os deteriorados, que se retiram da circulação;

Sendo obvia a conveniência de uma sala de leitura, onde professores e alunos consultem livros das disciplinas, artes e ofícios que são professados nas aulas;

Ouvida a administração da Real Casa Pia em conferência de 14 de Agosto de 1890; determino o seguinte:

Artigo 1.º — É organizada numa sala do edifício da Real Casa Pia de Lisboa, uma biblioteca onde se reunirão:

a) Livros de estudo scientífico, literário, artístico e de ofícios, relativos a todos os ramos de ensino, quantos se professam nas aulas e oficinas-escolas

---

[1] *Relatório da administração da Real Casa Pia de Lisboa relativo ao ano económico de 1890-1891, apresentado a S. Ex.ª o Ministro do Reino pelo provedor Francisco Simões Margiochi. Lisboa, Imprensa Nacional, 1893,* pág. 32.

do estabelecimento, tanto os manuais, tratados e compêndios para serem distribuidos aos alunos, como livros de consulta para os mesmos e para os professores;

b) Cartas geográficas e corográficas, plantas topográficas, fotografias, gravuras, elementos êstes que completam o ensino dos livros;

c) Livros truncados de antigas edições da Casa Pia, ou de colecções adquiridas, muitos dos quais poderão ainda ter uma aplicação, como por exemplo, ser distribuidos como prémios.

d) Livros deteriorados, que recolhem das aulas e aos quais pela biblioteca se dê baixa para venda, sendo entregues ao economato;

e) O museu Saffrex e quaisquer outros elementos para estudo que de futuro vieram a existir.

Art. 2.º — Um professor será encarregado da organização da biblioteca, sua administração e registo do movimento.

Art. 3.º — O director da Real Casa Pia elaborará um regulamento para que se obtenha o uso mais proficuo da nova instituição.

Art. 4.º — A presente portaria será arquivada no cartório da Secretaria desta casa, depois de registada no livro competente.

Belem, 14 de agosto de 1890 — O Provedor — *Francisco Simões Margiochi*[1].»

De 1893 em diante ignorávamos a expansão que tomara a biblioteca acêrca da qual inquerimos o actual director, o ilustre antropologista Sr. Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, que nos indicou o «Anuário da Casa Pia de Lisboa», publicado em 1914, onde encontramos a seguinte, tão interessante quanto elucidativa, notícia da origem, organização e funcionamento desta Biblioteca, precursora da conventual livraria dos frades jeronimistas, livraria de que nos ocuparemos no livro em preparação sôbre as «Bibliotecas conventuais em Portugal».

*

* *

«O fundo da livraria dêste estabelecimento, — a Casa Pia, — é ainda um pouco dos livros que existiam no extinto convento dos Jerónimos. Quando, em 1834, os conventos de frades foram dissolvidos, a Casa Pia tomou posse, de

---

[1] *Portarias da Administração da Real Casa Pia de Lisboa, sendo provedor Francisco Simões Margiochi. Sexta série de 14 de Agosto de 1889 a 30 de Junho de 1891. N.ºs 1 a 45, Lisboa, Tipographia Portuense de Pedro de Oliveira, 1894,* pág 50.

direito, do edifício e de todos os pertences do Convento dos Jerónimos, e digo de direito, porque de facto a tinha já tomado no ano antecedente, que foi quando êste estabelecimento passou do Desterro para Belêm.

«Era rica, preciosissima até, como dizem, a bibliotéca dos Jerónimos, tanto pela quantidade como pela qualidade dos livros que continha. Grandes delapidações sofreu porêm, quando da invasão francesa, o que é bem sabido, mas nem por isso deixava de ser ainda importante no momento em que esta instituíção aqui se estabeleceu.

«Parece, todavia, que lhe não foi muito próspero o primeiro período de residência dos novos habitadores do edifício. Afirma Warnhagen, na sua bem conhecida descrição do monumento, que a rapaziada estragou muitas obras, algumas valiosas, rasgando-lhes as estampas e fazendo até barretinas com as folhas dos velhos folios *(sic)*.

«É preciso notar, porêm, que esta informação a colheu o erudito escritor da boca do padre Nery, um dos egressos do convento, que ficou exercendo as funções de pároco da freguesia de Belêm. E é bem notório que o dito sacerdote, movido por um tanto de azedume contra os que entendia seus expoliadores, carregasse as côres do quadro, exagerando alguns estragos que por ventura tivessem praticado os alunos. Mas tambêm é lícito supor que efetivamente não existisse, nêsses primeiros tempos, uma rigorosa disciplina no pio instituto, visto que se estava numa época de sobresaltos. Passada, porêm, a quadra revolta, e começando os serviços públicos a entrar na devida regularidade, logo o governo pensou no aproveitamento da rica livraria, para com ela abastecer a grande biblioteca de S. Francisco, nêsse momento em organização.

«Para êsse fim vieram ao estabelecimento alguns funcionários, isto no ano de 1837, que apartaram o que melhor lhes pareceu, indo algumas carradas de livros para a nova biblioteca pública. Nêsse momento, porêm, é que houve grande estravio. Algumas obras importantas, e até preciosos manuscritos, se perderam, ficando por várias mãos, e tendo algumas a triste sorte de servirem de papel de embrulho nas lojas de Belem. Consta que tal fim encontrou a famosa *Crónica do mosteiro,* obra extremamente valiosa que nesse momento desapareceu.

«Algumas deligências empregou anos depois o provedor do estabelecimento, José Maria Eugénio de Almeida, para achar essa obra, mas foi baldado empenho. Há quási a certeza de que a valiosa crónica manuscrita foi aplicada a embrulhos numa loja do sitio.

«Nem todos os livros, porêm, foram removidos para S. Francisco. Por haver exemplares repetidos, por lhes não encontrarem valor, ou por outro qualquer motivo, muitos ficaram ainda na livraria do extinto convento, e

êsses, a que vieram pouco depois reunir-se muitos outros, doados por um bemfeitor chamado Anes de Carvalho, formaram uma livraria, que, segundo consta era ainda bastante avultada e valiosa.

«Ficou constituindo a bibliotéca do estabelecimento, sendo a sua guarda e conservação entregue ao funcionário que nessa época presidia aos estudos. Entende-se que nos referimos aos primeiros anos de implantação do constitucionalismo.

«Depois passou a estar a cargo do arquivista, ficando anexa à secretaria.

«O certo, porêm, é que tanto um como o outro dêstes funcionários se mostraram bastante negligentes no desempenho do seu encargo, e os que se lhes seguiram também não foram mais activos.

«Limitaram-se, segundo parece, a manterem muito bem fechados à chave os pobres livros, ficando as ratas e a traça muito à sua vontade para os distruirem. E diga-se, em verdade, que não foi descuidada essa bicharia.

«A entrada de José Maria Eugénio de Almeida para provedor do estabelecimento, em 1859, fez mudar por completo a sorte dos abandonados livros. Foi então adaptada uma casa própria para livraria no extremo do edifício a que se dá o nome de pavilhão, construiram-se dez grandes armários, perfeitamente apropriados ao seu fim, e compraram-se muitas obras que foram modernizar a velha bibliotéca dos Jerónimos.

«Para complemento chamou o provedor um empregado da Bibliotéca pública chamado Casassa, encarregando-o da catalogação dos livros. Isto é, a livraria teve também a sua parte no plano notável de reformas, realizadas nessa época memorável para o estabelecimento.

«Segundo consta, grande parte da livraria estava já inutilizada. Nessa transformação aproveitaram-se, pois, os livros que ainda se podiam ler, mas que não foram poucos.

«O encargo da sua conservação passou para o capelão da Casa, creio que sem remuneração alguma. Sucedeu, pois, o que era natural. Passado o período da febre reformadora, o capelão dêsse tempo bem como aqueles que lhe sucederam no cargo, deixaram ao abandono os livros, limitando o cuidado de bibliotecários apenas à guarda dêles, muito bem fechadas à chave na casa que se lhes destinara.

«Ratas e traça voltaram, portanto, a sua obra destruidora. Se alguem ia alguma vez à bibliotéca era sómente para examinar os estragos produzidos por êsses diversos roedores. E certamente fugia logo espavorido.

«Quando em 1888, o antigo sub-director dêste estabelecimento, Dr. Simões de Almeida, pensou em reorganizar a bibliotéca, queimaram-se milhares de livros que se encontravem completamente ilegiveis. A traça transformara-lhes as páginas em caprichosos arrendados.

«Fez-se pois um tremendissimo auto, não de fé, mas de imprevidência, no qual foram imoladas como inocentes vítimas, algumas obras de subido valor.

«Tratou seguidamente o zeloso sub-director de catalogar as restantes, no que foram auxiliá-lo alguns alunos dos mais adiantados. Um dêles é o atual sub-director.

«Não teve porêm tempo. A sua saida deixou a obra só em começo, e a livraria voltou logo ao antigo abandono.

«No ano seguinte, porêm, servindo de director, no impedimento do sr. Dr. Sequeira Oliva, o antigo e abalisado professor desta casa, Pedro Eusébio Leite, fui por êle encarregado de organizar a livraria, apropriando-a, quanto possivel, a ser aproveitada pelos alunos.

«Começou então uma fase nova para a Bibliotéca. Arrumei convenientemente os livros, beneficiei-os contra o flagelo da traça, hoje quási completamente extinta, e organizei o inventário e catalogação pela forma que adiante vai indicada.

«Notei porêm, com justificada tristeza, que apenas cinco, dos dez armários existentes, ficaram com livros. A conclusão a tirar era obvia: nos trinta anos decorridos de 1859 a 1889, metade da bibliotéca tinha-se volatizado.

«Finda a primeira parte do meu trabalho, enviei à Ex.ª Administração dêsse tempo um desenvolvido relatório dando conta do modo por que me desempenhara do encargo e descrevendo sumariamente o que era a bibliotéca nêsse momento.

«Dêsse relatório, que é de maio de 1890, vou transcrever alguns períodos para ilucidação e confrontos do que era e é actualmente a livraria do estabelecimento:

«Sabe muito bem V. Ex.ª que a Biblioteca, embora bastante avultada, relativamente ao número de obras, é todavia mui pouco variada e extremamente escassa em leitura moderna e recreativa. Livros da actualidade nenhuns contêm, exceptuando uma valiosa colecção de obras de arquitetura, ultimamente adquiridas. No genero de leitura amena sómente existem as obras de Herculano, Garrett, a colecção de Júlio Verne (comprada há pouco) e quási nada mais. Revistas existem apenas alguns volumes do *Panorama* e do *Archivo Pittoresco*. Tudo mais, como V. Ex.ª verá pelos catálogos, que juntamente remeto, são obras de estudo e de consulta, muito úteis, sem dúvida, mas de somenos valor para a constituição duma biblioteca escolar.

«Concluia êste relatório por uma série de alvitres, que a digna administração aprovou, os quais, em grande parte se encontram ainda em execução.

«Por alvará de maio de 1890, fui confirmado no lugar de bibliotecário.

«Começou então a Biblioteca a desenvolver-se e a prestar ao estabelecimento os serviços que lhe são próprios, aumentando extraordinàriamente de dia para dia.

«O legado valioso dos livros do ex-aluno Simão da Luz Soriano, seguido logo doutro, também importante, do professor Carvalho, acrescentaram muitíssimo o numero de obras e variaram a leitura, dando um ar modernizado à Biblioteca. A títulos vários muitos outros livros foram entrando, tais como publicações oficiais, obras oferecidas pelos seus autores e outras compradas. Tudo tem concorrido para tornar a Biblioteca bem diferente do que era no momento em que tomei conta dela, podendo já considerar-se, embora tenha ainda deficiências, como uma livraria digna dum estabelecimento tão importante como aquele a que pertence.

«Passando aos números, temos que em 1890 só existiam, pouco mais ou menos, dois mil e seiscentos volumes. Agora já estão cheios treze armários, e muitas obras se encontram depositadas à espera de arrumação, sendo necessários mais dois armários para êsse fim.

«O número total de obras, no presente, é de 4:662 com 6:761 volumes, fóra os exemplares repetidos que se encontram em depósito que são 26:409 volumes, repartidos por 403 obras.

«A queixa apresentada no relatório que citei, já não tem pois a mesma razão, porque quási todos os principais assuntos de sciência e de literatura se encontram mais ou menos distintamente representados na Biblioteca. Todavia, preciso é dize-lo muito lhe falta ainda para se poder considerar uma livraria adaptada absolutamente ao seu fim, mas, com o tempo, se irão preenchendo as lacunas existentes.

«Do que fica exarado tira-se uma conclusão naturalíssima: Depois que exerço o cargo de bibliotecário, isto é, nos últimos treze anos, a livraria triplicou em número de obras e volumes. É alguma coisa.

«Vem a propósito dizer que actualmente ocupa a Biblioteca a mesma sala em que estava no tempo dos frades, isto é, no pavimento superior à sacristia.

*

*   *

«Tratemos agora da organização desta dependência do estabelecimento.

«Destinado a ser lugar de arrecadação de todos os livros da Casa, a Biblioteca divide-se em duas secções; Biblioteca de leitura propriamente dita,

e depósito de todos os livros de estudo, para o qual entram e irradiam depois para as aulas todas as obras didáticas nelas usadas.

«Há, pois um catálogo geral, em forma de inventário, onde todos os livros estão consignados pela sua principal designação, e nêsse catálogo se inscreve o movimento de entrada e saída por inutilização ou outro qualquer motivo.

«Além dêste há mais dois catálogos, um por autores e outro por obras. Este último obedece ao método da divisão por assuntos e é repartido em cinco divisões, subdivididas em secções.

«Não foi feita esta subdivisão de maneira muito desenvolvida, isto é apanhando todas as especialidades sôbre as quais existem obras, porque tal desenvolvimento poderia trazer, por vezes complicações. Estão, pois, disseminadas as obras apenas pelas matérias mais triviais, do modo que segue:

1.ª Divisão. — Teologia: Biblias e comentários, História do velho e novo testamento, Santos padres, teologia exigética, litúrgica, escolástica e dogmática catequetica, moral, parenática, ascética, polémica, eclesiástica, monástica, das ordens militares, biografia monástica e hagiologia.

2.ª Divisão. — Sciências morais e políticas: Direito canónico, civil e político, administrativo, legislação diversa, relatórios oficiais diversos, economia política e finanças, tratados e alegações, filosofia, metafísica, moral, educação e ensino, pedagogia e metadologia, programas de ensino e legislação escolar.

3.ª Divisão. — Sciências naturais, exactas e belas-artes: História natural, higiene, farmácia, matemática, física quimica e mecânica, arquitectura e engenharia, pintura e desenho, música, ginástica, arte da guerra, arte naval, indústrias e artes, presdigitação, agricultura, relatórios e estatisticas e legislação agricolas, fotografias.

4.ª Divisão — Literatura: Dicionários poliglotas, retorica, oratória e lógica, poética e mitologia, poetas gregos, latinos, franceses, portugueses, diversos; teatro; epistolares; romances; anexins e apólogos; tratados de linguìstica; literatura e crítica literária; periódicos literários; tratados de línguas orientais; de hebraico, de grego, de espanhol, de italiano, de alemão, de inglês, de francês, de latim, de português; leitura de manuscrito; poligrafos.

5.ª Divisão. — História e geografia: Preistória; história: universal; oriental, romana e grega; de diversas nações; de Portugal; das possessões ultramarinas; apreciações histórico-politicas; monografias; correspondência oficial; narrações de campanhas; nobiliarquia; biografia; bibliografia; numismática; periodicos políticos; maçonaria; arqueologia. Geografia de Portugal e domínios; geografia matemática, geografia física, geografia politica, narrações de viagens, estatística.

«O regulamento pelo qual se rege a Bibliotéca foi aprovado pela ex.ª Direcção em 19 de abril de 1911.»

*

* *

No *Anuário* onde colhemos esta curiosissima notícia encontra-se êsse regulamento, seguido de quatro mapas. O primeiro demonstra o *movimento da Biblioteca no ano económico de 1913-1914,* citando 2:727 leitores, 738 obras lidas na Biblioteca, e 179 obras emprestadas a funcionários; no segundo mapa vê-se quais as *obras adquiridas durante o ano, cuja leitura foi particularmente aconselhada aos alunos;* no mapa seguinte as *obras pedidas e lidas pelos alunos na Biblioteca,* e o último é a lista dos *livros entrados durante o referido ano.*

Como se vê pelo relatório acima transcrito, a boa organização que hoje tem a Biblioteca da Casa Pia de Lisboa é devida ao seu actual bibliotecário sr. Alfredo Augusto Cesar da Silva, que revela através êsse trabalho a sua competência e amor bibliográfico.

Á margem do transcrito relatório apraz-nos colocar duas notas:

I. — Na parte concernente à *Crónica do Mosteiro* refere-se que desapareceu fragmentada em embrulhos. Não é verdade, felizmente. Aqui temos o livro impresso:

Mosteiro de Belem. Relação da insigne e real casa de Santa Maria de Belem por Fr. Jacinto de S. Miguel (Hieronymita) recensão publicada e accrescentada de notas e bibliographia por Martinho Augusto Ferreira da Fonseca. Lisboa, Tip. da Academia Real das Sciencias, 1901.

Nêste livro conta o Sr. Martinho da Fonseca que o manuscrito hoje publicado «depois de vendido a peso com outros por inuteis num estabelecimento em Belem, veiu mais tarde parar ao mercado de S. Bento, onde o falecido bibliofilo João Manuel de Carvalho o adquiriu» [1].

II. — A propósito da doação de Luz Soriano, eis os termos do seu testamento:

«Não me podendo, jámais, esquecer o benefício que na minha menoridade e pobresa recebi da casa Pia de Lisboa, deixo-lhe mais, para instru-

---

[1] *Obra citada,* pág. IX.

ção dos seus alunos dedicados às lètras, todos os meus livros de estante brochados e encadernados.»[1].

Terminando cumpre-nos agradecer ao ilustre director da Casa Pia de Lisboa, sr. Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, a indicação de tão interessante subsídio histórico.

[1] *Relatorio da Administração da Real Casa Pia de Lisboa, relativo ao anno economico 1891-1892 apresentado a S. Ex.ª o Ministro do Reino pelo provedor Francisco Simões Margiochi. Lisboa, 1895*, pág. 13.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

Mui laconicamente se teem referido os monografistas à fundação e desenvolvimento desta Biblioteca, existente em 1878 como se depreende da seguinte portaria:

«Tendo o Governador Civil de Castelo Branco participado que a Biblioteca instalada nos paços do concelho de Idanha-a-Nova pela iniciativa patriótica do conselheiro de estado extraordinário José Silvestre Ribeiro, conta já o número de mil e oitocentos volumes, devidos na maior parte às generosas ofertas do seu fundador, que por êste modo dotou a sua terra natal com tão importante melhoramento: ha por bem Sua Magestade El-Rei louvar o referido conselheiro de estado por mais êste acto em favor da instrução popular a cujo desenvolvimento se tem dedicado com tão notável desvelo. Paço 18 de fevereiro de 1878. — *António Rodrigues Sampaio*» [1].

Além dêste documento e referencias à dotação de Silvestre Ribeiro não encontramos outra qualquer indicação acêrca da Biblioteca de Idanha-a-Nova que permita o complemento da sua história.

---

[1] «*O Conselheiro José Silvestre Ribeiro exemplo de inteira dedicação á liberdade e á patria, factos da historia nacional colligidos por Eduardo A. da Rocha Dias.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pág. 231.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Regista-se como facto inicial desta Biblioteca que falecendo «a 2 de agosto de 1825 o tenente coronel de cavalaria 2, Cristóvão Avelino Dias, deixou em testamento os seus livros aos frades gracianos com a obrigação de os facultarem ao povo para sua instrução, mas prevendo êle já a extinção das ordens religiosas, acrescentou — que no caso de acabar aquele convento, recolhesse a Câmara os ditos volumes, que ao todo eram quinhentos e sessenta e tres, e lhes desse igual destino. Não os reclamou a Câmara em 1834 quando se fechou aquela casa religiosa; porisso foram levados para Évora; e só dois anos depois é que se lembrou de requerer a sua entrega. Mas com isto nada se perdeu porque o Administrador geral do distrito deferiu que trouxessem para cá os livros que pretendessem os vereadores; de sorte que em vez de 563 volumes veiu para cá a maioria dos livros dos nossos três conventos suprimidos ou cêrca de três mil volumes, posto que ficando muitas obras truncadas.

«Foram colocados êstes livros na primeira sala da aposentadoria do concelho e nas estantes dos gracianos que os vereadores mandaram buscar ao Convento, assim como as escadas e altibancos; e Fr. João Moreira da mesma casa encarregou-se de os colocar e catalogar. Mas em 1860 foi partida ao meio aquela sala e acomodados os livros na metade interior, ficando por isso mal montada à espera de melhor colocação, talvez no Convento de Santa Cruz, onde se vão instalar todas as escolas públicas e onde, por isso mesmo, deve patentear-se a biblioteca pública.»

Esta notícia, única colhida acêrca desta Bibioteca, lê-se no *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, composto em 1892, pelo padre Joaquim José da Rocha Espanca.

BIBLIOTECA PUBLICA DE PONTA DELGADA
S. MIGUEL

Nos *Apontamentos* [1] coligidos, até 1863, por Silvestre Ribeiro, descreve-se detalhadamente quási toda a documentação oficial que constitue a base histórica da biblioteca miguelense; e digo quási toda a documentação porque não reproduziu a portaria de 13 de novembro de 1860, assás interessante, como passamos a demonstrar:

«Foi presente a S. Magestade El-rei o ofício do bibliotecário da livraria pública de Ponta Delgada de 30 de Junho próximo, em que representa contra o regulamento feito pela Câmara municipal daquela cidade sem sua audiência, expondo ao mesmo tempo as dúvidas que se lhe ofereciam sôbre a competencia da mencionada corporação para o coordenar; e

«Atendendo a que a lei de 12 de agosto de 1845 pelo facto de encarregar a Câmara municipal da administração e conservação da biblioteca, não lhe deu a ingerência literária do estabelecimento; deixando-lhe unicamente o cuidado da administração económica;

«Atendendo a que a Câmara municipal não pode ser considerada proprietária, mas só administradora da biblioteca de que se trata, e que por isso a disposição do artigo 118.° n.° 3.° do Código Administrativo, por ela invocada, não pode justificar a competência que a mesma Câmara se atribue na administração literária, e que mesmo, quando não fosse tão claro como é o pensamento da lei de 12 de agosto, bastaria consultar as prescrições de outras leis análogas, como o decreto de 9 de Julho de 1833, que fundou a biblioteca do

---

[1] *Apontamentos históricos sôbre bibliotecas portuguesas coligidos e escritos por José Silvestre Ribeiro, organisados e anteloquiados por Álvaro Néves*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914, pág. 42.

Porto, e a lei de 2 de dezembro de 1844, que creou a de Braga, para se conhecer claramente que na administração das bibliotecas públicas pelas municipalidades não se compreende a parte literária.

«É servido o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do ajudante do procurador geral da Corôa junto do ministério do Reino, e com a consulta do conselho geral de instrução pública de 30 de Outubro último mandar declarar que não compete à Câmara municipal de Ponta Delgada a administração literária da biblioteca pública mas unicamente a administração económica, nos termos e pela forma determinada na citada carta de lei de 12 de Agosto de 1845» [1].

Do período de 1863 à actualidade poucos informes podemos colher. Soubemos que em 21 de Janeiro de 1879 foi publicada uma portaria autorisando a venda de livros em hasta pública, e conseqùente desta portaria publicou-se o:

«*Catalogo alphabetico* | *dos* | *livros antigos* | *e* | *obras troncadas das sciencias ecclesiasticas, philoso-* | *phicas, juridicas, phisicas e mathematicas, que* | *tem de ser vendidas em Leilão na Bibliothe-* | *ca Publica de Ponta Delgada. Ilha de S.* | *Miguel, durante o mez de maio do* | *corrente anno de 1880.* | *Em virtude da portaria de 21 de Janeiro de 1897.* [armas reaes] *Ponta Delgada.* | *45. Tip. Popular, rua da Canada 51* | *1880.* — 33 páginas.

No testamento aberto do Dr. Antero do Quental, falecido em 11 de Setembro de 1891, lê-se que: — «Deixa a sua livraria à Biblioteca Pública da cidade de Ponta Delgada» [2].

A vereação tendo conhecimento do legado, «em sessão de 14 de Setembro, resolveu, junto com um voto de sentimento consignado na acta, que se adquirisse um busto em mármore de Antero [3], e nesse sentido oficiou em 28 de Setembro ao notável escritor Joaquim Pedro de Oliveira Martins, como testamenteiro de Antero, «na provisão de falecer no continente do reino [4], e comunicou-lhe que a «Câmara entendeu de um rigoroso dever colocar na biblioteca pública desta cidade, que está a seu cargo, um busto em mármore de Antero de Quental, e, como êle em seu testamento de 9 de Setembro de 1890 legou áquela biblioteca a sua livraria, desejavamos inaugurar solenemente, no dia em que ela for aberta ao público, o busto destinado a come-

---

[1] *Diário de Lisboa*, 1860, N.º 268.
[2] *Archivo dos Açores*, Vol. XII. 1894, p. 311.
[3] *Anthero de Quental. In memoriam. Porto Mathieu Lugan, editor. 1896.* p. 86.
[4] *Archivo dos Açores*, vol. XII, 1894, p. 312.

morar os superiores dotes de espírito e de coração do profundo Pensador» [1], e incumbia-o de tratar da consumação do intento. Em ofício de 12 de Outubro do mesmo ano respondeu Oliveira Martins participando que escolhera o escultor Simões de Almeida, de quem apreciava a obra feita, e com quem ajustara por 450$000 réis um busto de mármore, tamanho natural, dêvendo o preço ser pago em três prestações à medida que o trabalho for avançando.

«Foi domingo, — 1 de janeiro de 1893, — a inauguração solemne, na ampla sala da nossa Biblioteca Pública, da livraria que ao município desta cidade legou Antero de Quental, uma das maiores glórias literárias do nosso país e um nome que na história micaelense refulgirá sempre nas suas mais brilhantes e douradas páginas.

. . . .

«A Câmara aceitando o legado mostrou-se a toda a altura digna do povo que representa. Deu-lhe lugar de honra entre bastantes milhares de volumes que constituem a nossa biblioteca; acautela-a, como relíquia num móbil expressamente construido para êste fim, a que aumenta o grande valor intriseco o artístico, que em todos os tempos fará honra ao trabalho micaelense e ao lado poz um busto em proporções quási naturais, exactissima cópia de Antero, devido ao cinzel de Simões de Almeida, um dos mais eminentes escultores portugueses, que o talhou em mármore finíssimo.»

«No acto inaugural discursaram o sr. dr. Caetano de Andrade, presidente da Câmara, — João M. de Faria e Maia, e visconde de Faria e Maia, e sôbre o mesmo motivo publicou-se no jornal *Persuação*, n.º 1616, de 4 de janeiro de 1893, o artigo anónimo do seu redactor Francisco Maria Supico, transcrito no *Archivo dos Açores* donde extratamos os períodos anteriores».

Devemos dizer que o esquema do catálogo da livraria de Antero, constituida por 782 volumes, foi publicado no citado volume XII do *Archivo dos Açores*, p. 224 a 227.

Por amável informação do distinto bibliófilo conimbricense, sr. Cândido Augusto Nazaré, soube que se publicára o

Catalogo | da | livraria de | Antero de Quental | legado á biblioteca | publica | de | Ponta Delgada. — S. Tip. l. n. d. 158 pág., 1 fototip. representando o busto, bastante anotado e editado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Também por informação do mesmo obsequioso informador, abro o livro

---

[1] *Archivo dos Açores*. vol. XII, 1894, p. 312.

Açores pessoas e coisas [1], da autoria da sr.ª D. Alice Moderno e encontro o seguinte trecho:

«Á Biblioteca Municipal legou a sua livraria o grande poeta Antero do Quental, cujo busto em mármore estatuário, esculpido pelo artista português Simões de Almeida, se encontra no edifício, a par dos de Camões e do marquês de Pombal. Os livros do poeta, eruditamente catalogados pelo fogoso jornalista, sr. dr. Eusébio Vaz Pacheco do Canto e Castro, professor de Sciências do liceu e redactor do *Localista*, estão numa livraria especial, circular, de mógno, cujo desenho é obra do sr. João Luís de Morais Pereira, secretário da Câmara Municipal de Ponta Delgada, cargo que, há muitos anos, intelijentemente exerce.

«Procedeu identicamente o sr. dr. Ernesto do Canto, fallecido em 1900, deixando á Biblioteca a sua livraria, constante de tres a quatro mil obras, e considerada como uma das mais importantes livrarias particulares do reino. O dr. Ernesto do Canto, erudito historiógrafo e antiquário, publicou por longo tempo o *Archivo dos Açores*, em fasciculos, que formam hoje doze grossos volumes, dos quaes o primeiro saiu a lume em 1878. Nesta obra se encontram todos os documentos necessários á vulgarisação da Historia Açoreana. O dr. Ernesto do Canto publicou ainda, sob o título de *Bibliotheca Açoreana*, uma notícia bibliográfica das obras impressas e manuscritas, nacionaes e estrangeiras, concernentes ás ilhas dos Açores, a qual foi dividida em dois volumes que abrangem ambos 904 páginas. Sua viuva, a senhora D. Margarida Leite do Canto, a quem, nas suas disposições testamentárias, dava a latitude de escolher para si as obras que quizesse, reduziu essa escolha a menos de cem exemplares não querendo diminuir o valor do legado de seu marido. Esta ilustre dama envia anualmente para a Biblioteca Pública todos os jornais estrangeiros, em avultado número, de que continua a ser assinante».

Ainda acêrca desta Biblioteca indica-nos o seu actual bibliotecário sr. Alexandre de Sousa Alvim, como elucidativas notícias: as *Cartas dos Açores*, por Carlos de Melo, publicadas no *Diário dos Açores* de 5, 6 e 7 de fevereiro, e de 11, 12, 13 e 14 de março de 1903, e as *Poeiras do Passado* por Aníbal Bicudo, série de documentos inéditos sôbre a organisação da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, publicados naquele jornal a 29 de março, 24 de Abril e 1 de Maio de 1911.

Estes artigos são para nós desconhecidos porque o citado periódico não existe na Biblioteca da Academia, nem na Biblioteca Nacional de Lisboa, no entanto, citamo-los para conhecimento dos interessados.

---

[1] Tip. Popular. Ponta Delgada, 1903.

BIBLIOTECA PUBLICA DE VILA REAL

Pouquíssimo sabemos desta pobre biblioteca que supomos lançada ao ostracismo dos vilarealenses, quando tinha jús a expandir-se e engrandecer-se, tanto mais tendo servido de gabinete do primacial escritor Camilo Castelo Branco quando êste burilava as suas joias literárias em 1848. E, cousa notável, nem Pinho Leal, nem Pinheiro Chagas, nem os monografistas da *Encyclopedia Portuguesa* ou do *Portugal* tiveram duas linhas para registar a sua existencia.

Só o Mestre a citou. Só Camilo a perpetuou escrevendo: — «O nosso gabinete de leitura e de escrita era a Bibliotheca publica de Villa Real. Ora, o publico da bibliotheca era elle [Guilhermino de Barros] e eu. A fallar verdade, a livraria era uma desgraça literária, uma mole indigesta que nem a traça nem as ratazanas seculares do extincto convento de S. Francisco tinham ousado esfarellar. Havia algumas theologias moraes e dogmaticas em edições baratas para uso de frades mendicantes, muitos sermonarios do peior período da paranesis portugueza, poucos classicos latinos com valor bibliographico e de historia nacional lembro-me ter visto dois tomos truncados da *Monarchia Lusitana*, uma edição parda do *Portugal Restaurado* e o fallacioso *Anno-historico* do padre Francisco de Santa Maria» [1].

Ignoramos se ainda existe a pobre biblioteca, acêrca da qual não obtivemos até hoje, — julho de 1915, — o mais lacónico informe.

---

[1] *Bohemia de Espirito, por Camilo Castelo Branco. Porto, Livraria Civilisação, 1986*, p. 203.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LOURENÇO MARQUES

Em sessão camarária de 11 de Julho de 1895 e sob proposta do vogal da comissão municipal sr. António Furtado foi creada a Biblioteca Municipal e aprovado o respectivo regulamento, sendo esta deliberação confirmada pelo conselho administrativo em acordão n.º 110 do mesmo ano.

A biblioteca foi franqueada ao público em 2 de Janeiro de 1906. A esta notícia que encontrámos no *Annuario de Moçambique,* redigido por Ribeiro Sousa, nada podemos adicionar por nos faltarem informes.

BIBLIOTECA E ARQUIVO
DO MINISTÉRIO DO FOMENTO

Nos considerandos anteloquiais ao decreto de organização do Ministério das Obras Públicas, em 31 de Dezembro do 1868 [*Diário do Govêrno,* de 3 de Janeiro de 1869] encontramos os seguintes períodos sôbre o início dêste arquivo:

«Poderosas considerações fizeram suprimir o gabinete do ministro, criando em lugar dêle uma repartição do arquivo e biblioteca». Esta «repartição deve guardar com segurança e método todos os processos findos, documentos e livros, que andam dispersos e são objectos de muito valor e não menor importância administrativa.» Nesse decreto determinava-se: [art.° 6.°] «tem a seu cargo recolher, inventariar, classificar, catalogar e conservar em arquivo e biblioteca geral todos os processos findos e livros impressos e manuscritos pertencentes ao ministério.»

Por carta de lei de 15 de Maio de 1884 foi extinta a repartição do arquivo «sendo os serviços a seu cargo incorporados na repartição central do mesmo ministério.»

Quando o arquivo foi reorganizado ignoramos. De 1891 a 1900 sabemos ter sido seu bibliotecário o Dr. João da Costa Brandão e Albuquerque, sempre rodeado de bastante pessoal. Assim nesse período foram 2.os oficiais: Herculano H. Chichorro da Costa até 1895 quando substituido pela promoção do amanuense Luís António Namorado, Augusto Xavier da Silva Pereira, desde 1898. Como amanuenses lá estiveram Cândido José Pereira de Magalhães, Francisco Cecílio Borges Soares, José dos Reis Teixeira.

Em 1900 foi nomeado João de Deus Guimarães, para bibliotecário: Miguel João Correia Guedes Coelho, 2.° oficial; António de Pádua Freire Fava e Jorge Augusto de Melo Valente, amanuenses. Cremos que, passado um ano, se agregava como 1.° aspirante José Abrantes Martins da Cunha, o contínuo

Tristão Quintela e o servente António Joaquim Alves. Em 1907 ainda para ali entrou como amanuense Henrique Gorjão da Cunha.

Em 1910 o ministro Manuel de Brito Camacho ordena uma sindicancia. Incontestavelmente êste arquivo nunca foi por escassez de pessoal lançado ao ostracismo. Alberto Carlos da Silva, José António Moniz, conservadores da Biblioteca Nacional de Lisboa e Bento Mantua, funcionario público, foram os sindicantes.

Interessante é o relatório, — melhor classificado libelo, — dessa comissão. Vem publicado no *Diário do Govêrno*, n.º 101, de 2 de Maio de 1911, e reza assim:

Exmo sr. ministro do Fomento: [1] — Nomeados por v. ex.ª para procedermos a uma sindicancia na Biblioteca e Arquivo Geral do Ministério ao mui digno cargo de v. ex.ª, é com profunda mágua que vimos dar conta dos nossos trabalhos, pois, em nossa opinião, tal repartição não existe. Existe sim uma vasta sala com dois pavimentos, onde em estantes se enfileiram volumes e folhetos, certamente colocados por quem desconhecia o assunto e pouco amor lhe tinha. No rápido exame a que procedemos, obtivemos uma aproximação do número e qualidade dos documentos existentes, indicações que não pudemos obter quer pelo inventário, que não existe, quer por informações do pessoal.

Contem a sala: Volumes e folhetos impressos, aproximadamente 50:000 peças. Neste número estão incluidos alguns milhares de exemplares de publicações impressas por ordem do ministério. Entre as obras mais importantes há muitos exemplares das seguintes: *Dicionário dos Arquitectos e Engenheiros*, Sousa Viterbo (só o volume 2.º); *Revista Lusitana*, José Leite de Vasconcelos; *Le Portugal Vinicole*, Cincinato da Costa; *Le Portugal au point de vue agricole*, par Cincinato da Costa e D. Luís de Castro, *Enseignement superieur de la Agriculture en Portugal*, par Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro; *Palacio e Quinta da Bacalhôa*, por Joaquim Rasteiro; *Catálogo da Exposição do Rio de Janeiro*, etc., 1:031 massos de manuscritos, com grande quantidade de documentos oficiais.

«Há nestes manuscritos muitos referentes à legislação pombalina, tratando de vários e importantes assuntos, tais como:

«Indústrias e fabricas de estamparia, fiação e tecidos de algodão, cerveja,

---

1 Êste documento foi, por nós, publicado parcialmente, quando a inserção dêste capítulo no «*Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências de Lisboa*», Primeira Série, vol. I, pág. 370-373. Fazendo-se agora a separata entendemos, — visto o havermos obtido — dar-lo na íntegra.

chocolate, cera e cebo, carneiras, fivelas, lanifícios, instrumentos musicos, cutelaria, ourivesaria, louças (Fabrica do Rato), cordoaria, sedas, assucar do Brazil (Agricultura e fabrico), oleados, cal, cortumes, espingardeiros, artes químicas, pescaria e piscicultura, tabacos, saboarias, vidrarias, Companhia de Vinhos do Alto Douro, Companhia do Grão-Pará, Monopólios de tabacos, solimão, salitre, etc., etc., Real Fabrica das Sedas, etc., etc. Estes 1:031 massos conteem muitas dezenas de milhares de documentos.

«Volumes manuscritos relativos a assuntos de alto interêsse, sendo muitos dêles originais e tendo assinaturas autografas desde o século XVII, tais como: montarias, ferrarias (fabricas), Junta do Comércio (consultas, etc.), correios telégrafos, pôrto de Lisboa (obras do Tejo), inqueritos industriais, estatísticas de fábricas etc., etc., elevam-se a 370 volumes; pastas de manuscritos com documentos oficiais, 66; massos de estampas coloridas e a preto (25 estampas cada um), 38; plantas e fôlhas com desenhos topográficos, 285, etc., etc.

«Para os 50:000 volumes e folhetos impressos, acima indicados, encontrâmos 2:434 verbetes absolutamente inuteis, pois nem foram feitos segundo os moldes, usados em tais serviços nem jogam, como deviam, com a arrumação. Êsses verbetes não se encontram sequer alfabetados, resultando que qualquer obra pedida obrigará a longas buscas, as mais das vezes sem nenhum êxito.

«Para os manuscritos, base preciosissima e capital do arquivo, nenhum verbete existe. Não há catálogos por autores, nem por títulos, nem metódicos nem cronológicos e catálogos remissivos são espécies absolutamente desconhecidas. Como semelhante estado de coisas importava uma acusação ao chefe e demais pessoal daquele, permita-se-nos o têrmo, armazem, impunha-se-nos o dever de ouvir o mesmo chefe. Convidamo-lo a dar-nos explicações ao que êle prontamente acedeu fazendo verbalmente a confissão de que o serviço estava em atrazo mercê da falta de pessoal e de causas várias.

«Como intimamente discordassemos das razões apresentadas, visto como, do exame dos livros de ponto de repartição, se vê que os empregados são de uma assiduidade exemplar, pois na febre de assinaturas, se encontra a firma dum empregado que tem ao lado a nota de *doente*, firma consideradamente anulada, lembrámos ao chefe a conveniência de descrever descançadamente o seu relatório. Juntamos êsse documento, chamando para êle a atenção de v. ex.ª, pois do seu exame v. ex.ª certamente receberá a impressão de que o único trabalho feito no arquivo foi reclamar às instâncias superiores.

«Um ponto há no relatório que por não sabermos explicá-lo apontamos ao critério de v. ex.ª. Não existindo no arquivo, como acima se disse, nem inventário nem catálogos úteis, como pôde o chefe satisfazer tão prontamente,

como declara e frisa, todas as requisições de livros e manuscritos feitos do princípio até hoje pelo ministério?

«Das conclusões do relatório se invalida a *primeira*, declarando: «Que a arrumação é mais do que primitiva; que os verbetes para nada servem; que os *milhares apontados* não chegam sequer a milhar e meio; que os massos de manuscritos «coordenados, classificados e prontos a catalogar» são duma coordenação e classificação insuficientes e obra apenas do ex-empregado Gorjão. Á *segunda* conclusão diremos que efectivamente *é materialmente impossivel* fazer menos. Da *terceira e quarta* conclusões deixamos a v. ex.ª o julgamento e comentário.

«Permita-nos v. ex.ª que levemos a nossa ousadia a lembrar os meios de rapidamente acabar com tal estado de cousas:

«1.º Fazer aposentar o conego Abrantes, por manifesta invalidez; mandar recolher a quaisquer repartições onde, sob fiscalisação directa e permanente, possam exercer a sua actividade com proveito para o serviço da Republica os demais funcionários que se encontram naquele Arquivo, entre os quais figuram dois de avançada edade, que são os srs. Jorge Valente e António Fava, cuja aposentação certamente os arremessaria para a miseria. Os dois restantes, os srs. João de Deus Guimarães e Guedes Coelho, são inteligentes e habeis, mas não possuem o culto entranhado da especialidade a que os dedicaram, estando por conseqùência manifestamente deslocados.

«Do pessoal inferior devemos citar por aproveitável o contínuo Quintela, que, diga-se em abono da verdade, nos deu a impressão de, embora inculto, ser êle o verdadeiro encarregado de tudo aquilo. É de todo o quadro o único elemento que, salvo melhor opinião, deve ser conservado.

«2.º Formar um quadro novo de gente válida e profissional que se poderia compor *dum chefe de Arquivo, um ou dois conservadores, um escriturário, um contínuo e um servente*. Este novo pessoal entrará com o pesado encargo de crear a «Biblioteca e Arquivo Geral do Ministerio do Fomento», que até hoje só de nome e de verba, que não de facto, tem existido.

«Finalisamos agradecendo a subida prova de consideração que nos foi dispensada por v. ex.ª e lamentando que a tão subida honra só possamos ter correspondido com toda a nossa rude sinceridade e consciência. Saude e Fraternidade. — *José António Moniz, Alberto Carlos da Silva* e *Bento Mantua.*

Defendeu-se o sr. João de Deus Guimarães das acusações do libelo dizendo:

«Em princípios de 1900 foi-me ordenado que tomasse posse da Biblioteca e Arquivo Geral do Ministério e quasi imediatamente que fizesse a sua instalação em um dos armazens do andar superior da Alfandega.

«Todos os livros, manuscritos, folhetos e impressos avulsos foram carregados em carroças e em três dias se fez a mudança de 60:000 volumes, desordenadamente, precipitadamente e sem o mínimo resguardo para se utilizarem quaisquer trabalhos começados que porventura se tivessem feito.

«A minha acção começa nesse momento.

«Em uma vasta sala do edifício, vinte ou trinta pilhas de livros amontoados, sem ordem, massos de manuscritos entremeados, partidos os cordeis, dispersos os documentos, qualquer cousa de confuso, caótico, macábrio.

«Pretendeu justificar-se a selvageria com a urgência que havia em ceder a casa onde anteriormente estava o arquivo, para a instalação do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro.

«Não me entregaram inventário, nem livros por onde pudesse saber do existente.

«Explicaram-me que o Arquivo era um depósito para onde se atirava tudo que havia no Ministério e que os funcionários que dêle se haviam encarregado o faziam acumulando outros lugares de maior responsabilidade e sempre com o caracter de provisórios.

«Começa então um trabalho que eu não adjectivo, porque só os indivíduos de especialidade o poderiam apreciar.

«O esforço, a paciência e a boa vontade que são precisas para tirar dessas montanhas livro a livro, documento a documento, para completar obras, formar massos e colecções, que a cada momento tem de ser alteradas, intercaladas e recomeçadas, só poderão apreciar os que tem gasto a sua vida nessa inglória tarefa.

«Por muito tempo se utilizou o sobrado e as mezas para dar uma aparência de ordem ao que se ia conseguindo extrair dessa avalanche de papeis, por não haver nem prateleiras nem armários para a sua colocação. Estava quási conseguida a arrumação e só a arrumação — *grosso modo* — quando me foi intimada a ordem de ceder essa sala também para a instalação das encomendas postais e mudar para a sala em que actualmente se acha o Arquivo.

«Objectei que a mudança me inutilisaria todos os trabalhos realizados se me não dessem tempo para a fazer lentamente, conservando a ordem que obtivera à custa de três anos de trabalho.

«Foi-me respondido que, devendo entrar em vigor dentro de poucos dias uma autorização, já decretada, para a troca de encomendas com o Brazil e outras potências, era necessária aquela sala para armazenar as enormes remessas que já estavam em caminho e outras prontas para a descarga.

«E efectivamente, ao tempo em que se mudavam os livros e manuscritos, entravam as encomendas esperadas, o que estabeleceu maior confusão.

«Novamente se reproduziu o que atrás deixo escrito.

«Os volumes vieram em carroças, em caixotes, em sacos e até avulso às costas de moços e novamente foram amontoadas na nova casa, que não tinha também nem armários nem adaptação alguma.

«Como os operários estivessem trabalhando nos armários e estantes e fazendo o pavimento superior que hoje existe, por muito tempo se esperou, porque os operários eram distraídos para outras obras, que estas concluissem, ficando de dia os empregados de guarda aos livros e à noite um polícia, que vigiava os caixotes que por não caberem na sala atravancada de vigas e bancos de carpinteiro ficavam debaixo da arcada, expostos á humidade e à chuva.

«Por essa época, após uma conferência com o ministro, ao qual expuz o estado do Arquivo, foi-me ordenado que mandasse para a Biblioteca Nacional todos os volumes que não dissessem respeito ao serviço das repartições do ministério.

«Como houvesse muitas obras de história, filosofia, poemas, etc., etc., conseguimos fazer a remessa de 4:800 volumes em caixotes, tendo o cuidado de os relacionar em duplicado, nome da obra, nome do autor, número de volumes, data da edição, etc., etc., ficando uma das relações na Biblioteca e outra neste Arquivo, depois de assinada pelo respectivo director da Biblioteca.

«Para efectuar essa remessa tive de empregar todo o pessoal e é fácil de compreender que muito tempo e muito trabalho se dispendeu com êsse serviço.

«Tendo saído o ministério progressista foi-me comunicada verbalmente a ordem de suspender êsse trabalho, devendo esperar qualquer determinação que houvesse de seguir-se.

«Esperei baldadamente e como a primitiva ordem me descarregasse da responsabilidade da guarda e me facilitasse o futuro catálogo e classificação limitando o número de volumes que após isso ficariam a meu cargo, insisti freqùentemente, recebendo sempre como resposta — que esperasse até se resolver sôbre o assunto.

«Então resolvi, para não permanecer inactívo, separar o que deveria ser mandado para a Biblioteca, deixando no andar térreo tudo o que não fosse inerente aos serviços do ministério, e coloquei no andar superior tudo o que freqùentemente costumavam requisitar ou consultar.

«Como êsse serviço foi feito e do valor dèle se pode julgar pelo exame do livro de registo de requisições e de saidas onde se poderá verificar que desde o princípio até hoje *todas as requisições* do ministério, de livros, manuscritos, documentos para sindicancias e outros; tendo sido pedidas em um dia, são enviados ou na mesma data ou no dia seguinte e para se conseguir

êste *desideratum* é preciso que muito esforço e muito trabalho se tenha empregado e tanto mais que, continuando as repartições, pelas suas sucessivas reformas a mandar, carroças de documentos e processos, quási que nenhum outro serviço podia ser feito sendo aquele o mais instante e necessário.

«Conseguir que do montão que me entregaram eu fizesse com que nem *uma só das requisições deixasse de ser satisfeita no mesmo dia* dispensava-me de maiores provas se elas não fossem aos milhares para evidenciar que nenhuma responsabilidade cabe aos empregados do Arquivo do despreso com que os poderes superiores o trataram sempre.

«Cabe aqui o exame dos elementos que me foram dados para êsse serviço.

«A lei de 1899 e que começou a executar-se em 1900 concedeu para o Arquivo Geral *dois amanuenses e um aspirante* dos correios em comissão.

«O aspirante em comissão a que se refere essa lei é o sr. conego José Abrantes que durante todos os períodos do governo progressista serviu quer como secretário do ministro João de Alarcão quer como secretário do mesmo indivíduo no governo civil de Lisboa.

«Retomando, após êsse secretariado, o seu lugar, no arquivo foi acometido duma paralisia que o tem inabilitado para o serviço.

«Um dos amanuenses, Jorge Valente, é homem de mais de sessenta anos, exgotado de forças e que mal pode dar conta do serviço de expediente diário, que aliás tem feito com escrupulo e boa vontade.

«Mais outro empregado está no Arquivo geral indevidamente: o sr. António de Freire Fava pois que, tendo sido promovido por antiguidade a oficial, foi transferido para a Direcção dos Caminhos de Ferro; depois de ter percorrido varias repartições e secções dessa Direcção, onde não o aceitaram pela *impossibilidade física* de prestar quaisquer serviços, novamente foi colocado no Arquivo.

«Tendo protestado nessa ocasião junto do sr. secretário geral contra esta medida de só me darem empregados incapazes de prestar serviço, foi-me respondido que esperasse, porque brevemente se remodelaria o Arquivo Geral!

«Em resumo, eu nunca tive no Arquivo Geral mais que dois empregados *prestáveis; um*, o amanuense Jorge Valente que faz o serviço do expediente; folhas de efectividade, relações de descontos, caixa de auxílios, caixa geral dos depósitos, oficios, etc.; um oficial, Guedes Coelho, que escritura o livro de entradas e saídas tendo a seu cargo as requisições e a sua fiscalização.

«Nas horas que êstes serviços deixam livres, êstes dois empregados fazem verbetes, e procuram arrumar os livros e manuscritos que chegam continuamente.

«Durante êste longo periodo *eu vim sempre protestando* contra êste abandono, o que se evidencia com o exame dos oficios a seguir mencionados, quer pedindo pessoal competente, quer propondo diversas medidas de utilidade, dando conhecimento do estado irregular de todas estas coisas, *insistindo até à impertinência* por que me dessem elementos e meios para fazer um trabalho consciencioso e útil, como se verifica pelos ofícios n.[os] 35 de 29 de Outubro de 1901; 18, de 7 de Julho de 1902; 4, de 31 de Agosto de 1902; 1, de 13 de Junho de 1903; 17, de 30 de Abril de 1904.

«Sendo-me prometido um regulamento que a lei preceituava e nunca apareceu, fiz eu um projecto de regulamento, descriminando a responsabilidade e o serviço de cada empregado e juntamente enviava um relatório acêrca do estado do Arquivo.

«Insistindo sôbre a sua aprovação, até hoje não recebi resposta alguma, a não ser a de esperar que se resolvesse sôbre o assunto.

«Os ofícios n.[os] 9, de 15 de Março de 1906; 19, de 23 de Junho de 1906; 28, de 12 de Setembro de 1906; 17, de 14 de Maio de 1909, comprovam o que deixo dito.

«Desde a instalação do Arquivo até hoje ainda não passou um ano sem que eu evidenciasse a falta absoluta de pessoal, a necessidade de organizar os serviços e a impossibilidade material de o fazer com os elementos de que dispunha.

«Tendo-me merecido especial atenção a legislação pombalina, manuscritos da extinta Junta Geral do Comercio, dêsse trabalho encarreguei o empregado Henrique Gorjão de Almeida, que esteve provisóriamente no Arquivo onde prestou magnificos serviços, coordenando bastantes *massos* de manuscritos, de que fez o sumário, trabalho que se acha por concluir por o terem retirado dêsse serviço.

«De tudo o que deixo dito se conclue:

«1.º Que a arrumação, os milhares de verbetes, os cadernos tanta vez começados e tanta vez inutilizados, o número de manuscritos pombalinos coordenados, classificados e prontos para catalogar são de por si prova bastante do muito que se tem trabalhado neste Arquivo. (V. nota junta).

«2.º Que *tem sido materialmente impossivel* fazer mais pela falta de pessoal e outros meios.

«3.º Que nenhuma responsabilidade me cabe, porque por todas as formas maneiras e feitios pedi providências e protestei tanto quanto podia contra êsse abandono e falta de pessoal.

«4.º Que levei a minha boa vontade ao ponto de propor que fossem concedidas gratificações ao pessoal dêste Arquivo para fazer em horas de serviço extraordinário o que não podia nas horas do expediente regular, exce-

tuando-me do benefício das gratificações a mim só, comquanto me oferecesse para faze-lo gratuitamente. (Of.º de 14 de Maio de 1909).

«Lisboa, 12 de Abril de 1911. — Arquivo e Biblioteca do Ministério do Fomento. — O 1.º oficial-chefe, *João de Deus Guimarães.*

«N. B. — Da extinta Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação, existem no Arquivo:

Massos cujos documentos estão separados, classificados, coordenado e com o respectivo sumário	12
Massos separados, classificados e coordenados	20
Massos separados e coordenados	39
Massos separados	11
Media de documentos em cada um dos massos	350
Total de documentos prontos a catalogar (dos massos conclusos)	28:700
Massos existentes no Arquivo sôbre que não se fez ainda nenhum trabalho	212

«No Ministério do Fomento, em qualquer repartição, deverão existir muitos mais pertencentes à antiga Companhia do Grão Pará, Maranhão e Parahyba.» [1]

Perante o relatório da comissão da sindicancia decretou o ministro a reorganização do Arquivo. Esse decreto foi publicado a pág. 166 da 2.ª série do *Boletim Bibliográfico da Academia das Sciências.*

Foi substituido o sr. João de Deus Guimarães pelo escritor e bibliofilo sr. Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio.

Por extrema amabilidade dêste senhor, lemos o seu relatório, onde revela a extrema dedicação pelo engrandecimento dessa biblioteca. Só, durante a sua direcção, deram ali entrada 730 volumes e 82 cartas. Acêrca de raridades encontrámos nesse relatório algo digno de transcrição.

Esta biblioteca «pode ufanar-se de possuir um livro de bastante raridade. É êle:

Alberti Dvreri | clarissimi Pictoris et | Geometræ de Symmetria partium hu- | manorum corporum libri qua- | tuor, é Germanica lingua, | in Latinam versi | (segue uma gravura em madeira) *Parisiis. | In oficina Caroli Perier, in vico Bellouaco, | Sub Bellerophonte | 1557.*

«É um volume in-folio pequeno de 122-1 páginas e inúmeros desenhos,

---

[1] *Diário do Govêrno,* n.º 101, 2 de Maio de 1911.

tendo no frontispício os carimbos ex-libris da Casa do Risco das Obras Públicas e da repartição Técnica do Ministério das Obras Públicas.

«A edição «princeps» desta rara obra é de Noribergæ 1532-34, em 2 volumes *De Symetria partium in rechis formis hũanorum corporum libri*... Há uma edição de Paris de Ch. Perrier, 1557. É a que possuimos.

«A Biblioteca Nacional não o possue; a Biblioteca de Evora não o inclui no seu *Catalogo de reservados*, mencionando de Dürer um exemplar da edição de 1535, e tambêm não consta dos livros vendidos em leilão em 1864. É pois, como se vê, uma rara peça êste volume.

«Tambêm esta biblioteca possui a rara e estimada obra de Manuel de Azevedo Fortes *O engenheiro português*, e um exemplar [do fac-simile] do *Missal* de Estevam Gonçalves, que se conservava no ministério e que, por diligência do Ex.mo Sr. António Maria da Silva e minha, aqui deu entrada.

«Tambêm nêle se conserva um *Dicionário de comércio*, manuscrito, em 3 volumes». Quem deseje conhecer mais intimamente o valor do códice pode ver as *Recordações* de Jacome Raton, Londres 1813, pág. 255.

Sôbre o depósito ou arquivo diz estar completamente arrumado e catalogado «São 373 espécies de livros, 36 de mapas, 5 de plantas, 78 estampas e 24 diagramas.» [1]

Se «é importantissimo o nosso depósito como se vê» não o é menos esta Biblioteca.

Do seu atual bibliotecário muito há a esperar attendendo a que é um distinto bibliófilo.

*

* *

Em 1914 publicou-se o segundo relatório [2], do sr. Forjaz de Sampaio arquivista-chefe, onde se deixa antever a organização e expansão de tão *ultra-rico* Arquivo.

«Sessenta e seis leitores a visitaram requisitando cento e onze volumes.» Adquiriu-se «as *Recordações* de Jácome Ratton, utilissimo para a história das

---

[1] Estes apontamentos foram colhidos no opusculo intitulado: «*República Portuguesa. Ministerio do Fomento. Relatório sôbre a Biblioteca e Arquivo Geral. Junho de 1911 a Janeiro de 1912, por Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio. Arquivista-chefe. Lisboa. Imprensa Nacional 1912*, 87 págs.

[2] *República Portuguesa. Ministério do Fomento. Relatório sôbre a Biblioteca e Arquivo Geral. Janeiro de 1912 a Dezembro de 1913 por Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio. Lisboa, Imprensa Nacional, 1914*, 20 p.

industrias no tempo de Pombal, o *Portugal Economico* de Anselmo de Andrade, obra esgotada há muito e os nove primeiros volumes do *Diccionario Bibliographico* de Inocencio, o que permitiu restituir à Biblioteca Nacional os que por empréstimo possuíamos.

«Entre muitas obras entradas há cento e desoito volumes comprados por 13$28 no leilão da livraria de Aníbal Fernandes Tomás, todos referentes à agricultura, indústrias, comércio, etc.

Completaram-se de janeiro de 1912 a Dezembro de 1913 várias colecções e «para que não continuassem a faltar no Arquivo as diversas publicações do Ministério o *Diário do Govêrno* inseriu a seguinte portaria:

«Determino que de todas e quaisquer publicações que se façam pelas diversas Direcções Gerais dêste Ministério ou serviços e corporações autónomas dêle dependentes, sejam enviadas, pelo menos três exemplares dessas publicações à Biblioteca e Arquivo Geral dêste Ministério. — Paço do Govêrno da República, em 24 de Agosto de 1912. — O ministro do Fomento, *António Aurélio da Costa Ferreira.*

«Da propaganda feita entre particulares dos intuitos desta Biblioteca e serviços que ela pode prestar, resultaram generosas ofertas.

«Os vinte seis caixotes de livros depositados na Biblioteca Nacional já há muito deram entrada nas nossas estantes e muitos até já prestam serviço ao público por se acharem devidamente arrumados e catalogados.

«Tive já — diz o relatante, — ocasião de citar no passado relatório um precioso quinhentista que esta Biblioteca possúi. Citarei hoje outro:

Novvelles | *inventions povr bien* | *bastir et a petits fraiz, trovvees* | *n'agueres par Philibert de L'orme* | *Lyonnais, Architete, oon* | *feiller & Aulmonier ordi* | *naire du feu Roy Henry.* | *& Abbé de S. Eloy* | *fez noyon* | gravura em madeira. *A Paris, De l'imprimerie de Frederic Marel, rue S. Jean* | *de Beaunais au franc merier* | MDLXI. | *Avec privele du Roy.*

«É um volume fólio pequeno de 10-57 páginas numeradas só no verso e 8 sem numeração.

«É um livro raro e estimado o dêste pai da arquitectura, diz Brunet.

«Encadernaram-se 108 volumes, brocharam-se 65 e catalogaram-se 1:500 com 6:000 verbetes. Para as miscelâneas fizeram-se 80 caixas. A instalação elétrica funciona já. Breve solicitarei do sr. ministro a publicação do catalogo-inventário desta Biblioteca e a de alguns importantes documentos que mais possam interessar à história das nossas indústrias.

«No passado relatório falava-se da importância do nosso depósito. De livros dêle provenientes já fiz arrecadar nos cofres do Estado a quantia de 53$08.

Não é grande a receita mas receita é. E se considerarmos que nunca do arquivo entrou um centavo, muito é efectivamente.

Fechando êste relatório escreve o sr. Forjaz de Sampaio: «Tive, numa viagem que fiz a França e Inglaterra, ocasião de visitar bibliotecas e arquivos. Não tenho razão para alterar nada do que no serviço que me confiaram tenho feito e tenho a satisfação de poder, sem modestia, considerar a nossa Biblioteca e Arquivo tam dignos de ser visitados como as que no estrangeiro visitei.»

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VISEU

António Nunes de Carvalho da Costa Monteiro de Mesquita, foi o primeiro bibliografo português do ocaso do século XVIII. Visiense, tão excentrico como erudito, defendeu extrenuamente a causa liberal nas lutas de 1828. Forçado a exilar-se visitou os arquivos e bibliotecas de França e Inglaterra, estudando a sua organização. «Nesses países adquiriu a maior parte da sua livraria, figurando nalguns livros os mais belos ex-livros brazonados.» Regressando a Lisboa quando as livrarias conventuais passaram ao Estado, foi encarregado de colecionar os códices e livros dos conventos extremadurais e alemtejanos, então depositados no convento de S. Francisco.

Nota Pedro Ferreira, no *Portugal Antigo e Moderno,* (vol. XII, p. 1809) que «naquele *mare magnum* de livros e manuscritos também colecionou e separou muitos para a sua biblioteca particular». Ora, isto é contestável. «Isto não é rigorosamente verdadeiro: Se êle quizesse fazê-lo, riquissima e sem igual seria hoje a sua livraria».

Em 1830, pela sua competência foi nomeado bibliotecário mór da Casa Real.

«Até 30 de Setembro de 1838 desempenhou cumulativamente as funções de guarda mór do real Arquivo, e as da comissão do depósito das livrarias dos extintos conventos».

Nas parcas horas sobrantes dos seus deveres consagrava-se ao estudo da sua selectissima livraria, franqueada a amigos e discípulos. Impossibilitado de estudar, pela idade, doou a sua livraria ao município de Viseu. Primeiro fê-lo por títulos particular escrito por seu próprio punho, cujo original se conserva no arquivo daquela Câmara. Esse documento diz:

«Eu, o conselheiro António Nunes de Carvalho da Costa Monteiro de Mesquita, natural da cidade de Viseu, fidalgo cavaleiro, bibliotecário-mór da Casa Real, cavaleiro e comendador das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, lente jubilado da Universidade de Coimbra, etc.

«Por conhecer por experiência própria a grande falta que tem a cidade de Viseu, aonde nasci e me criei, duma biblioteca pública para uso e instrução de seus habitantes dou com a melhor vontade à minha pátria a minha copiosa livraria de mais de 10:000 volumes (dez mil), para com ela se fundar uma biblioteca pública no local que me parece mais apropriada para isso, que é o vasto edifício do colégio, contíguo à Sé Catedral.

«E peço à Câmara municipal, como legítima representante da cidade e conselho de Viseu, que requeira a S. Magestade, pela Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, que se digne confirmar esta minha doação, e autorizá-la a recebê-la; a fim de levar a efeito e pelos meios que julgar mais conducentes, êste utilissimo estabelecimento, no local indicado, o qual se denominará: Biblioteca Pública de Viseu. — Coimbra, 8 de Janeiro de 1863. — *António Nunes de Carvalho,* natural da cidade de Viseu.

Mais tarde, em 28 de Setembro de 1864, foi outorgada nas notas do tabelião Manuel José de Sousa, em Coimbra. Faleceu o Dr. Nunes de Carvalho em 1867. Na sala da Biblioteca «foi colocado o retrato do doador copiado do original pelo nosso exímio pintor António José Pereira.

Compreendia a biblioteca do Seminario cinco a seis mil volumes vindos dos conventuais de S. António de Viseu, S. Francisco de Orgens e Congregados. Posteriormente juntou-se a do bispo D. Francisco Alexandre Lobo e do conego José António Pereira Monteiro.

«Só as livrarias dos três conventos compreendiam mais de 30:000 volumes».

Na Biblioteca Municipal encontra-se hoje o «que de melhor se encontrava nessas livrarias e que poude escapar a dois desastres terriveis. Eu conto: — diz-nos gentilmente o atual bibliotecário Dr. Amadeu Silva. — Aquelas bibliotecas foram reunidas no edifício do seminário antigo edifício dos congregados Neris, e no paço do bispo em Fontelo. Nos meados do século XIX um grande incêndio se manifestou no Seminário, salvando-se a custo a biblioteca; mas esta atirada barbaramente, em montão, para a cêrca do edifício, à chuva, ao sol e ao vento, sofreu algum dano, sendo o maior o da «rapinagem» de gente fina, que foi apanhando o que lhe aprouve, sobretudo manuscritos referentes à história de Viseu. Escaparam os incunabalos, os manuscritos e inéditos do Bispo Lobo, e manuscritos e inéditos de Santa Rosa de Viterbo e outros que atualmente pertencem a esta biblioteca. O outro desastre teve lugar na livraria de Fontelo e Seminario andam ainda espalhados livros que pertenceram ao bispo Lobo e Pereira Monteiro. Em 1869 foi impresso o *Catálogo da Biblioteca Pública Municipal de Viseu*, cita 4:355 obras e é pessimamente redigido.

De 1891 até hoje foram seus bibliotecários: o Dr. José de Melo Borges de

Castro, 1891-1900; Heitor Martins, 1903; Agnelo Maldonado, 1905; Dr. Maximiano Pereira Fonseca Aragão, de 1907 (?) a 1911. Actualmente desempenha proficientemente êsse cargo o jurisconsulto Sr. Amadeu Silva, distinto bibliofilo e biliógrafo, a quem se deve a descoberta do precioso livro da *Virtuosa Bemfeitoria.* Solicitando-lhes informes sôbre as preciosidades confiadas à sua guarda, a sua resposta não se fez esperar:

«Impossivel enumerá-las. Quanto a manuscritos há: um codex membranáceo, com iluminuras; da *Virtuosa Bemfeitoria;* um códex chartaneo, escrito pelo punho do infante D. Duarte, filho de D. João II: e muitos outros, tais como *Jornada de Africa onde morreu D. Sebastião,* escrito por uma testemunha de vista, caligrafia dos principios do século XVII; *Decada XII da India,* caligrafia do mesmo século, etc.

Incunabalos há muitissimos, que vão até 1473. Entre êstes há um preciosissimo Bembo, um Nebrija, a *Vita Cristi* de Paris; a *Vida de Cristo,* tradução portuguesa de Fr. Bernardo de Alcobaça. Alguns dêles são formosissimos exemplares, a duas côres, com as iniciais iluminadas.

Livros clássicos do século XVI, portugueses e estrangeiros, há muitissimos a começar no *catecismo* do bispo Cortez, de 1504, e em edições «princeps». Sobretudo portugueses e hespanhoes do século XVI há mais de 200 espécies raras.

Livros judaicos há preciosidades, a começar na *Consolaçam ás tribulações de Israel,* de 1653 Ferrara; *Libro de orationes de todo el ano* de 1552, *Tesouro dos Dinimos,* de Menassés, *Biblia espanola* reimpressão da de Ferrara, de 1630, etc.

Crónicas monásticas há uma colecção, que direi completa, desde as de Fr. Simão Coelho e Fr. Marcos. Edições elzevires, tambem colecção completa.

A colecção dos *Indices expurgatorios* é talvez a melhor do país, visto que possue o *Index* de 1561, de Fr. António Foreiro, exemplar «rarissimo» senão «único», e absolutamente desconhecido antes do leilão da livraria Nepomuceno — em 1897. Há ainda ricas colecções sôbre: Prior do Crato, Restauração de Portugal, escandalo de Afonso VI, jesuitas, marquês de Pombal.

Temos ainda um chirotipo: o 1.º volume da *Historia genealógica* de Sousa anotado por êste. É curioso.

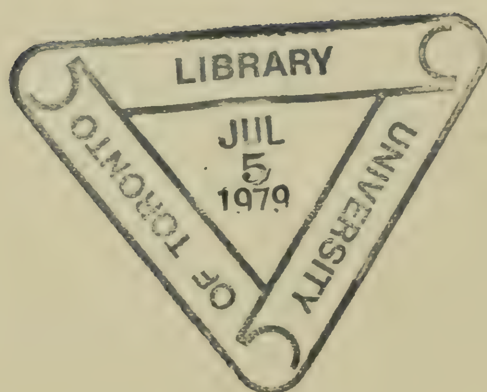
São ainda notabilissimas as edições de Troben, de autores gregos e latinos, in-folio, grand papier.

«Atualmente existem oito mil obras, mais de quinze mil volumes.»

Incontestavelmente esta é a segunda biblioteca municipal do país.

INDICE

Arquivos de Braga — 9.
Biblioteca da Ajuda — 34.
Biblioteca da Casa Pia de Lisboa — 128.
Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto — 43.
Biblioteca da Faculdade de Sciências da Universidade de Lisboa — 52.
Biblioteca de Belas Artes — 54.
Biblioteca da Marinha — 57.
Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia — 117.
Biblioteca do Museu Etnológico Português 64.
Biblioteca e Arquivo do Ministerio do Fomento — 146.
Biblioteca Morense — 65.
Biblioteca Municipal Camões, Santarêm — 102.
Biblioteca Municipal de Almodovar — 66.
Biblioteca Municipal de Elvas — 67.
Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova — 138.
Biblioteca Municipal de Lourenço Marques 145.
Biblioteca Municipal de Setubal — 106.
Biblioteca Municipal de Vila Viçosa — 139.
Biblioteca Municipal de Viseu — 158.
Biblioteca Municipal do Funchal — 95.
Biblioteca Pública de Braga — 108.
Biblioteca Pública de Bragança — 114.
Biblieteca Pública de Cabo Verde — 115.
Biblioteca Pública de Ponta Delgada, S. Miguel — 140.
Biblioteca Pública de Vila Real — 144.
Biblioteca Pública em Lamego — 116.


LIBRARY
JUL
5
1979
UNIVERSITY
OF TORONTO